NAÇÃO E DEFESA

ANO X — n.º 35 — JULHO-SETEMBRO DE 1985
(Publicação Trimestral)

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL — PORTUGAL

DIRECTOR

Vice-Almirante ADRIANO COUTINHO LANHOSO
Director do Instituto da Defesa Nacional

Comissão de Redacção:

Professor Rocha Trindade, Capitão-de-mar-e-guerra Virgílio de Carvalho, Coronel Silva Carvalho (Presidente), Professor Marques Guedes, Tenente-coronel Oliveiros Martins (Secretário).

Propriedade, Redacção e Administração:

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL
Calçada das Necessidades, 5 — 1300 LISBOA

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Por número (num mínimo de quatro) ... ... 40$00
Preço de venda avulso ... ... 50$00

SUMÁRIO

EDITORIAL 5

INTERVENÇÃO DO VICE-PRIMEIRO MINISTRO E MINISTRO DA DEFESA NACIONAL NA XXXI ASSEMBLEIA DA ASSOCIAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO 11
Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete

DE BANDUNG AOS PROBLEMAS NORTE-SUL 19
Adriano Moreira

A OTAN: GESTÃO DE CRISES 51
Pedro Catarino

O PACÍFICO E O ATLÂNTICO — BREVES REFLEXÕES GEOPOLÍTICAS 73
Virgílio de Carvalho

CONSTANTES E LINHAS DE FORÇA DA HISTÓRIA DIPLOMÁTICA PORTUGUESA 89
Jorge Borges de Macedo

AS TELECOMUNICAÇÕES E OS CIRCUITOS DE INFORMAÇÃO 111
Raul Bordalo Junqueiro

REFLEXÕES SOBRE A COMPONENTE MILITAR DA DEFESA ... 141
João Carlos de Azevedo de Araújo Geraldes

A DEFESA NO MUNDO 159

A DOUTRINA DOS ARTIGOS É DA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES

EDITORIAL

EDITORIAL

1. *No período de 18 a 20 de Setembro realizou-se no Porto a 31.ª Assembleia Anual da Associação do Tratado do Atlântico (ATA), organismo internacional não governamental no qual se integram organizações nacionais de carácter privado, representativas dos países membros da Aliança.*

2. *Fundada em 1954 para apoiar o Tratado do Atlântico Norte, a ATA procura preservar e desenvolver os princípios fundamentais do Tratado: paz, liberdade, bem-estar e segurança. O seu primeiro propósito é informar o público sobre os objectivos da Aliança e sobre a necessidade da sua manutenção, coordenando os esforços nacionais que nesse sentido se desenvolvem.*

3. *Como habitualmente, a Assembleia reuniu cerca de 300 delegados das associações nacionais e, para além de ter processado a análise e a discussão dos relatórios do seu Conselho, ouviu importantes comunicações do Secretário-Geral da OTAN, de membros do Governo do país hospedeiro (Primeiro-Ministro e Vice-Primeiro-Ministro/Ministro da Defesa Nacional), do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas Portuguesas, dos líderes de alguns dos partidos políticos mais representados na Assembleia da República de Portugal (PS, PSD, CDS) e de outras entidades salientes, nacionais e estrangeiras, no campo do pensamento estratégico.*

4. *Para além do indiscutível interesse dos relatórios apreciados e da iniludível actualidade das comunicações apresentadas para uma melhor compreensão das diversas sensibilidades face a um objectivo comum — como, aliás, das discussões abertas à sua*

volta processadas — seis pontos relevantes nos parecem merecer uma saliência especial:

a. *A compreensão manifestada quanto à importância da posição estratégica do Todo Português para a manobra militar da OTAN;*
b. *A insofismável afirmação de solidariedade com os objectivos da Aliança, expressa pelos mais altos responsáveis do Governo de Portugal e pelos líderes dos partidos portugueses presentes nos trabalhos (que representam a grande maioria do eleitorado do País);*
c. *O desencanto, manifestado por muitos dos intervenientes portugueses, face à inexistência, na prática, de uma indispensável ajuda a Portugal, uma vez que, na realidade, o que se tem processado no campo da assistência pouco mais tem sido do que a contrapartida de facilidades concedidas por Portugal a alguns dos seus aliados;*
d. *A clara preocupação, mais ou menos presente ou implícita, em todos os temas discutidos (fossem eles militares ou políticos) quanto às actuais tendências para uma maior e prejudicial separação entre as políticas económico-financeira e de segurança dos membros da Aliança, nomeadamente no seu relacionamento transatlântico;*
e. *A consciência, de certo modo generalizada, de que embora haja que admitir como normal, inevitável e até salutar, uma certa dose de crise no relacionamento, em tempo de paz, de uma coligação de sociedades livres, se impõe urgentemente dinamizar a real, efectiva e oportuna prática da consulta política entre os Governos aliados, no sentido de evitar o demolidor efeito das indesejáveis surpresas;*
f. *A eleição para a Presidência e a Vice-Presidência do Conselho da ATA, respectivamente de um cidadão britânico e de um português, circunstância que muito poderá facilitar uma melhor compreensão, no seio da Aliança, dos problemas específicos da sua estratégia marítima e da relevância que Portugal nela assume.*

5. *Em resumo, julgamos poder em consciência afirmar que, mais uma vez, a ATA e a sua Assembleia Anual prestaram um relevante serviço à comunidade da OTAN, no sentido do cumprimento da missão agregadora que brilhantemente assumiram.*

INTERVENÇÃO DO VICE-PRIMEIRO-MINISTRO E MINISTRO DA DEFESA NACIONAL NA XXXI ASSEMBLEIA DA ASSOCIAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO

Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete

INTERVENÇÃO DO VICE-PRIMEIRO-MINISTRO E MINISTRO DA DEFESA NACIONAL NA XXXI ASSEMBLEIA DA ASSOCIAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO

1. Constituem objectivos prioritários da Associação do Tratado do Atlântico esclarecer o público sobre a razão de ser e a finalidade da NATO, reforçar a solidariedade entre os povos da região do Atlântico Norte, incentivar a investigação nos diversos domínios que interessam à cooperação do esforço da defesa no âmbito NATO.

Raros terão sido os momentos históricos em que surja mais aparente a necessidade da plena consecução daqueles objectivos como o tempo em que vivemos.

Quero, por isso mesmo, ao ter a honra de encerrar esta reunião do Porto da Associação do Tratado do Atlântico, aproveitar a oportunidade para afirmar o profundo empenhamento de Portugal na aliança defensiva que une e preserva a liberdade da Europa Ocidental, dos Estados Unidos e Canadá, face ao imperialismo soviético; desejo, do mesmo passo, equacionar alguns problemas que nos preocupam e que a solidariedade entre os países da NATO deve ajudar a resolver, sob pena desta se tornar retórica vazia.

2. Após a crise de Berlim, durante mais de três décadas, as questões de segurança foram relegadas pela opinião pública ocidental para plano secundário. O desenvolvimento económico e a realização do Estado de bem-estar constituíam os grandes temas de primeira página dos jornais. O primado do económico e o clima de desanuviamento faziam considerar a NATO uma organização um pouco fora de moda face ao dinamismo das Comunidades Europeias. A grande crispação nas relações Estados Unidos--União Soviética, a propósito de Cuba, foi demasiado rápida para alterar esta percepção dominante. As matérias de segurança permaneciam no foro restrito dos especialistas.

Houve, é certo, vários sinais que anunciavam tempos novos. Mas foi de súbito que se tomou consciência do desequilíbrio militar europeu e do enorme

risco que este significava para a liberdade e para a democracia. A inferioridade do Ocidente neste eventual teatro de guerra face aos efectivos e armamento convencional do Pacto de Varsóvia, e à sua capacidade nuclear, os desígnios de domínio que o contínuo incremento do poderio militar da União Soviética traduz, obrigaram a recordar, aos povos e a alguns homens públicos, que a defesa constitui sempre um dos vectores essenciais da política externa dos Estados soberanos.

A decisão da NATO, de 12 de Dezembro de 1979, de instalar, a partir de 1983, os «Pershing II» e os mísseis terrestres de cruzeiro, em cinco países da Aliança, fez que o problema do desequilíbrio de forças ultrapassasse o círculo restrito dos iniciados para se tornar numa das questões mais debatidas da vida política europeia.

A deliberação da NATO não pretendia alcançar uma paridade entre as armas de teatro na Europa mas, apenas, prosseguir a sua estratégia tradicional de manter a credibilidade dissuasora de escalada controlada. Apesar disso, a reacção soviética foi tão imediata e brutal, pelos canais diplomáticos e pela informação, que poucas dúvidas poderiam subsistir sobre o carácter absolutamente vital do que se discutia.

As manifestações pacifistas que então passaram a orquestrar-se nos países do Ocidente revelaram a necessidade de esclarecer mais amplamente os cidadãos de recta intenção sobre o que estava em jogo; como noutra ocasião referi, é a resistência moral que distingue o homem livre do espírito servil. A paz é um bem precioso que cabe preservar. Mas a não guerra, conseguida pelo sacrifício da liberdade, além de ser ilusão momentânea, não tem dignidade moral nem justifica a vida.

O que impressiona nos pacifistas puros de coração — isto é, nos que não acobertam sob a bandeira do pacifismo lealdade a países totalitários — é precisamente a sua cegueira ao valor ético da liberdade das pessoas e a submissão dócil ao estatuto de súbdito de um poder absoluto.

Uma nação de pacifistas está vocacionada para a perda da independência e para a subordinação a potências imperialistas Os portugueses amam a paz, mas querem ser independentes e livres. Estão, por isso, dispostos a aceitar os sacrifícios que tal atitude impõe, desde que apropriados à dimensão do País, seja em gastos com a defesa, seja em prestações pessoais de serviço militar. Por isso, também após o 25 de Abril, em sucessivas eleições, os grandes partidos que defendem a participação de Portugal na NATO, o

Partido Socialista, o Partido Social Democrata e o Centro Democrático Social, obtiveram sempre, em conjunto, uma esmagadora maioria.

País fundador da Aliança, cônscio do que ela representa em termos de defesa da liberdade, Portugal quer continuar a ser um dos seus membros activos e contribuir para o seu reforço e coesão.

3. Pretende-se que a participação de Portugal na Aliança seja activa; não queremos limitarmo-nos a apenas conceder certas facilidades e bases para aproveitar posições estratégicas nacionais. A soberania nacional e a concepção da Aliança como um «Partnership of equals» impõe-nos que detenhamos uma capacidade autónoma de defesa do triângulo estratégico português, embora integrado no dispositivo militar da NATO, e que haja a participação de forças nacionais em posições avançadas no eventual teatro de operações no flanco Sul.

A relevância do triângulo estratégico no reforço rápido da Europa não necessita de ser enaltecida. Mas será conveniente notar que, se a necessidade de assegurar a defesa desse posicionamento pelo lado português requer um aumento dos nossos meios militares, sobretudo navais e aéreos, a própria estrutura do IBERLANT terá de ser revista, de modo a integrar o triângulo num comando unitário.

Na verdade, na perspectiva estratégica portuguesa, não se compreende que os Açores, um dos vértices do triângulo estratégico, não estejam dependentes do CINCIBERLANT. A modificação atempada desta anomalia permitirá uma melhor adequação de esforços de defesa a desenvolver por Portugal no seio da NATO e prevenir dificuldades futuras.

4. A NATO constitui uma Aliança defensiva de países soberanos. A solidariedade deve traduzir-se num esforço para reduzir as desigualdades económicas entre eles existentes e servir para ajudar os países com menos possibilidades no esforço de modernização e de equipamento das suas Forças Armadas. Mas as condições de participação e de funcionamento das diversas comissões da NATO em matéria de armamento e investigação, apesar de boas intenções, têm, de facto, favorecido quem é mais evoluído tecnologicamente ou é mais desenvolvido economicamente. O meu País está interessado em incrementar a sua participação na vida da Organização, mas torna-se necessário que o espírito de solidariedade e entreajuda, definido no campo dos

princípios, penetre todos os esquemas e estruturas da NATO. As ameaças e os novos desafios que se põem ao Ocidente requerem o esforço de todos. É, porém, necessário que sejam dadas reais oportunidades a cada um dos membros da Aliança segundo as suas próprias características, de modo a consolidar a coesão e a evitar que se criem ou aumentem desigualdades.

5. A importância estratégica do triângulo português e do contributo que o nosso país deva dar à defesa da Europa, designadamente no seu flanco Sul e na protecção do seu reforço rápido em caso de agressão, aliado à carência notória dos nossos recursos económicos para concretizar todos os programas necessários ao cumprimento cabal das missões que nos cumpre realizar, conduziu a Aliança ao reconhecimento da necessidade de auxílio militar a Portugal. Foi assim que, juntamente com a Grécia e a Turquia, constituímos um grupo «ad-hoc» destinatário desse auxílio. Desde 1981, porém, a ajuda militar ao nosso país tem sido feita apenas em contrapartida de facilidades dadas no território nacional aos Estados Unidos e à República Federal da Alemanha, pelo que legitimamente nos interrogamos sobre a conveniência de permanecer num grupo que, quanto a Portugal, tem apenas permitido declarações de intenção sem quaisquer consequências práticas; também aqui importa que as manifestações de boa vontade se concretizem nos factos.

6. Podemos, por forma sintética, enunciar as necessidades mínimas de reequipamento militar das Forças Armadas Portuguesas, no curto prazo, nos seguintes termos:

a) Construção de 3 novas fragatas de tipo adequado à luta anti-submarina, de que se espera em breve poder fazer a respectiva encomenda, uma vez que se encontrem resolvidos os problemas do seu financiamento;
b) Completar o equipamento da 1.ª Brigada Mista Independente, em especial com meios antiaéreos e de vigilância do campo de batalha;
c) Completar e modernizar o equipamento das restantes unidades do sistema de forças terrestres tendo em vista a defesa terrestre do território nacional (continente e regiões autónomas);
d) Equipar uma Brigada Ligeira Aerotransportada;

e) Aquisição de aparelhos de patrulha marítima (MPA) e completamento da esquadra de aviões de transporte;
f) Aquisição de aparelhos de caça de defesa aérea.

Todos estes objectivos dependem da existência da ajuda externa e de acordos bilaterais.

A satisfação destas metas mínimas depende de um esforço financeiro apreciável por parte do Estado Português e da ajuda externa dos países da NATO. Até agora, a ajuda externa tem sido realizada apenas como contrapartida sinalagmática de acordos bilaterais, como já dissemos. A ajuda externa de que precisamos, tendo em conta as finalidades da Aliança, todavia não deve estar limitada ao equilíbrio de interesses resultantes das facilidades militares concedidas por Portugal.

7. Tão importantes como o reequipamento das Forças Armadas são o incentivo à investigação tecnológica em matéria de defesa e o desenvolvimento da respectiva indústria.

A informação científica desempenha um papel chave na inovação tecnológica e consequentemente no crescimento económico. A recessão ao nível mundial resulta mais, como é sabido, da inflação e da desaceleração ou mesmo do declínio da produtividade das indústrias tradicionais do que do aumento brusco do custo do petróleo ocorrido em 1973. Por isso mesmo, as novas tecnologias, necessárias à introdução de modificações estruturais no tecido industrial, constituem um factor fundamental no combate à crise económica. A investigação aplicada é primeiro que tudo investigação, podendo os conhecimentos obtidos fluir por todo o campo industrial, independentemente de se averiguar se o estímulo que a provocou foi motivado por razões civis ou militares.

A programação militar, pela sua determinação e pela formulação precisa dos problemas a resolver, constitui, quantas vezes, o factor decisivo de muitos dos mais importantes progressos científicos e tecnológicos recentemente registados.

Portugal tem de dar um salto qualitativo em frente de modo a reorganizar e modernizar o seu aparelho produtivo e a vencer o desafio posto pela integração europeia. Com esse propósito, o Governo entendeu dever aproveitar as oportunidades oferecidas pelo Projecto Eureka e aceitar participar na fase de investigação da Iniciativa Estratégica de Defesa. Mas julgo que os sectores

de pesquisa da NATO devem, também, proporcionar avanços significativos na tecnologia das nossas indústrias de defesa, indústrias que têm de desempenhar um papel muito importante na renovação tecnológica do País.

A cooperação na área das indústrias de defesa não deve limitar-se assim à simples colocação de algumas encomendas, mas terá de estender-se às transferências de tecnologia e aos investimentos conjuntos em novos projectos.

A vontade firme que temos de progredir impõe-nos que as oportunidades de cooperação tecnológica e industrial, que nos sejam propostas, passem a constituir um dos critérios decisivos de apreciação da real vontade com que se desenvolve a solidariedade no seio da Aliança.

Minhas senhoras e meus senhores:

A breve resenha que fiz dos problemas de cuja resolução depende, na perspectiva do Governo Português, o incremento da nossa participação e o reforço necessário da coesão da Aliança, não devem levar-nos a uma atitude de descrença ou de cepticismo. É perante as dificuldades dos desafios a vencer que se mede a têmpera dos homens. A Aliança Atlântica, pelo seu objectivo de defesa da liberdade e da democracia, justifica o empenhamento e o esforço acrescidos indispensáveis ao cabal cumprimento da sua missão.

Estão em risco, afinal, a preservação da paz, a garantia da soberania dos Estados e do pluralismo dos nossos regimes políticos, e a salvaguarda dos direitos do Homem, em suma, os valores fundamentais da nossa civilização e do nosso modo de ser. O êxito da Aliança é, assim, uma questão essencial que tem de sobrelevar a egoísmos nacionais particularistas.

Fazê-lo sentir à opinião pública dos respectivos Estados constitui a mais nobre tarefa da Associação do Tratado do Atlântico. Formulo um ardente voto pelo êxito da vossa missão.

Porto, 20 de Setembro de 1985.

Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete
Ministro da Defesa Nacional

DE BANDUNG AOS PROBLEMAS NORTE-SUL

Adriano Moreira

DE BANDUNG AOS PROBLEMAS NORTE-SUL

1. Quando, em Abril de 1955, reuniu em Bandung a conferência que Soekarno chamou a reunião de *Les peuples muets du monde*, não foram muitos os observadores ocidentais que imediatamente se aperceberam de que estava ali um ponto de arranque para modificações profundas e irreversíveis da própria estrutura da comunidade internacional (1). A utopia que mais convinha consultar para entender o movimento que se desencadeava era a famosa *A Guerra das Salamandras*, de Karel Capek, mas esta andava arredada dos livros de cabeceira porque os ocidentais não tinham ainda compreendido que chegáramos ao fim da hegemonia europeia (2).

Longe de se assumirem como uma estrutura ameaçada, liam mais H. G. Wells, tinham Huxley por mal humorado, e foi necessário chegar à angústia de 1984 para subitamente descobrirem que aquilo que G. Orwells escrevera em 1949 não era necessariamente baseado num errado entendimento da fé desenvolvimentista que dominaria as décadas seguintes. Grande parte desta devoção por um Deus inteligível, dominável e serviçal, que dava pelo nome de ciência e técnica, nascera durante a guerra que se dizia terem vencido, inspirava a busca de um futuro melhor precisamente à sombra dominante dos novos poderes políticos de vocação mundial, um deles (URSS) exercendo a utopia desde 1917 na luta contra a realidade dos homens e das sociedades, o outro (EUA) procurando absorver as responsabilidades que pareciam mais acontecer-lhe do que serem conquistadas.

A Europa já era um centro vazio de poder, sem assumir a nova condição. No Ocidente, homens como Ossip K. Flechetheim lançaram a perspectiva da futurologia para organizar cientificamente um futuro

(1) Adriano Moreira, *Política Ultramarina*, Lisboa, 1961, 4.ª edição, págs. 58 e segts.
(2) Karel Capek, *A Guerra das Salamandras*, Lisboa, 1.ª edição.

despido de surpresas, pressupondo que o saber dispensaria o poder político, enquanto que outros, mais atentos à relação entre a técnica e os valores, tentavam reinventar a sociedade, como Skinner, Percival e Paul Goodmann, ou David Riesman, assombrados pelos poderes nascentes que ameaçam escapar ao controlo institucional.

Os estadistas que se reuniram em Bandung, nessa data de ocaso político europeu, não estavam à frente de comunidades cujas circunstâncias determinassem o mesmo embaraço de saber como dispor do exercício do poder técnico e científico. Tinham apenas um património que os antigos soberanos europeus haviam perdido em duas guerras civis de consequências mundiais, e era o voluntarismo político com que haviam construído o Euromundo agora moribundo. Enquanto que, do ponto de vista político, eram Oswald Spengler e Arnold Toynbee que se confirmavam nas suas previsões para esta sede debilitada da nova Roma com a qual sonhara Luís de Camões, os analistas das sociedades dos grandes poderes emergentes procuravam construir conceitos abrangentes da sua maneira de ser, baseada no avanço científico e técnico cada vez mais distanciado de uma ética também envelhecida, Falaram-nos, com Aron, de um mundo industrializado, onde a máquina substituía o músculo e o computador tomava o lugar da memória, ao mesmo tempo que definharia esse ópio dos intelectuais chamado ideologia; descobriam, com Galbraith, a sociedade afluente, dispondo de recursos para qualquer projecto e lutando por vezes com falta de imaginação para criar projectos mobilizadores dos recursos; inquietavam-se, como Marcuse, com o facto de que era a realidade que poderia determinar uma nova utopia alienante por meio da ciência e da técnica, aconselhando corrigir pela revolta a natureza unidimensional a que o homem fora conduzido pela inversão da relação entre a produção e o mercado, e criando «uma sociedade na qual o trabalho, incluindo o socialmente necessário, pudesse organizar-se em harmonia com as necessidades e as ambições intuitivas dos homens» (3).

Todavia, a partir de Bandung, nesse terceiro mundo a lavrar nessa data a certidão de nacimento, sem aparelho científico, sem recursos técnicos, sem afluência, sem industrialização, sem consumismos a distorcer a relação entre o mercado e a produção, foram improvisados generais

(3) Oswald Spengler, *Le Declin de L' Occident*, 2 vols, 5.ª edição, Paris, 1948; Arnold Toynbee, *La Civilisation à L'Épreuve*, Paris, 1951.

vindos da segunda geração da revolta, civis transferidos para o comando de exércitos artesanais, homens como Giap, Mao-Tze-Tung ou Che Guevara, armados antes de mais do voluntarismo político que nascera na sede europeia, que derrotaram sucessivamente as sociedades ricas, na guerra que aparece inevitavelmente como a prova suprema da mudança internacional das hierarquias políticas. Estavam ali reunidos, na conferência dos povos afro-asiáticos, oito países anticomunistas (Etiópia, Iraque, Irão, Libéria, Paquistão, Filipinas, Sião, Turquia); oito países neutralistas (Afeganistão, Arábia Saudita, Egípto, Índia, Indonésia, Sudão, Síria, Iémen); onze países não alinhados (Birmânia, Comboja, Ceilão, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Líbia, Marrocos, Nepal e Tunísia); observadores cipriotas, algerianos, palestinos, e da Universidade Hebraica de Jerusalém. Era de facto um conclave dos povos de cor que durante séculos se tinham dirigido ao mundo pela voz alheia dos seus dominadores ocidentais, e Estaline, que morrera em 5 de Março de 1953, já não pôde ver a demonstração das teses leninistas sobre a crise final do imperialismo europeu.

Mas elas não eram perturbadas pelo facto de Jamali, pelo Iraque, denunciar o comunismo como «mais uma força de intranquilidade mundial», acrescentando que «representa para o mundo uma nova forma de colonialismo muito mais mortal do que a antiga». Porque aquilo que estava em causa, objectivamente quanto a essa prevista e desejada decadência, era a tomada de consciência da condição comum que se tornou evidente para as muitas e novas nações asiáticas e africanas presentes, a comum posição anticolonialista, e o dinamismo no sentido de alargar o grupo que deveria prefigurar-se no comunicado sobre «*os dez princípios da coexistência*», completando os anteriores «*cinco princípios*» sino-indianos, e «*os sete pilares da paz*» enunciados pelo Paquistão. Todos haviam de enquadrar o que viria a ser conhecido pelo neutralismo, um fenómeno apoiado na inicial consciência da cor da pele, na situação histórica de antigas colónias dos europeus, e que se desenvolveria exclusivamente, com excepções esporádicas, na zona geográfica definida pelo acordo implícito

(*) Carandell, *Las Comunas, Alternativa a la Familia,* Barcelona, 1972; Desanti, *The Pursuit of the Millenium,* N. I., 1961; Infield, *Utopia and Experiment,* N. I., 1956; Morton, *The English Utopias,* Londres, 1952; Rubert de Ventós, *Utopias de la Sensualidad,* Barcelona, 1973.

dos EUA e da URSS, isto é, em regiões em que nenhuma delas exercia a soberania, nem reservava para a sua hegemonia.

Era exclusivamente da Europa em retirada que se tratava imediatamente, e o último capítulo desta primeira linha de orientação, nunca abandonada, foi o ponto final colocado em 25 de Abril de 1974 no império português. Estiveram longe de compreender o alcance deste voluntarismo, analistas tão ilustres como Berkowitz, quando não viam em Bandung mais do que uma nova Babel, reunião de povos dependentes económica, financeira e tecnicamente dos países ricos, esquecidos de que «Cristo não sabia nada de finanças».

Ao contrário de se referenciarem aos critérios da industrialização, da afluência e do consumo, marcharam para o Cairo em 1967, agora para somar aos povos de cor aqueles que, independentemente da etnia, tenham vivido em situação colonial sob o domínio ocidental europeu, e todos contestaram as mesmas realidades políticas internacionais, todas elas ocidentais, especialmente o colonialismo muribundo e o neocolonialismo que lhes parecia a nova ameaça. Ali, em 26 de Dezembro de 1957, na conferência de solidariedade afro-asiática, os de Bandung já tiveram consigo a Tunísia, Marrocos, Gana, e a URSS que nunca exercera o poder político em nenhuma daquelas áreas. Uma das características do que seria o equívoco neutralismo, o *critério da dupla medida* em relação ao Ocidente e ao sovietismo, tinha aqui uma evidente manifestação. E a questão de Cuba, na fronteira dos interesses vitais dos EUA, determinaria ainda o alargamento do conceito operacional.

Em 1 de Janeiro de 1959 Fidel de Castro faz a sua entrada vitoriosa em Havana, em 14 de Janeiro de 1962 Cuba é excluída da Organização dos Estados Americanos, em 22 de Outubro de 1962 verifica-se a crise dos mísseis, e os campos ficaram extremados. Finalmente, entre 3 e 15 de Janeiro de 1966 realiza-se a Conferência Tricontinental, de solidariedade dos povos da Ásia, da África e da América Latina, reunindo quinhentos delegados de Governos ou de organizações revolucionárias, que colocam em evidência a importância da luta armada para a realização dos seus objectivos. Em 3 de Outubro anterior Castro anunciava que Che Guevara renunciara à nacionalidade cubana e partira com o desígnio de transformar os Andes numa nova Sierra Maestra, sagrando a luta com a própria morte.

O não alinhamento, que fora entretanto proclamado na Conferência de Belgrado de 1 a 6 de Setembro de 1961, reunindo os países sob a inspiração tutelar do Marechal Tito, somava *os povos de cor*, os *antigos colonizados*, e *os pobres do mundo*, histórica, sociológica, económica e politicamente identificados em relação aos ricos, afluentes, e industrializados povos do Norte do mundo.

Como tive ocasião de escrever noutro lugar, a «pobreza caracteriza uma área reivindicativa que obriga pluralismos étnicos, de cultura, de religião, de regimes políticos. Tal área une-se pelo deserdamento. São os povos proletários do mundo. Cercam a cidade capitalista que é o Ocidente rico. Levam para a cena internacional a libertação e a oposição entre o campo e a cidade. Josué de Castro, um esquecido lutador, o da *Geografia da Fome* e de *Homens e Caranguejos*, simultaneamente Medalha do Congresso do EUA e Prémio Lenine, merecia ser relembrado para além dos insignificantes erros de detalhe com que o apoquentaram, porque antecipara o fenómeno, inutilmente a tempo como é de regra. Não valerá a pena relembrar aqui a evolução do grupo dos não alinhados, que pertence aos especialistas da história do presente, mas apenas salientar a sabedoria com que utilizaram algumas características inesperadas da sociedade internacional em mudança. Em primeiro lugar a percepção de que a solidariedade e interdependência mundiais, toda condicionada pela supremacia estratégica das superpotências, lhes abriu clareiras de livre iniciativa justamente na área que chamamos a linha do risco desses poderosos.

O próprio excesso do poder obrigou as superpotências a rever a tabela dos seus interesses vitais, e a decidir abandonar a defesa de alguns considerados irrenunciáveis no passado, porque o uso da força implicaria desperdícios inaceitáveis: daqui certas liberdades de Chipre, de Israel, da Líbia, de Cuba, do Irão, da América Central, a demonstrar que o poder não é uma coisa, é uma relação variável.

Por outro lado, descobriram que a violência sistémica da organização mundial podia entrar em disfunção pelo uso de *poderes funcionais* que ficaram nas mãos das pequenas potências do Terceiro Mundo, designadamente posição geográfica, infra-estruturas de apoio, e, sobretudo, certos minerais raros e a arma do petróleo. Finalmente, a precepção de que a interdependência se pode traduzir numa alienação do forte em relação ao fraco, como evidentemente está acontecendo com o sistema

financeiro ocidental, em que os devedores assumiram o poder de o fazer entrar em disfunção em todas as consequências previsíveis.

À medida que as regras do processo os faziam juntar na Assembleia Geral da ONU, descobriam o *poder no número,* traduziram o clamor numa torrente de resoluções que, não tendo eficácia jurídica directa, todavia modificavam o comportamento dos Estados e, deste modo, faziam nascer costumes destruidores da criação ocidental mais tipicamente universalista, o direito internacional acusado de protector de interesses ilegítimos. Lembrados da importância do uso da força no mundo da política, inventavam e praticavam formas de luta à medida das suas capacidades: a guerilha rural, a guerrilha urbana, o terrorismo, o foquismo, o santuário, usando a vontade e determinação aprendidas dos antivos senhores das soberanias. *A Guerra das Salamandras* parece realmente um livro que voltou à actualidade e cuja leitura não é dispensável.

2. Mas conviria, dentro do tempo de que dispomos, olhar brevemente para as contribuições ideológicas que entretanto vieram desse mundo de cor, colonizado e pobre. O neutralismo e o não alinhamento foram, no domínio da política internacional, as perspectivas mais características desse aglomerado de novos Estados sem nações, que na sua unidade, por lembrança de Alfred Sauvy, foram chamados — o Terceiro Mundo (5). Foi a partir de então que escritores como Sartre, Duverger, Franz Fanon, André Malraux, Angelo Davis, Alain Geismer, Gonidec, adoptaram e popularizaram a expressão. Esta designação tinha porém mais relação com a competição estratégica mundial entre as superpotências, do que com a definição sociológica da área. Nessa perspectiva, se a análise e as motivações políticas consequentes se desenvolveram sistematicamente, as designações mais expressivas, como a famosa de Pierre Mouss, que lhes chamou *nações proletárias,* ou *países em via de desenvolvimento, regiões-problemas* como preferiu a OCDE, ou ainda «*países explorados, dominados e de economia deformada*» como preferiu Betelheim, não ganharam tão larga circulação (6). Mas em face do mundo industrializado, afluente e de consumo, situado geralmente na parte Norte do globo, os estudos de Fourastié e Vimont foram recolhendo num conceito ope-

(5) Balandier (e outros), *Le Tiers Monde,* Paris, 1956.
(6) Pierre Mouss, *Les Nations Proletaires,* Paris, 1959.

racional as características progressivamente alinhadas pelos observadores: países geralmente tropicais, habitados por povos de cor ou colonizados pelo Ocidente, pobres, subdesenvolvidos, proletários, na zona das tempestades, países dos três A, isto é, Ásia, África e América Latina; natalidade forte, mortalidade elevada, curta esperança de vida, intuicionistas e tradicionalistas, desconhecendo a iniciativa empresarial, sem classe média, mulheres submetidas, regimes políticos autoritários, sem quadros, desemprego, subemprego, trabalho de menores, estado sanitário deficiente, dependentes do estrangeiro (7). Os alinhamentos políticos não coincidiram sempre com a moldura sociológica, mas podem ser detectadas pelo menos duas linhas força: não desejam participar nos conflitos de interesses entre as superpotências; admitem que o campo pode vencer a cidade, como ensinou Mao, sendo neste caso a cidade constituída pelo Norte rico, e o campo pelo Sul miserável; adoptam um critério de dupla medida, sempre mais benevolente para o bloco socialista do que para o bloco capitalista.

Por isso a nova esquerda procurou estabelecer um laço entre os movimentos do Terceiro Mundo e os movimentos de protesto das minorias alienadas do mundo rico, como os negros, os porto-riquenhos, os emigrantes da bacia do Mediterrâneo e, de maneira geral, os pobres. Quando, em 1958, F. Fanon publicou *Les damnés de la terre*, estava a tentar definir esse laço conceitual e político. A questão Norte-Sul, à qual o Concílio Vaticano II forneceria a data de emergência na problemática mundial, iria estar presente em todas as abordagens políticas e ideológicas: *conflito* Norte-Sul para os *marxistas, diálogo* Norte-Sul para os *racionalistas liberais, cooperação* Norte-Sul para os personalistas. A eminência de uma confrontação para o entendimento de todos, a partir de um capital de queixas históricas e de desesperos existenciais.

Num quadro de competição mundial estratégica, bipolarizado também no campo ideológico entre o legado político ocidental e o marxismo-leninismo, a autonomia e originalidade dos projectos não deixou de se manifestar, ultrapassando o *neutralismo* que foi sempre mais um *comportamento internacional* do que uma concepção de vida. No campo das relações internacionais não seria justo deixar de lembrar o pacifismo de Gandhi, embora nem sequer tenha conseguido que a sua doutrina

(7) Fourastié e Laleuf, *Revolução no Ocidente*, Lisboa, 1961.

exemplar tenha presidido ao fim do Império das Índias, ou ao comportamento dos seus proclamados discípulos políticos que governaram a União Indiana. Mas parece irrecusável colocar o seu nome ao lado dos poucos que como Sócrates, Thomas Moore, Erasmo, ou Chardin, nos alimentam a esperança de que a unidade do género humano será algum dia assumida como um valor supremo, e que a realidade política internacional será outra e as nossas inquitações diferentes das que produzem a angústia que é a condição dos homens vivos.

Todavia, àquem dessa grandeza que nos ultrapassa, o Terceiro Mundo virá desenvolver um socialismo não marxista, que tem muito de sincrético, e no qual não está sempre ausente o legado da antiga relação colonial. Dirigindo-se, em Setembro de 1964, à Internacional Socialista, dizia Senghor: «o novo socialismo é a mistura entre princípios gerais comuns a todos os socialismos e os melhores elementos da tradição africana».

Até que ponto, esta definição de uma homem excepcional no panorama do Terceiro Mundo, corresponde a uma trave mestra da busca que se processa nessa região? Nas suas investigações, M. Harrington inclui, nas doutrinas socialistas do Terceiro Mundo, aquelas que chama chinesa, cubana, árabe, israelita, africana e indiana (8). Por seu lado, G. M. Williams introduz nos doutrinadores do socialismo africano os condutores políticos Senghor, Kwame Nkruma, e a orientação dos governos do Quénia e da Tanzânia (9).

De facto, o anticolonialismo do século XX, marcado pela diferença étnica, pela alienação do governo próprio, pela pobreza em relação à qualidade de vida dos antigos soberanos, é que parece fornecer uma base geral de alinhamento, em regra proclamada anticapitalista porque esse era o sistema do poder político repudiado, porque essa era a bandeira da segunda geração da revolta contra a hegemonia ocidental. Mas os conflitos interiores dos territórios que se tornaram internacionalmente independentes não ficaram resolvidos desse modo, apenas ficaram enquadrados por uma nova moldura do aparelho do poder, frequentemente monopolista, totalitário, não raro de base étnica, algumas vezes de inspiração confessional, em alguns casos importados com ideologias e quadros do exterior, alheios à realidade local.

(8) M. Harrington, *Socialism*, N. I., 1972, págs. 216 a 249.
(9) G. M. Williams, *Africa for the Africans*, Michigan, 1969, págs. 33 e segts.

A formulação de uma concepção privativa de um socialismo do Terceiro Mundo, anda longe de parecer delineada, mas não faltam declarações no sentido de que é em relação à herança ocidental que se dirigem as indagações sobre as vias possíveis de uma modernização que possa assentar na herança cultural tradicional. Todavia, esse socialismo sem doutrina, inspirou formas de governo que geralmente chamamos terceiro-mundistas, com a sede do poder no partido armado, ou nos exércitos mudados em força — tarefa de intervenção para a mudança, populistas a ensinar um nacionalismo que não encontra apoio em nações já formadas, praticando a polivalência ideológica que considera a manutenção do poder como um valor autónomo, mais utupistas do que racionalistas, mas exportando já para países pobres europeus a ambição de implantar a mesma forma de organizar e manter a pilotagem do aparelho do Estado, projecto que parece acolhido por minorias que não conseguem distinguir entre a pobreza e desenvolvimento cultural.

3. Talvez seja necessário incluir, entre as correntes nascidas nesse Sul pobre, porque progressivamente se perfila como uma ideologia, a teologia de libertação que progride na amargurada América Latina. Também ela, principalmente elaborada por americanos esquecidos que são eles próprios os representantes mais directos dos antigos colonizadores, assenta na condenação moral e política da acção ocidental em geral, e particularmente portuguesa.

Falemos então da teologia de libertação que, logo que aproximada da historiografia recente brasileira, em que podem destacar-se José Honório Rodrigues, Waldek Sodré, Carone, Darcy Ribeiro, e vários outros, não pode deixar de entender-se que afecta a vertente, chamada atlântica, da actual política internacional portuguesa, porque claramente responsabiliza a herança lusíada do Brasil pela situação de pobreza, dependência e injustiça social em que afirma encontrar-se a sociedade brasileira.

O citado Darcy Ribeiro fez, entre outras, a seguinte crítica prefaciando Boff: «O assombroso é que, ao fim de cinco séculos, o mesmo projecto que nos fez para sermos o pobre da humanidade que somos continua vigente. Actuante. Agora em bases mais cruéis. Ontem, faminto de mão-de-obra, desgastou 5 milhões de índios no cativeiro. Insaciável, importou 6 milhões de negros africanos, para queimar na escravidão.

Hoje, o povo acrescido, excedendo as necessidades de mão-de-obra do sistema, passou a ser o fantasma dos seus mais negros temores» ([10]).

São conhecidas as principais teorias e doutrinas da chamada Teologia de Libertação, mas poucas vezes, ou nenhuma, aparecem ligadas pelos críticos, ou pelos próprios autores, à pregação feita pela acção do Padre Camilo Torres, abatido em 15 de Fevereiro de 1966, ao lado dos guerrilheiros na Colômbia. A sua opção, que ultrapassou o parágrafo 31 da Populorum Progressio de Paulo VI, ao concluir que julgar da oportunidade de uma insurreição armada é um juízo do cristão em face das suas responsabilidades, baseou-se nos seguintes pressupostos: *a*) a eliminação da violência estrutural dos países pobres não poderá dar-se sem acção das classes populares; *b*) a revolução pacífica depende da classe dirigente, relutante na perda de privilégios; *c*) a revolução violenta é uma alternativa possível ([11]).

Estes enunciados não se encontram facilmente expressos, ao menos com tal clareza sublinhada pelo exemplo, nos teólogos da libertação, mas parece evidente que definem o ambiente ao qual procuram responder com a nova via. Na polémica que, em 1980-1981, se desenvolveu através do «Jornal do Brasil», com intervenções do teólogo Leonardo Boff, do Cardeal D. Eugénio Salles, do Embaixador Meira Penna, professor da Universidade de Brasília, e contribuições de outros teólogos e cartas de leitores, o ponto ficou evidente ([12]).

Independentemente das questões teológias, que escapam ao ponto de vista da ciência política, as grandes perguntas às quais pretende responder a Teologia de Libertação, e que nasceu da corrente de exigências e apoios dirigidos pelo ambiente externo e interno da América Latina à Igreja, são enumeráveis da seguinte maneira, de acordo com os textos publicados: a religião é um freio ou um acelerador da libertação? Tudo é política, mas a política abrange tudo? Que resposta dá a Igreja à

([10]) In perfácio a Leonard Boff, *O Caminho da Igreja com os Oprimidos*, Rio de Janeiro, 1980.
([11]) Camilo Torres, *Écrits et Paroles*, Paris, 1968.
([12]) Meira Penna, *O Evangelho Segundo Marx*, S. Paulo, 1982.

estratégia da Trilateral? Cabe à Igreja a função tribunícia de ser «a voz dos que não têm voz?» (13).

A qualificação da nova atitude com sendo a leitura do Evangelho segundo Marx, tal como conclui Meira Penna, tem que ver com a metodologia da análise social em primeiro lugar, e só depois com as divergências confessionais sobre a coerência das conclusões teológicas com a recta interpretação da doutrina católica. E quanto à metodologia da análise social, não parece duvidosa a presença marxista, embora os conceitos operacionais adoptados tenham outra semântica e abranjam facetas que ultrapassam a conceptualização daquela. Assim, no que respeita à análise da chamada «*função da Igreja no bloco histórico das classes hegemónicas*», conclui Boff que devem considerar-se três períodos: o primeiro, que vai de 1712 a 1802, vê criada uma cristandade colonial latino-americana; o segundo, de 1808 a 1960, demarca a nova cristandade; e o terceiro, que começa em 1960, vê emergir uma Igreja popular.

Nos dois primeiros períodos, a Igreja encontra-se aliada à formação de uma América Latina submetida à exploração colonial e, depois das independências do século XIX, como suporte das classes dominantes. Lembra-se, como documento significativo, a encíclica *Etsi Longissimo,* de 30 de Janeiro de 1816, que condena a independência de vários países latino-americanos.

A partir de 1960, apontando-se expressamente como factos determinantes a restruturação do mercado internacional, a transnacionalização da produção, do capital e das finanças, e a chamada rearticulação da dominação imperialista, a Igreja passa da *posição defensiva contra o liberalismo* para a *posição de ofensiva contra o subdesenvolvimento.* Em *O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios,* Baêta Neves responsabiliza principalmente os jesuítas pelo colonialismo e repressão cultural do primeiro período, acompanhando, com critério antropológico, a leitura da historiografia brasileira de revisão da herança portuguesa (14).

---

(13) Boff, cit., Terceira Parte; Gustavo Gutierrez, *Teologia de Libertação,* Petrópolis, 1979, págs. 234 e segts.; Ronaldo Muñoz, *Nova Consciência da Igreja na América Latina,* Petrópolis, 1979, págs. 215 e segts.

(14) Luís Felipe Baêta Neves, *O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios,* Rio de Janeiro, 1978, págs. 157 e segts.

Quando se aproximam os trabalhos dos teólogos da libertação das análises históricas que procuram reconstruir a participação dos deserdados, especialmente os escravos, como força dinâmica no processo histórico latino-americano em geral, e brasileira em particular, pode notar-se que a recusa de uma interpretação *branca* do processo, e a proposta de uma interpretação *negra* de substituição, também esta, como aquela, tem subacente a distinção entre capitalistas e proletários, com a cor da etnia a facilitar a identificação. O estudo de Clovis de Moura, rapidamente transformado em clássico, sobre as *Rebeliões da Sanzala,* marca claramente a premissa inicial com estas palavras: «*A escravidão no Brasil surgiu de dois fenómenos distintos, mas consequentes, foi a continuação do desenvolvimento interno da sociedade colonial nos moldes em que se vinha realizando a sua evolução nas primeiras décadas que, de simples aglomerado de feitorias atomizadas no vasto território, transformou-se em donatárias com sistema de estratificação fechado em estrutura praticamente feudal. A aparente anomalia de instituições feudais trazerem o ressurgimento da escravidão no mundo poderá ser explicada por uma série de factores que particularizaram essa aparição, conforme veremos mais tarde. Do outro lado, foi consequência dos interesses das nações colonizadoras em face da expansão comercial e mercantil. Portugal participará desse processo expansivo desempenhando o papel de intermediário dos mais fortes países europeus, depois de um período em que teve actuação relevante como nação inventiva na época da grandes descobertas* ([15]).

O conceito básico da Teologia de Libertação é porém mais abrangente do que o da oposição branquidade e negritude, porque este, contrapondo uma interpretação branca a uma interpretação negra do processo da formação nacional, adopta um ponto de vista que outros desenvolvem no sentido de que os negros são os alineados que ainda não foram integrados na nação brasileira, e esta conclusão aponta para outras leituras internas, no plano político, que correspondem ao conhecido fenómeno do *black power.*

Por outro lado, todavia, o exame funcional da acção da Igreja no Brasil, é coincidente, quer se trate da *probreza* da teologia de liber-

([15]) Clovis de Moura, *Rebeliões de Sanzala,* S. Paulo, 1981, pág. 23.

tação, quer da *escravidão* negra, quer da *redução* dos índios, sobretudo a cargo dos jesuítas. Textos de José Anchieta, Manuel da Nóbrega, e, para mais tarde, de António Vieira, são entendidos como simples provas de que a Companhia era um puro «agente do colonialismo», repudiando a clássica interpretação de Pedro Calmon de Alcântara Machado, e sobretudo de Serafim Leite, no sentido de que, agente da conversão à nova fé cristã, «humanizou a colonização» ([16]).

4. O conceito básico da Teologia de Libertação encontra-se expresso no documento final da III Assembleia Geral do Episcopado Latino-Americano, reunido em Puebla (1979), e enunciado nestes termos: «*necessidade de conversão de toda a Igreja para uma opção preferencial pelos pobres, em vista da sua libertação integral*» (n.º 1134). Trata-se simultaneamente de um conceito operacional e de uma ideologia, da junção, frequente em nossos dias, da análise e da apologética, neste caso inteiramente justificada porque a Igreja não é um centro de investigação científica, é uma organização destinada a agir sobre o mundo.

Ao utilizar a palavra ideologia, não apenas se recolhe a terminologia que a mesma Teologia de Libertação usa, como parece ter de reconhecer-se que a usa com propriedade, porque não se trata apenas de interpretar a premissa maior da fé, também se trata da premissa menor que é a conjuntura dos países pobres, e da conclusão que se traduz num projecto de sociedade nova. Parece inteiramente apropriado lembrar, por outro lado, que o conceito de sociedades pobres foi o que finalmente unificou os movimentos anticolonialistas que, na Conferência de Bandung, em 1953, partiram da identificação dos povos oprimidos pela cor ([17]). A luta pela libertação colonial, que ali teve um marco inicial histórico, alargou o plano de mobilização com o conceito de *povos colonizados* sob a liderança de Nasser, e completou-o com o conceito de *povos pobres*, especialmente utilizado por Fidel de Castro. Todos, povos

([16]) José de Anchieta, *Cartas Jesuíticas*, especialmente vol. III, notas de Alcântara Machado, Rio de Janeiro, 1933; Manuel da Nóbrega, *Cartas do Brasil e Mais Escritos do P. Manuel da Nóbrega (Opera Omnia)*, com introdução e notas de Serafim Leite S. J., Coimbra, 1955; Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Lisboa, Rio de Janeiro, 10 volumes, 1938/1950, certamente a maior fonte de documentação sobre a acção da Companhia no Brasil.

([17]) Adriano Moreira. *Política Ultramarina*, Lisboa, 1961.

de cor, povos colonizados, povos pobres, constituindo uma unidade, amalgamados pelo projecto expansionista, capitalista e explorador das potências ocidentais ([18]).

Países que viveram alienados num centro soberano exterior, fornecedores de mão-de-obra exigida pelos capitais e técnicas dos povos dominantes, perdendo o poder político sobre a terra, contrangidos a manterem-se subordinados e agrários, vendo saquear as matérias-primas e obrigados à monocultura, explorados pelas razões de troca impostas quanto aos produtos acabados, com expectativas de vida reduzidas, sofrendo mais os efeitos das calamidades naturais.

Pobres, em conclusão, fase a um mundo industrializado, afluente e consumista, onde a branquidade identifica a etnia dominante, e a geografia situa as sedes do poder no hemisfério Norte do mundo, quer se trate de democracias estabilizadas, quer se trate de sociedades sovietizadas, onde a diferença de estrutura política não corresponde a diversa maneira de viver com abundância em relação ao nível de vida deste Terceiro Mundo.

Por seu lado, a liderança de Leonard Boff, depois de muito escolasticamente procurar distinguir entre *pobreza como falta de meios, pobreza como virtude, pobreza como um mal e uma injustiça, pobreza modo de ser humilde, pobreza como solidariedade com os pobres,* opta, para a construção da doutrina, pelos terceiro e quinto significados; «*pobreza como um mal e uma injustiça*»: pobreza significa, aqui, propriamente empobrecimento, pobreza culpável, por ser produzida por mecanismos de expropriação do valor do trabalho que dá origem ao enriquecimento «de povos cada vez mais ricos à custa de pobres cada vez mais pobres; «*pobreza como solidariedade com os pobres*», porque a pobreza pode ser uma das expressões do amor e da solidariedade. Alguém que não é pobre se faz pobre e solidário com os pobres para junto com eles lutar contra a pobreza-injustiça. Somente está com os pobres quem luta contra a pobreza que os escorraça e humilha. Se a pobreza e a injustiça são consequências da falta de solidariedade, então só a solidariedade pode vencer a injustiça e a pobreza avilante» ([19]).

([18]) Adriano Moreira, *A Comunidade Internacional em Mudança,* Lisboa, 1982.

([19]) Boff, cit., págs. 131 e segts; *Teologia do Cativeiro e da Libertação,* Petrópolis, 1980, pág. 74.

A descrição da sociedade sul-americana não é diferente daquela que escritores como Charles Dikens fizeram dos trabalhadores do seu tempo na Europa, estabelecendo as bases emocionais sobre as quais se construiram as ideologias reformistas europeias, e as revolucionárias de inspiração marxista, nem se afasta da imagem, hoje esquecida, que Josué de Castro fixou na sua *Geopolítica da Fome* ([20]). A novidade é o apelo para que a Igreja Católica assuma uma *voz tribunícia* dos pobres, e intervenha na realização da esperança concreta neste mundo, promovendo a *libertação* das violências estruturais que são identificadas com o sistema capitalista ocidental. Deste sistema é regeitada a própria opção *desenvolvimentista*, que a partir da década de cinquenta, isto é, depois de finda a guerra mundial, pregava, e também na Europa, «a possibilidade de conseguir um desenvolvimento económico auto-suficiente», substituindo a fase do chamado *crescimento para fora* pelo *desenvolvimento para dentro*.

O primeiro, herdado das estruturas coloniais, traduzia-se na exportação de produtos primários e na importação de produtos manufacturados, e o segundo pela industrialização, pela ampliação do mercado interno, a caminho de uma sociedade independente das economias alienígenas dominantes ([21]).

O desenvolvimentismo foi certamente uma nova fase da ocidentalização do mundo, que antes estivera submetido, na totalidade, ao poder político ocidental. Os organismos internacionais, vinculados à ONU, que ainda não sofrera a modificação de ter uma maioria terceiromundista na Assembleia Geral, adoptaram esse projecto globalista de sociedade moderna industrial, modelo a atingir pelas sociedades tradicionais, sociedades em transição, sociedades em desenvolvimento.

Esta filosofia das *rising expectations*, que financiava focos dinamizadores de mudança, evitando porém a revolução pela abundância, rapidamente produziu suficientes decepções e críticas que provocaram o apare-

([20]) Josué de Castro, *Geopolítica da Foma*, Porto, 1966.

([21]) Gustavo Gutiérrez, *Teologia de Libertação*, Petrópolis, 1979, pág. 76; F. H. Cardoso e E. Faletto, *Dependência y Desarrollo en América Latina*, México, 1969, pág. 4; F. H. Cardoso, *Cuestiones de Sociologia del Desarrollo*, Santiago do Chile, 1968, pág. 10. São escritos críticos de W. W. Rostow, *Las Etapas del Crescimento Económico*, México, 1969, especialmente capítulo 6.

cimento de uma ideologia de substituição para os países pobres. Um dos seus críticos mais tenazes, F. H. Cardoso, escrevia: «transcorrido já mais de metade do decénio de 60, a brecha entre um e outro mundo, longe de ir-se fechando aos poucos, aumenta, como se esperava... Enquanto as nações desenvolvidas terão, na década 1960-1970, aumentado as suas riquezas em 50 %, o mundo em desenvolvimento, que abrange os dois terços da população mundial, continuará, a debater-se na miséria e na frustração (22).

Aquilo que se tornou dominante, a partir dessas verificações, nas ideologias contraditórias, foi a teoria da dependência, que conclui pela afirmação de que a pobreza latino-americana é um subproduto histórico do desenvolvimento de países dominantes, em consequência da dinâmica do sistema capitalista, que mantivera, com nova forma, a dependência original da colonização ibérica.

Esta crítica, ao contrário de admitir que a descolonização política, traduzida nas independências do século XIX, transformara a dependência económica numa variável exógena, afirmou que era antes uma variável endógena, porque o novo imperialismo económico se configurava como estrutural, actuante dentro das estruturas nacionais, e «confirmava as raízes de uma dependência económica, tecnológica, política e cultural (23).

À primeira vista, esta situação, que seria activamente protagonizada pelas multinacionais, corresponderia aos resultados dos estudos feitos, com critério marxista, pelos clássicos Rosa Luxemburgo, Bukarin e Lenine, ao formularem a versão moderna da teoria do imperialismo, porque também das suas análises decorre que o desenvolvimentismo foi falsamente apresentado como uma luta anti-imperialista que procurava substituir uma economia agro-exportadora por uma economia industrializada, com o resultado efectivo de que capital estrangeiro e industrialização se convertem em sinónimos (24).

---

(22) F. H. Cardoso, E. Faletto, cits., pág. 8.

(23) F. H. Cardoso, E. Faletto, cits., pág. 24.

(24) J. P. Franco, *La Influência de los Estados Unidos en America Latina*, Montevideu, 1967; Magdo e Sweezy, *Notas Sobre la Empresa Multinacional*, Monthly Review, 1969, págs. 3 a 31; Santi; *Il Dibattito Sull'Imperialismo nei Classici del Marxismo*, in Critica Marxista, Roma, 1965, pág. 84; Paillou, *La Question de L'Imperialisme chez V. I.* Lenine *et Rose Luxemburg*, in *L'Homme et la Société*, 1970, pág. 103.

O constrangimento sistémico, invocado, teria mesmo a consequência antropológica da produção de dois grupos humanos diferenciados. Foi neste sentido que Salazar Bondy escreveu que «não apenas sociólogos, economistas e teóricos da política, mas também psicólogos e biólogos apontaram alarmados o facto de que o incessante aumento da distância entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos está produzindo uma separação marcante de dois grupos humanos, o que implica o aparecimento, a curto prazo, da verdadeira diferenciação antropológica ([25]).

Deste modo, o próprio critério da unidade do género humano, que o marxismo não coloca em dúvida ao adoptar o critério diferenciador das classes pela relativa posição no processo produtivo, aparece abandonado para visionar o mundo do futuro próximo como uma luta de espécies, abrindo-se a porta à mitologia racista.

A situação de dominação conduz à doutrina da libertação e, do ponto de vista político, à necessidade de empreender uma luta, designadamente armada, para a conseguir. A Teologia de Libertação não enjeita esta conclusão, porque, *«a acção política revolucionária diversificou-se nestes últimos anos: de surtos de nacionalismo de esquerda em busca de opção precisa — sob a pressão de grupos e massas radicalizadas — até à subversão sob novas formas de luta armada, passando por um trabalho de ligação, em profundidade, com as massas populares, inclusive pela tão discutida «via eleitoral». Percebe-se, além do mais, com clareza cada vez maior, que tal processo deveria envolver todo o subcontinente* ([26]).

É a partir da coincidência de conteúdo dos conceitos básicos, entre marxismo e libertação, no que respeita à descrição da situação de dependência e à conclusão da necessidade de acção política para destruir tal relação, que os críticos, bem representados por Meira Penna, sustentam que os padres e frades que definem a aplicam a Teologia de Libertação recolhem os seus postulados de um marxismo simplificado, por ignorarem a sociedade finalmente construída em regimes de inspiração

([25]) Salazar Bondy, *La Cultura de la Domination*, em *Peru Problema*, Lima, 1968, pág. 75.

([26]) Gustavo Gutierrez, *Teologia de Libertação*, cit., pág. 85; Leonard Boff, *O Caminho da Igreja com os Oprimidos*, cit., pág. 110, ao ocupar-se de *O Engodo dos Poderosos*.

soviética, e assim concluem pela subversão da Igreja, transformada numa força aliada da estratégia indirecta leninista (27).

5. Por um lado, a Teologia de Libertação firma-se naquillo que, na ciência política, por vezes se chama a razoabilidade situada. De facto define a Teologia como «fruto do encontro entre a fé e a razão», acrescentando que a «elaboração teológica depende muito do lugar social que ocupe o teólogo». Deste modo, quado o teólogo se ocupa da premissa menor da doutrina, a qual é a concreta conjuntura do povo, dota-se dos instrumentos historicamente apropriados, e portanto variáveis no tempo e no espaço.

A definição da conjuntura para a América Latina, facilmente aplicável às restantes áreas pobres do mundo, foi em primeiro lugar, do ponto de vista institucional, feita entre 27 de Janeiro e 13 de Fevereiro de 1979, pelos bispos que se reuniram em Puebla, no México, representando todos os episcopados latino-americanos, confirmando e ultrapassando a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano realizada uma década antes em Medellin, em 1968.

As linhas mestras do documento final parecem ser as seguintes: *a*) fazer a análise estrutural das forças produtivas, e suas tensões e conflitos, denunciando os «*sistemas*» e as «*estruturas*» e os «*mecanismos*» que geram «*ricos cada vez mais ricos à custa de pobres cada vez mais pobres*»; *b*) condenar igualmente «*o processo de expansão do capitalismo liberal*», e o marxismo nos termos das encíclicas que definiram a doutrina social da Igreja; *c*) afirmar que «*a Igreja critica todos aqueles que tentem reduzir o espaço da fé à vida pessoal ou familiar, excluindo a ordem profissional, económica, social e política, como se o pecado, o amor, a razão e o perdão não tivessem aí relevância; d*) por outro lado, afirmaram uma *opção preferencial* pelos pobres, salientando que «*o serviço do pobre exige, de facto, uma conversão e purificação constantes em todos os cristãos para alcançar-se uma identificação cada dia mais plena com Cristo pobre e com os pobres*»; *e*) reclamando o respeito pelos direitos humanos na sua definição tradicional das proclamações ocidentais, insistem nos «*direitos dos pobres e mais necessitados*», isto é, os direitos

(27) Meira Penna, *O Evangelho Segundo Marx*, cit.

sociais; *f*) a Igreja deve oferecer «*o sentido de salvação e libertação*», mas com um sentido de esperança concreta, isto é, tendo em vista as alienações vigentes em consequência dos sistemas socioeconómicos condenados, porque a libertação pregada começa na história e não é reservada para a eternidade.

6. Os teólogos da Libertação não usam partir de Camilo Torres, e todavia parece que esta proclamada inserção no concreto e no real da vida dos povos pobres não pode deixar de ter em conta a opção que sublinhou com a perda da vida. Um dos doutrinadores que em geral não esquecem, o bispo Hélder Câmara (Recife), aproximou esse sacrifício do que nos EUA atingiu Martin Luther King, embora este tenha sido adversário constante da violência, e mais próximo de Ghandi ([28]).

Mas Camilo Torres, sociólogo ao mesmo tempo que padre da Igreja Católica, dando forma a meditações que sobretudo tornou públicas depois do Congresso de Sociologia de Bogotá de 1963, concluiu que a mudança das estruturas dos países subdesenvolvidos não dispensa a pressão da *classe popular*, e admitiu que a *revolução violenta* é uma alternativa provável para todos os outros meios de acção, visto que a classe dirigente não dá mostras de prever e aceitar uma reforma conduzida pelo poder que detém. Por isso, como colombiano porque não podia alhear-se das lutas do seu povo, como sociólogo porque concluíra pela necessidade da revolução, e como sacerdote porque entendia estar obrigado pela caridade, alinhou com a guerrilha, firmando o princípio de que julgar da oportunidade da violência é um juízo da exclusiva responsabilidade do cristão, e não da hierarquia.

Não lhe ocorreu porém encaminhar a *teologia* para a função de uma *ideologia dos pobres*, tal como acontece com os teólogos da libertação, e particularmente dos pobres da América Latina, que compreendem estar «*dentro da correlação das forças mundiais e das contradições internas do sistema capitalista*». Trata-se agora, no domínio político, de uma libertação económica, social e educacional, histórica e concreta, como «*uma das concretizações do Reino de Deus*», optando por uma sociedade alternativa e descomprometendo-se com o sistema diminante.

([28]) *Le Monde*, 26 de Abril de 1968; Camilo Torres, *Écrits et Paroles*, Paris, 1968.

Escritores como Gramsci, Portelli, Godelier, Bourdieu, são invocados para averiguar em que medida, dentro da sua *autonomia relativa*, a religião possui uma força transformadora da sociedade. E parece aceite a conclusão de que a Igreja funcionou no passado como «*aparelho ideológico do Estado*» na consolidação da hegemonia da classe dominante, não porque a doutrina o impunha, mas porque o aparelho clerical enveredou por tal via.

Parecem sempre comprometidas com a ambiguidade expressões como estas de Ronaldo Muñoz: «*já havíamos assinalado que, para ser autenticamente libertadora, deve a pastoral da Igreja enquadrar-se na situação, na problemática e nas aspirações humanas* ([29]).

Mas quando tal enquadramento se traduz concretamente nas *comunidades de base*, que procuram cristamente obter a libertação das muitas submissões impostas pelo sistema vigente, é impossível admitir que a acção política concreta, tendo em vista o poder concreto, não apareça como via necessária, e também é impossível separar a acção política da eventualidade do recurso à acção directa, à revolução violenta. Por isso tem a maior importância a lucidez de Assamn quando, dentro da escola da Teologia de Libertação, sustenta que a violência é justificada a partir dos conceitos tradicionais de legítima defesa e de guerra justa, mesmo contra a «*violência institucionalizada*», que é uma das suas maneiras de referir as estruturas da sociedade capitalista: «*meios extremos para males extremos. A situação nos empurra para gestos extremos* ([30]). Por isso também é mais explícito Blanquart, quando insiste em que o problema subjacente a esta crise da Igreja é o da política nas suas relações com a fé, porque, se a política é um problema novo para a humanidade, não poderia deixar de o ser para a Igreja ([31]).

7. Não apenas este ponto, mas ele parece o mais importante, levanta o problema da relação da Teologia de Libertação com as doutrinas afirmadas pelo Concílio Vaticano II, iniciado em 1962. Ali apareceu aquilo que alguns chamaram a *Igreja dos Pobres*, e que outros consideraram um *grupo de pressão*.

([29]) Ronaldo Muñoz, *Nova Consciência da Igreja na América Latina*, Petrópolis, 1979, pág. 244.

([30]) In Meira Penna, cit., pág. 84, *Teologia na Praxis da Libertação*.

([31]) Blanquart, *L'Acte de Croire et L'Action Politique*, Idem.

Liderados pelo Cardeal Gerlier e por Maximos IV, Patriarca de Antioquia, um grupo de cerca de cinquenta bispos debruçou-se sobre o conceito de João XXIII (11 de Setembro de 1962): «*A Igreja apresenta-se tal qual é, e quer ser a Igreja de todos e particularmente a Igreja dos* pobres».

No dia 26 de Outubro de 1962 o Cardeal Gerlier declarava: «este problema apresenta-se sob formas diversas, mas no fundo é sempre a mesma: a situação dolorosa de um tão grande número de homens resultante de uma repartição desigual de riquezas. Como é que a Igreja não se sentiria obrigada a dar-lhe remédio ao mesmo tempo na ordem do pensamento e na ordem da acção? Salvo erro, não parece que isso tenha sido previsto, ao menos directamente no programa do Concílio.» No mesmo Concílio, o Cardeal Lescaro, em 7 de Dezembro de 1962, insistiu na necessidade de tomar consciência, «de maneira explícita e proporcionada à situação histórica, desta revelação essencial e primordial do mistério de Cristo nos pobres».

Abriu assim caminho à sua nomeação, por Paulo VI, para dirigir os trabalhos destinados a aprofundar essa verdade, em termos de aparecer nos esquemas do Concílio e na vida da Igreja no plano doutrinal, institucional e pastoral. Por isso a sua intervenção é importante, e a sua conclusão directora nesta matéria: «A conclusão desta sessão parece dever ser a seguinte: dois meses de trabalho e de procura humilde, livre e fraternal, com a ajuda do Espírito Santo, levaram-nos a melhor compreender, todos juntos, aquilo que o Concílio Vaticano II deve propor aos homens deste tempo, a saber o mistério íntimo da Igreja, que é como o grande sacramento de Cristo, Verbo de Deus, revelando-se, habitando, vivendo e trabalhando entre os homens» ([32]).

Todavia, o problema das relações entre a doutrina cristã e a violência política foi especialmente suscitado pelas encíclicas *Mater et Magister* (João XXIII) e *Populorum Progressio* (Paulo VI), provocando várias tomadas de posição episcopais, a mais clara talvez a de D. Hélder Câmara (Recife): «Estou contra a violência. Mas compreendo a violência. Respeito os homens que escolheram a violência. Devemos ser conscientes dos nossos erros, e os erros da Igreja são enormes. Durante muito tempo a Igreja foi uma

([32]) Ver documentação pertinente em Jacques Loew e Michel Meslin, *Histoire de L'Église par Elle-Même*, Paris, 1978.

força alienada e alienante. É a verdade. A religião não deve ser o ópio do povo, deve contribuir para a libertação dos homens» (33). Foi neste contexto que João XXIII, na *Pacem in Terris* de 11 de Abril de 1963, advertia contra os que «arrebatados pelo zelo» são levados a empreender uma reforma completa, e o parágrafo 31 da *Populorum Progressio* era ultrapassado quando Camilo Torres dava o exemplo da opção pela violência.

No caso da Teologia de Libertação, e independentemente da evolução histórica da doutrina da Igreja sobre a legitimidade da violência em várias circunstâncias, incluindo o tiranicídio, a questão é a de saber se a forma de opção pelos pobres, que é sustentada, implica ou não a legitimação da violência revolucionária e como é que a Igreja participa no processo.

Ora, desde 1971, data do aparecimento do livro de Gustavo Gutierrez, *Teologia de Libertação,* em Lima, sucedem-se os documentos, ou individuais ou colegiais, e a dúvida permaneceu em face dos textos. É a encíclica de Paulo VI *Evangeli Nuntiandi* (1975), e *Puebla* (1979), é a literatura dos teólogos, que se multiplica, são as *comunidades de base* que proliferam. De que pobres, ou de que pobreza se trata, vai-se esclarecendo à medida que se identificam as alienações que devem ser consideradas: fala-se de «*mudanças estruturais*», fala-se de impossibilidade anunciar o evangelho «*sem implicações económicas, sociais, culturais e políticas*»; de «*libertação de todas as escravidões... e libertação para o crescimento progressivo no ser*»; fala-se das *comunidades eclesiais de base* como «*portadoras da mensagem de libertação integral do homem e do mundo*».

Neste ponto é que parece que a doutrina começa a aproximar-se do real e do existencial, visto que as comunidades eclesiais de base é que concretamente vivem a fé, identificam as submissões intoleráveis que existencialmente conhecem sem precisar de grande teorização, e devem agir com espírito cristão para as eliminar.

Os posseiros de terras brasileiras sabem que estão submetidos à violência de ocuparem terras alheias de um proprietário distante e ignorado,

(33) José de Broucher, *Don Hélder Câmara, La Non-Violence d'un Pacifique,* Paris, 1969.

sabem que não podem legalmente obter a propriedade da terra, sabem que podem a cada momento ser expulsos, e sabem que enquanto o uso de facto lhes é consentido terão ainda assim uma economia de subsitência ao nível mais baixo.

A Teologia de Libertação, com o seu agente concreto mergulhado na cultura concreta do grupo concreto, explica-lhes que se trata da "libertação integral de todo o homem e de todos os homens, ou seja, de todas as dimensões oprimidas da vida humana (pessoal e social) sem exclusão de algum homem. É um progresso global que em simultaneidade dialéctica abrange as instâncias económica (libertação da pobreza real), política (libertação das opressões sociais e gestação de um homem novo), e religiosa (libertação do pecado, recriação do homem e sua total realização em Deus).

Estas não são fases sucessivas cronologicamente, sim simultâneas, de tal sorte que, lutando de forma libertadora na instância económica, aí se dá não só uma libertação económica mas também política e religiosa. Isto quer dizer que no económico acontece também justiça e graça. E assim dialecticamente acontece em cada uma das instâncias, uma aberta e presente na outra. Jamais se trata, então, de uma libertação metafórica, e sim real e histórica" ([34]).

De facto não se trata de converter os detentores do poder que gerem o sistema considerado alienante, falando ao ouvido do príncipe, mas sim de mergulhar na cultura e religiosidade dos oprimidos, despertá-los para a libertação, para que iniciem a construção da esperança concreta neste mundo.

Também não é o caso do marxismo-leninismo que assume simultaneamente o julgamento condenatório do sistema, a incapacidade de reacção espontânea das vítimas, e que organiza o partido como voz tribunícia dos alienados, instrumento de luta pela aquisição do poder, e o monopólio e responsabilidade totalitária do Governo para liquidar simultaneamente o sistema, as suas consequências alienantes, e a própria necessidade de futuramente existir o Estado.

Agora estamos em face de uma atitude situada na história, que adopta a leitura marxista da conjuntura, que nega simultaneamente a

([34]) Boff, cit., pág. 186.

solução capitalista e a solução leninista para encarar o futuro porque reclama matrizes católicas, que confia no voluntarismo das comunidades eclesiásticas de base despertadas pela palavra proferida em tempo certo e com interpretação finalmente correcta para implantar a esperança concreta neste mundo. Mas falta a resposta no que respeita à participação na acção desencadeada, quando esta sobretudo se encaminhe para a então santa violência. Falta saber se os semeadores da palavra participarão na acção que é o complemento dela, ou ficarão apenas dando o seu apoio com o poder da oração.

8. As coincidências metodológicas quanto ao exame da estrutura social, com o marxismo, não implicam necessária coincidência do conceito de *pobreza* com o conceito de *proletariado,* porque o primeiro é mais abrangente do que o segundo, porque aquilo que ambos têm de *conceitos valorativos,* ainda que se exprima com a mesma referência à violação da *justiça,* decorre de *escalas de valores* diferentes. Também o elemento utópico da *sociedade do futuro,* para os libertadores *implementação do reino neste mundo,* para os marxistas a *sociedade sem Estado,* não tem doutrinalmente o mesmo conteúdo, podendo talvez dizer-se que uns o recolhem de Santo Agostinho e os outros de Marx-Engels. Mas naquilo que respeita à acção, à confiança no basismo, à revolução necessária, e, para efectivar esta, à eventual violência como instrumento indispensável, é que os conteúdos dos conceitos parecem tender para a coincidência por simples imposição da natureza das coisas, neste caso os limitados processos políticos entre os quais é possível optar.

A referência à não resistência extrema e absoluta de Ghandi nunca aparece referida pelos libertadores, assim como Luther King, prémio Nobel da Paz, aparece entre as vítimas exemplares da luta contra o sistema vigente, mas não como inspirador e modelo da eventual acção. Esta eliminação, explicitada por omissão, parece coerente com a condenação da religião como ópio do povo que os libertadores proferem, e com o repúdio da invocada função histórica da Igreja de colaborar na criação de um estado de espírito de submissão ao poder instalado, e durante muitos séculos sacralizado.

Por outro lado, nas críticas que vão aparecendo na linha libertadora a João Paulo II, não escondem que atribuem o seu conservadorismo eclesiástico ao ambiente polaco em que se formou e lutou, numa Igreja situada em luta pelas liberdades políticas que o seu povo não tem,

enquanto que nas regiões da pobreza, onde a nova teologia nasceu, são os direitos sociais que principalmente estão em causa, tendo presente na cultura popular a vivência das liberdades políticas formais que foram implantadas com as independências coloniais, e suprimidas eventualmente por reacções internas do sistema político, nunca por imposição de uma potência estrangeira invasora, e sempre com a invocação da transitoriedade. Mas com frequência tendem para separar esse conservadorismo, que diria respeito ao aparelho, e que no Ocidente acusam de uma tradição triunfalista e constantiniana, da adesão que lhe atribuem à nova visão libertadora, popular, geográfica, e basista da Igreja em luta contra as alienações existentes sobretudo na América Latina.

A recente (1984) chamada a Roma do Padre Boff, para se explicar perante a Congregação da Fé, não parece ter consagrado este esforço de assimilação do discurso de João Paulo II ao discurso da Teologia de Libertação. Por isso o risco da separação de Roma permanence como uma das hipóteses do processo em curso, e a questão da revolução violenta, e do papel desta Igreja popular nessa eventualidade, continua a exigir exame e meditação.

O facto é que, na América Latina, padres exercem cargos governativos, contra a proibição disciplinar, e a força é inerente ao exercício do poder, tanto como á sua conquista e manutenção. Poderá, todavia, estar-se nesses casos apenas em face de atitudes explicáveiss pela perspectiva individual, e portanto não significativas quanto à interpretação de uma tendência que, passando pela organização das comunidades eclesiais de base, e assumindo a função tribunícia das necessidades dos pobres, evolua para a direcção política e para a acção directa, quando necessária.

Mais significativa, no sentido negativo, seria a omissão regular no discurso libertador do exemplo de Camilo Torres, o qual concretamente meditou sobre a violência como instrumento da política, a considerou justificada, e pelo menos acompanhou a guerrilha, sem estar provado que morreu em combate.

A hesitação, é pelo menos evidente neste trecho de Leonard Boff: «A tradição conhece o santo ascético, mestre das suas paixões e fiel observante das leis de Deus e da Igreja. Quase não se conhecem santos políticos e santos militantes. No processo de libertação, criou-se a situação para outro tipo de santidade: além de lutar contra as suas próprias

paixões (tarefa permanente), luta-se contra os mecanismos da exploração e da destruição da humanidade. Aí emergem virtudes difíceis mas reais: solidariedades com os da sua classe, participação nas decisões comunitárias, lealdade para com as soluções definidas, superação do ódio contra as pessoas que são agentes de mecanismos de empobrecimento, capacidade de ver além dos imediatismos e trabalhar por uma sociedade futura que ainda não se vê nem se vá talvez gozar. Esse novo tipo de ascese possui exigências próprias e renúncias, a fim de manter o coração puro e orientado pelo espírito das bem-aventuranças» ([35]).

Usar da força, sem ódio pelo adversário, também classicamente faz parte da ética do militar, cuja profissão é justamente a de intervir naquilo que chamam a subida aos extremos, e cuja acção não provoca vítimas, provoca baixas no adversário. Aqui, diz-se: «esta tendência sublinha o facto de que o verdadeiro sujeito de libertação é o próprio oprimido. Sua cultura popular, particularmente sua radical religiosidade, suas formas de organização popular, as comunidades cristãs de base, são motores de libertação e de conscientização. Potenciar, purificar e aprofundar tais elementos constituem caminhos para uma libertação popular» ([36]).

O ministro da religião, finalmente no caminho da história, é um agente que ensina aprendendo com essa religiosidade popular o caminho da libertação. Afirma do marxismo que este apenas foi condenado pela Igreja pelas suas ilusões, mas não pela avaliação verdadeira da realidade social, e acrescenta que recusa dele a solução totalitária — *qui bene distinguit, bene docet* — para concluir que a proposta é no sentido de que a teologia utiliza o marxismo, e não que o marxismo utiliza a teologia, mas não adianta nada a respeito da questão principal que é a passagem à acção, e saber se o ministro de Deus também participa nela em todas as formas, se também combate quando é necessário, ou fica pelo uso do poder da oração em todas as circunstâncias.

Afirmar a função nova da Igreja, que já «*não é princípio legitimador dos poderes estabelecidos, sim de crítica e de denúncia dos abusos*», dizer que a Igreja tenta reinventar-se a partir dos pobres para que toda a Igreja seja uma Igreja para os pobres, com os pobres e dos pobres, acrescentar que «isto não significa que os ricos devam sentir-se excluídos

([35]) Leonard Boff, *O Caminhar da Igreja*, cit. pág. 216.
([36]) Leonard Boff, cit. pág. 194.

da Igreja, significa que uma vez convertidos e atingidos pelo anúncio evangélico, os riscos devem sentir-se urgidos a comprometer pela justiça, contra a pobreza-injustiça e a exploração», parece traduzir-se nisto: existe um conflito de classes (chamado aqui conflito de interesses), em que os proletários (chamados aqui pobres) são os portadores do futuro contra os ricos não convertidos e, logo, pagãos (capitalistas), o que tudo conduz à «missão de libertar os pobres, ajudar ali onde estamos». E voltamos sempre à questão da espécie de ajuda, quando a acção corre pelos caminhos da violência.

Talvez a resposta, não explicitada, possa ser encontrada nas figuras carismáticas oferecidas a servir de exemplo e meditação, os novos santos, mártires e profetas da Teologia da Libertação, visto que desde 1966 se enumeram cerca de mil pessoas, ligadas directamente à pastoral da Igreja, «*que foram ou presas ou torturadas, ou expulsas ou matadas*». Em princípio mártires, que sofreram o sacrifício em testemunho da verdade da palavra.

Em primeiro lugar o Arcebispo D. Romero, de San Salvador, morto em 24 de Março de 1980, ao celebrar a missa; depois as vítimas da extrema-direita católica no Chile, na Argentina, na América Central; depois, o Bispo da Teimosia e da Liberdade, de São Félix de Araguaia, D. Pedro Casaldaliga, que proclamou: «tua mitra será um chapéu de palha; o sol e o clarão da lua; a chuva e o sereno; o olhar dos pobres com quem caminhas e o olhar glorioso de Cristo, o Senhor. Teu báculo será a verdade do evangelho e a confiança do teu povo em ti. Teu anel será a fidelidade à nova aliança de Deus libertador e a fidelidade ao povo desta terra, Não terás outro escudo que a força da esperança e a liberdade dos filhos de Deus nem usarás outros recursos que o serviço do amor» ([37]). Mas foi ele quem fez um poema à morte de Che Guevara, e declarou publicamente a legitimidade da violência libertadora. Violência dos outros, abençoada mas não participada? Estimulada mas não assumida? Pregando a liberdade, sem combater por ela? ([38]). Política, sem

([37]) Assman, *Teologia Desde la Praxis de la Liberation,* Salamanca, 1973, pág. 106; Copequi, *Caminhos da Libertação,* S. Paulo, 1973; Avila, *Elementos de Una Evengelizacion liberadora,* 1971; Comblin, *Theologie de la pratique révolutionaire,* Puf, 1974, pág. 65.

([38]) Rahner, *La Gracia Como Libertad,* Barcelona, 1972; Garaudy, *La Liberté,* Paris, 1955.

luta pela aquisição, uso e manutenção do poder? (39). Ao lado da nobreza, sem pegar em armas a seu favor, e que pobreza?

As doutrinas também possuem uma lógica existêncial, e a hipótese parece ser que a resposta de Camilo Torres, tantas vezes esquecido, e talvez por isso mesmo, é que melhor corresponde a uma acção baseada nos pressupostos da Teologia da Libertação. Existencialmente não parece previsível que seja possível despertar, ensinar aprendendo com a religiosidade popular, denunciar as violências que os ricos sustentam contra os pobres, animar a luta pela libertação, e ficar pela oração quando a revolução violenta é a escolha para a acção. A participação na violência parece a conclusão da lógica existencial dos teólogos da libertação, mesmo que a omitam nas palavras, porque não poderão omiti-la na acção.

9. A invocação do marxismo metodológico, e o recebimento das conclusões deste quanto à análise da situação, assim como a hipótese de que a violência participada é uma conclusão natural da Teologia de Libertação, faz surgir a questão de saber qual a versão marxista que pode supôr-se mais próxima desta abordagem. A sugestão é que se trata do comunismo que tem raiz em Rosa Luxemburgo, cuja especifidade parece residir nestes dois pontos: o anti-reformismo, a crítica da concepção social-democrática; por outro lado, a crítica da concepção leninista do partido, a favor do papel essencial das massas no processo revolucionário, para evitar que voltem a ser instrumento de grupos dominantes que lhe são estranhos. Foi ela quem caracterizou a sua concepção revolucionária como tendendo a transformar as massas no centro da luta anticapitalista, permeadas crescentemente por uma consciência de classe. A organização política e os seus líderes teriam a função importante mas limitada de guiar as massas mas sem se substituirem a elas, reclamando-se de interpretar bem o Manifesto Comunista. Assim foi levada a entrar em conflito com a direcção centralizada e burocrática do partido. Morreu assassinada quando se encontrava empenhada na tentativa de conjugar a revolução social com a democracia de novo tipo (40).

---

(39) J. B. Metz, *Teologia Política. O Futuro Que Brota da Recordação do Sofrimento,* Cencélium, 1972/76, 709-724.

(40) Massimo Salvadori, *Storia del Pensiero Comunista,* Milão, 1984, pág. 171.

Mas aqui não se trata de pressupostos teóricos, de metodologia científica, trata-se de acção, de luta política, de participação nela, e de morrer no decurso dela. É por isso que a Teologia de Libertação, ao passar à acção, ao organizar as comunidades de base, com seus novos profetas e mártires, parece inevitavelmente inscrita num sistema que assume uma lógica própria, com exigências governativas, com opções inevitáveis e, entre elas, a passagem eventual à revolução violenta, e o dever de participar nela, não apenas com o poder da oração, mas orando para que as armas sejam usadas em causa justa, santa, libertadora. Canalizando a força da revolta, como a Igreja que condena sacralizou o poder governava. Fazendo exactamente aquilo que reprova, em face da lógica do processo que pretende liderar, porque também foi um novo modelo de sociedade que orientou a passada sacralização do poder, convictos os seus doutrinadores de que finalmente se estabeleceria a *respublica cristiana*. Pondo realmente em causa o princípio de que a Igreja, Mestra da Doutrina, não opta por nenhuma organização interveniente na política, são os cristãos que optam orientados pela doutrina. A opção pelas comunidades eclesiais de base, que não podem deixar de intervir na luta política para se libertarem das alienações impostas pelo sistema, é uma opção concreta por uma formação, e não parece definitivamente evitável a participação na acção desencadeada, ou então a falta de autenticidade voltará a instalar-se e contra os desígnios proclamados, os objectivos afirmados, os princípios enunciados.

10. Um dos livros testamento de Luther King chamou-se *Why We Can't Wait* (41). Mas nunca abandonou a convicção de que o verbo mantém a capacidade de organizar o caos, apelou para a violência dos princípios, brandiu a lei contra a injustiça, assumiu a resistência passiva, morreu por dar testemunho, não derramou sangue alheio. O problema Norte-Sul não pode ver acrescentado, às suas complexidades ameaçadoras, este reenvio, para o Ocidente que por vezes parece um regime de extrema-unção, de uma revisão equívoca da mensagem de S. Paulo, que não admitia

(41) Nova Iorque, 1964.

a diferença entre gregos e estrangeiros, entre senhores e escravos. Proclamou a UNESCO no seu acto constitutivo, que a guerra começa no coração dos homens. A tarefa do personalismo é o desarmamento, não é dinamizar uma competição estratégica das cóleras.

Adriano Moreira

Director do Instituto de Relações Internacionais do I. S. C. S. P. da Universidade Técnica

A OTAN: GESTÃO DE CRISES

Pedro Catarino

A OTAN: GESTÃO DE CRISES (*)

1. É para mim um privilégio e ao mesmo tempo um enorme prazer vir ao meu próprio país falar sobre o que faço na NATO, na minha qualidade de funcionário internacional, qualidade essa infelizmente pouco comum em cidadãos portugueses.

E digo infelizmente porque considero tal carência como um importante «handicap» que afecta negativamente a nossa capacidade de intervenção no seio das organizações internacionais.

Isto para além do aspecto altamente formativo dos lugares internacionais, não só dada a sua natureza e as matérias por eles abrangidas, mas pelo contacto directo e permanente que eles proporcionam com métodos de trabalho e estruturas diferentes e com funcionários de outras nacionalidades.

Em 35 anos da história da NATO sou o primeiro funcionário do quadro do Ministério dos Negócios Estrangeiros que presta serviço no Secretariado Internacional da NATO, e é a primeira vez igualmente que Portugal obteve um lugar de direcção no quadros da Organização.

Espero que esta situação se altere no futuro, sobretudo agora que Portugal se abre para a Europa, e que o meu exemplo sirva de estímulo a outros portugueses.

Por esta razão também, estou agradecido ao Senhor Almirante por acarinhar um funcionário internacional português, convidando-o a vir dar o seu testemunho perante este Instituto.

2. A escolha do tema da minha conferência — gestão de crises na Aliança Atlântica — está directamente relacionada com as funções que exerço em Bruxelas.

(*) Conferência proferida em 22ABR85 no IDN e no âmbito do CDN/85, pelo Dr. Pedro Catarino

Para além do interesse do tema em si, que é tão pouco falado dada delicadeza de certos dos seus aspectos, julgo que não deixará de ser inte ressante saberem do que é que um português se ocupa na NATO e qua as responsabilidades que lhe são confiadas na estrutura internacional d Aliança.

3. Para a delimitação do objecto da conferência é importante que e sublinhe que numa concepção lata a gestão de crises poderia incluir grand parte do que se faz no seio da NATO, sobretudo se atentarmos nas razõe da criação da Aliança Atlântica — contrariar de forma efectiva o pode hegemónico da União Soviética numa escala global. A solidariedade atlân tica e a estratégia da dissuasão evitaram que a União Soviética, após te subjugado os países da Europa Central ocupados pelo Exército Vermelh continuasse a expandir a sua posição hegemónica na Europa e criaram a precondições para uma efectiva gestão de crises, isto é, a prevenção d uma terceira guerra mundial, procurando ao mesmo tempo uma soluçã política construtiva para os problemas relativos às relações Este-Oeste.

Poderíamos assim dizer que de certo modo a essência da NATO n últimos 35 anos tem sido e continua a ser a gestão de crises, e que es constitui a razão de ser da Aliança.

Não é contudo neste sentido que eu vos vou falar de gestão de crise Não vos falarei hoje nem da evolução da permanente crise que tem cara terizado as relações Este-Oeste e a gestão colectiva destas relações, ne tão-pouco das crises internas que têm afectado a Aliança.

Não trago comigo também infelizmente uma receita milagreira qu possa ser aplicada a eventuais crises de ordem nacional.

4. Na acepção em que a vamos entender, uma crise é uma controvérs entre Governos ou grupos de Governos relativamente a uma questão qu é tida como fundamental para os interesses básicos de uma ou de amb as partes.

Concomitantemente com essa controvérsia gera-se um sentimento de un grande intensidade e a possibilidade de irrupção de força.

Podemos dizer que uma crise é gerida se uma solução para ambas partes é encontrada sem que tenha havido recurso à força.

E poderá dizer-se que ela foi gerida com sucesso se as causas subj centes ao conflito foram removidas para o futuro.

5. Ora, neste sentido, nunca a NATO, até à data, teve felizmente que fazer face a uma crise que directamente afectasse a área da NATO ou que envolvesse a Aliança como entidade colectiva.

Nunca, por exemplo, a Aliança chegou ao ponto de ter de declarar sequer o estado de simples alerta, que corresponde a uma primeira fase, de carácter preliminar, do sistema de Alerta da NATO.

Creio que podemos considerar este facto como um sucesso notável da Aliança, que tem permitido a manutenção da paz num período de mais de 35 anos.

Isto não quer dizer, contudo, que não tenham ocorrido neste período situações causadoras de alarme.

A invasão soviética do Afeganistão e a crise da Polónia são exemplos relativamente recentes de situações desse género.

Mas se considerarmos os focos de tensão actuais ou potenciais, a capacidade militar da União Soviética e os objectivos da sua política, seria imprudente ignorarmos ou pormos de lado a possibilidade de um dia termos que fazer face a uma situação de crise grave que venha a envolver a Aliança.

Perante tal situação o nosso objectivo deverá ser tentarmos controlá-la antes que ela atinja proporções que possam afectar gravemente os nossos interesses, procurando restaurar o «statu quo ante» e, se possível, romover as origens da tensão.

Na hipótese de o estado de tensão se agravar, um certo número de medidas preventivas deverão ser tomadas e melhorada a nossa postura defensiva.

E, no caso das hostilidades se declararem, deveremos procurar evitar uma escalada da situação, controlar a nossa resposta e persuadir o agressor a cessar o ataque e a retirar.

6. E daqui resulta a necessidade de a Aliança se dotar de mecanismos que assegurem que os Governos dos 16 países membros estejam perfeitamente ao corrente dos factos relativos a uma eventual crise à medida que ela se desenvolve e que lhes permita uma tomada de decisões colectivas que seja rápida, coesiva e positiva.

Será útil a este respeito lembrar que a Aliança se encontra confrontada com o Pacto de Varsóvia que é dotado de uma estrutura monolítica onde a tomada de decisão é fácil e rápida e cujas regras de operação têm

o efeito de suprir quaisquer diversidades e impor uma rígida uniformi dade.

Por seu lado, a Aliança compreende 16 países independentes e sobera nos, com tamanhos e capacidades diferentes, com as suas políticas autó nomas, com as suas tradições, com a sua história, a sua geografia e os seu problemas específicos.

Os turcos não pensam como os ingleses, nem os gregos como os norue gueses.

Para além de todas estas diferenças são 16 democracias, com os seu quadros constitucionais, com os seus parlamentos, com as suas opiniõe públicas.

E a regra na NATO é a do consenso, ou seja, as decisões são tomada por unanimidade.

Tudo isto torna extraordinariamente difícil a harmonização das pos ções individuais dos países membros e o processo de tomada de decisõe colectivas.

Mas torna por outro lado mais imperativo que exista uma maquinari adequada para a gestão de crises na Aliança.

7. Antes de vos falar dessa maquinaria tal como ela existe actualmente importa recuar alguns anos na história da Aliança.

Até 1966 a Aliança não possuía uma maquinaria colectiva especia mente destinada a facilitar a gestão de crises.

E foi a mudança na estratégia da NATO que então se operou que fe alterar essa situação.

Até essa altura a NATO tinha uma estratégia de retaliação maciça baseada numa filosofia de guerra total, entendendo-se que haveria ur muito limitado ou mesmo nenhum tempo de aviso e portanto muito pouc tempo ou sequer necessidade de uma consulta colectiva antes que um ata que hostil fosse lançado.

Essa estratégia foi alterada e introduzido o conceito de resposta flexíve e defesa avançada.

A nova estratégia passou a admitir um cenário segundo o qual dever provavelmente verificar-se uma deterioração progressiva da situação político -militar antes que qualquer ataque seja desencadeado.

Consequentemente os objectivos da NATO deverão ser tomar todas a medidas possíveis para evitar as hostilidades ou, no caso destas serem deser cadeadas, controlar a resposta da Aliança evitando a escalada da situaçã

Devo no entanto acrescentar a este respeito que o objectivo da Aliança de evitar a escalada tem que ser qualificado.

Embora o compromisso de não ser a primeira a usar a força militar seja inerente à sua estratégia, a NATO conserva a opção de ser a primeira a usar armas nucleares para se defender, se atacada.

Combinando a certeza da resposta da NATO a uma agressão, com a incerteza da natureza e extensão precisa dessa resposta, fortalece-se assim a dissuasão, tornando impossível à União Soviética calcular com confiança os riscos em que incorrerá iniciando qualquer agressão.

É esta incerteza e esta incalculabilidade que constitui um factor vital na equação da dissuasão da NATO.

A introdução da estratégia da resposta flexível e da sua nova conceptulogia, trouxe consigo a necessidade de arranjos efectivos e de uma máquinaria na Aliança para a gestão de crises.

Os arranjos que hoje existem na NATO têm a sua origem nas recomendações de um Comité Especial de Ministros da Defesa estabelecido em 1966 sob a presidência do então Secretário da Defesa norte-americano Robert MacNamara.

O objectivo principal de tal comité era o de considerar certos aspectos da estratégia nuclear, mas foi entendido então que a maior parte dos procedimentos e maquinaria necessária para a consulta sobre o uso de armas nucleares eram igualmente aplicáveis a todo o espectro da consulta política e da tomada de decisões colectivas num período de tensão crescente.

Na linha das recomendações atrás referidas o Conselho criou um comité — o Comité das Operações e Exercícios do Conselho — a que eu presido, com a responsabilidade pelo desenvolvimento dos procedimentos e organização relativos à gestão de crises e à sua revisão permanente.

8. Proponho-me agora dar-vos uma panorâmica dos arranjos actualmente em vigor na NATO para a gestão de crises.

Começarei por fazer algumas observações gerais sobre o conceito e princípios básicos, passando depois para a maquinaria existente, com especial referência à sede da NATO em Bruxelas.

Duas observações preliminares:

Primeiro, os nossos arranjos, medidas e procedimentos para a gestão de crises, foram desenvolvidos para cobrir o espectro completo de situações de tensão ou crise internacional até uma situação de guerra, e foram concebidos para a hipótese do caso mais grave.

É um sistema, portanto, dotado de grande flexibilidade, uma espécie de «menu à la carte» do qual as partes apropriadas poderão ser seleccionadas para fazer face às circunstâncias e necessidades particulares de um caso específico.

Como atrás disse, a Aliança nunca teve até hoje que enfrentar uma crise ameaçando directamente a área NATO. Têm havido, sim, e continuam a haver, crises que não têm envolvido a Aliança como entidade colectiva.

Para estas crises — o caso da Checoslováquia ou da Polónia — têm sido usadas certas facetas dos arranjos existentes, em particular os respeitantes à consulta política.

Trata-se, pois, de um sistema que pode ser usado para qualquer tipo de crise mais ou menos grave, e a sua aplicação terá que ser decidida numa base casuística.

O segundo ponto que desejaria sublinhar é que os arranjos para a gestão de crises são objecto de uma contínua revisão.

Essa revisão é o resultado das lições tiradas dos exercícios que anualmente têm lugar para testar esses arranjos — exercícios Hilex e Wintex — e, é claro, constitui também uma adaptação permanente à evolução do mundo com as suas novas circunstâncias e conceitos e com as suas novas tecnologias.

9. Vejamos agora os princípios básicos sobre os quais foi desenvolvida toda a maquinaria da gestão de crises na NATO.

Primeiro: o Conselho do Atlântico Norte (ou Comité dos Planos de Defesa — DPC), em Bruxelas, é a mais alta autoridade da Aliança.

Daí que seja o Conselho/DPC o ponto focal para a gestão de crises na NATO.

Representa as 16 nações da Aliança e em sessão permanente é composto pelos 16 embaixadores representantes permanentes dos países membros.

Para ser absolutamente claro devo esclarecer que o Conselho e o Comité dos Planos de Defesa (DPC) são o mesmo órgão, excepto que o DPC compreende apenas os países envolvidos na estrutura de forças integradas e trata, em princípio, dos assuntos de defesa.

Segundo: todas as decisões tomadas pelo Conselho/DPC são a expressão da vontade colectiva dos Governos dos países membros da Aliança.

É no Conselho/DPC que as vistas dos Governos são contrapostas e harmonizadas com relação a todas as questões de importância maior.

Esta consulta e tomada de decisões colectivas cobre toda uma gama de assuntos de natureza política, militar e económica.

É interessante notar que para produzir os mesmos resultados através dos canais diplomáticos normais, em que cada país tivesse que consultar independentemente os outros 15, seriam necessários mais de 120 contactos bilaterais para cada questão ou qualquer desenvolvimento.

Terceiro: em conformidade com o Acordo de Lisboa de 1952, as nações delegaram nos seus representantes permanentes, ou seja nos Embaixadores na NATO, a responsabilidade de representarem todos os elementos dos seus respectivos Governos.

Quarto: o Conselho/DPC é apoiado em tempo de crise por uma organização de crise composta por elementos do Secretariado Internacional e do Estado-Maior Internacional e por diversos comités: do lado militar pelo Comité Militar e do lado civil por diversos comités civis, incluindo peritos em matérias políticas, económicas, planeamento de urgência civil, informação pública, etc.

Quinto: numa situação de crise será para a sede da NATO em Bruxelas e para o Conselho/DPC que os Comandantes supremos da NATO olharão, com vista a dele receberem autoridade e directivas.

É o Conselho/DPC que, para além da gestão político-diplomática da crise, terá no plano militar de autorizar a declaração de fases ou medidas do sistema de Alerta NATO, bem como o emprego de forças de reacção imediata, a activação de forças marítimas de contingência, as regras de empenhamento adequadas, etc.

10. Tendo descrito os conceitos, referir-me-ei agora à maquinaria existente na NATO para a gestão de crises.

Ela poderá ser dividida em duas áreas: de um lado os meios físicos e do outro os arranjos e procedimentos acordados colectivamente.

Quanto aos meios físicos, o primeiro requisito é a existência de um sistema de comunicações rápido, seguro e resistente, que sirva para a circulação de informações e de apoio ao processo de consulta política e de tomada de decisões. Para este propósito a NATO criou uma rede de comunicações telegráficas — o NATO-Wide Communications System — que liga permanentemente, 24 horas por dia, a sede da NATO, em Bruxelas, a todas

as 16 capitais da Aliança e aos quartéis-generais dos Grandes Comandos da NATO. É uma rede totalmente automatizada através de computadores, usando um sistema criptográfico, portanto seguro, e com possibilidade de recurso à utilização da capacidade satélite.

O terminal em Lisboa deste sistema está instalado no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Aliado a este sistema existe uma rede de telefones NATO com linhas permanentemente activadas que se estende através de toda a Aliança, servindo diversos milhares de subscritores. Esta rede liga nomeadamente a sede da NATO em Bruxelas aos comandos NATO e às autoridades que nos diversos países da Aliança se ocupam dos assuntos relacionados com a gestão de crises.

Ambos estes sistemas, telegráfico e telefónico, serão em breve amalgamados no Sistema Integrado de Comunicações NATO — NICS — em vias de execução.

Outro meio físico ao serviço da gestão de crises é o Centro de Situação existente na sede da NATO, em Bruxelas, e no qual é recebido das nações e dos Comandos NATO todo um conjunto de informações e de «intelligence» que são ali tratadas e dali disseminadas de novo pela Aliança. Esse centro é responsável também pela apresentação dessas informações aos Embaixadores no Conselho/DPC e aos representantes militares no Comité Militar.

É esse centro, aliás, de cuja supervisão tenho a responsabilidade, que serve de verdadeiro centro nervoso da Aliança durante uma crise. É nele que estão instalados o centro de comunicações da sede da NATO e um centro de computadores que serve, em primeira prioridade, a crise. E é nele que todos os elementos do Secretariado Internacional e do Estado-Maior Internacional com funções relacionadas com a gestão da crise — organização de crise — actuarão cobrindo 24 horas do dia seguindo os acontecimentos e dando o apoio adequado ao funcionamento dos diversos órgãos da Aliança.

11. Estes são os instrumentos básicos à nossa disposição. Vejamos agora como é que eles são usados e que procedimentos é que têm sido desenvolvidos e acordados pela Aliança.

Referirei em primeiro lugar os procedimentos acordados com respeito à circulação de informações e «intelligence».

Para os 16 Governos chegarem a um acordo sobre as acções a serem desencadeadas têm que partir de uma base de informação comum.

A gestão de uma crise supõe, com efeito, uma análise aprofundada dos factores da crise, a identificação das causas da deterioração e o estudo do encadeamento dos seus efeitos. Esta análise servirá de base não só à acção mas também à explicação que vai fundar e justificar as decisões tomadas.

Daí a necessidade fundamental do fluxo de informações. O conhecimento da situação político-militar é essencial para a tomada de decisões a nível nacional, pois apenas com base nesse conhecimento os Governos poderão dar o apoio requerido pela Aliança para a tomada de posições colectivas.

Em tempo de paz a NATO tem muito escassas fontes próprias de «intelligence» e tem, consequentemente, que basear-se quase exclusivamente nas informações que lhe são fornecidas pelos países membros.

Ora como eu disse atrás, os Governos da Aliança deverão assentar as suas acções sobre uma base comum de informação, não devendo ser apanhados de supresa ou deixarem-se ultrapassar pelos acontecimentos.

E permitam-me sublinhar que a informação é de tal maneira necessária à acção que a primeira das disposições que qualquer autoridade encarregada de enfrentar uma crise deve tomar é a coordenação e a concentração das informações.

Num período de crise os países deverão transmitir à sede da NATO, em Bruxelas, e aos quartéis-generais dos Grandes Comandos da NATO as informações de que dispuserem.

Se as informações forem de natureza particularmente importante deverão ser disseminadas imediatamente pelas capitais para todos os terminais do sistema de comunicações NATO-Wide.

Assim Lisboa, num período de crise, receberá de todas as outras capitais, através do sistema de comunicações NATO-Wide, as informações particularmente importantes para a crise que aquelas forem obtendo. Deverá, igualmente, transmitir às outras capitais as que as autoridades portuguesas porventura dispuserem.

Quaisquer outras informações que segundo o julgamento das capitais não se justifique que sejam transmitidas imediata e directamente aos outros Governos serão simplesmente enviadas para a sede da NATO em Bruxelas.

Aí funcionarão em períodos de crise dois grupos especiais, que compilarão sumários das informações recebidas tantas vezes quanto necessários, dependendo da gravidade da situação, e que são por sua vez transmitidos às capitais e aos Grandes Comandos NATO através do sistema NATO-Wide e às delegações nacionais e representantes militares na sede.

O propósito destes dois grupos é, por um lado, o de evitar, na medida do possível, uma duplicação do tráfego e, consequentemente, uma saturação do sistema de comunicações, e, por outro, apresentar o conjunto de informações relativo à crise numa forma compacta de fácil assimilação, sobretudo para as autoridades de nível elevado com pouco tempo para passarem em revista toda a imensidão de informações recebidas.

Depois de termos visto os procedimentos relativos à circulação de informações vejamos agora o que se passa com a avaliação dessas informações, ou seja, a avaliação da situação. Esta é feita quer a nível nacional, quer a nível internacional.

Os Grandes Comandos da NATO produzem avaliações regulares da situação militar e da «intelligence» militar que são disseminadas por toda a Aliança. São análises extremamente importantes no decorrer de uma crise, dada a posição daqueles comandos e os meios de que dispõem.

Da mesma forma, as nações são supostas transmitir de forma continuada aos seus Aliados e à sede da NATO em Bruxelas as suas avaliações da situação nos aspectos políticos, civis e militares. Este procedimento é fundado no princípio de que para haver uma consulta adequada que seja oportuna e bem informada em situações movентes, como são as situações de crise, os Governos membros deverão estar preparados para trocarem as suas próprias vistas sobre essas situações com os Governos dos outros países membros. Seria aliás ilógico e perigoso que alguns países fossem deixados no desconhecimento dos factos ou da maneira como eles são vistos pelos outros Aliados quando há a necessidade de serem tomadas decisões colectivas.

Este processo de troca de vistas e de avaliações nacionais de situação, que fornece uma leitura absolutamente indispensável das percepções e atitudes de todos os Governos membros, é complementarizado pelos procedimentos que existem para a produção regular na sede da NATO, em Bruxelas, de uma avaliação global da Aliança cobrindo os aspectos políticos, militares e civis da situação. Tal avaliação global é extremamente importante numa crise, pois a partir do momento em que se consegue chegar a uma

interpretação comum da situação será obviamente muito mais fácil acordar-se acerca do que deverá ser feito. Estas avaliações globais são processadas através do Conselho/DPC que aprova a sua transmissão às capitais e Grandes Comandos NATO.

Recapitulando:

A Aliança possui os instrumentos necessários para a consulta política que se impõe numa situação de crise, ou seja, um sistema adequado de comunicações telegráficas e telefónicas, e um centro de situação que funciona como uma «clearing house» na sede da NATO, em Bruxelas, onde as informações são recebidas e donde são disseminadas depois de devidamente tratadas.

Possui uma informação básica comum sobre os acontecimentos conseguida através dos procedimentos descritos para a troca e circulação de informações.

E possui os mecanismos, que também descrevi, para a avaliação dessa informação.

Vejamos agora como é que a Aliança reage a uma situação de crise.

É óbvio que essa reacção terá que ser decidida em grande parte numa base «ad hoc» conforme as circunstâncias que prevalecerem no momento, que podem variar e que variarão sempre enormemente.

Haverá, pois, necessariamente uma boa dose de improvisação. No entanto, a qualidade dessa improvisação dependerá de uma planificação prévia.

Toda a reacção à crise exige que os responsáveis pela tomada de decisões prevejam acções que deverão ser adoptadas perante situações excepcionais e que tenham ao seu dispor modelos de resposta ou um leque diversificado de opções, que possam ser seguidas na emergência de circunstâncias graves e urgentes.

O Conselho/DPC, órgão supremo da Aliança, onde serão acordadas as medidas que deverão ser tomadas colectivamente para gerir a crise, e harmonizadas as posições dos diversos países membros, tem ao seu dispor todo um conjunto de opções que foram desenvolvidas e acordadas e que estão catalogadas em documentos NATO.

Elas vão desde medidas diplomáticas a acções económicas contidas num inventário de medidas preventivas e medidas no campo da preparação civil, requerendo, por exemplo, decisões internacionais relacionadas com os recursos vitais e serviços, medidas militares de carácter preventivo preparatório como as constantes do Sistema Alerta da NATO, ou de carácter defensivo

como as contidas nos planos militares de contingência ou nos planos de defesa geral da NATO.

A maior parte das medidas diplomáticas e económicas serão aplicáveis apenas numa fase atenuada da crise em que esta não tenha ainda atingido uma gravidade alarmante. A sua importância é, contudo, enorme pois será através delas que se procurará resolver a crise por meios políticos, evitando a sua escalada.

Essas medidas podem ir desde diligências diplomáticas, visitas a nível ministerial ou parlamentar, mensagens de Chefes de Estado ou Governo, imposição de quotas e outras condições em acordos comerciais, suspensão de negociações ou contactos políticos, suspensão de acordos comerciais ou aéreos, fecho de portos ou aeroportos a navios e aviões de determinados países, etc.

Estes são apenas exemplos de uma longa lista que, ela própria, não é nem poderia ser exaustiva.

À medida que a situação se for agravando as opções militares tornar-se-ão, é claro, mais proeminentes.

Como compreenderão não me é permitido entrar em pormenores relativamente aos planos NATO e, em especial, aos relativos à consulta nuclear, dada a sua classificação.

Poderei, no entanto, referir que essas opções poderão incluir, por exemplo, o emprego de forças de reacção imediata, tais como a Força Móvel ou a Stanavforlant, força permanente do Atlântico, da qual faz normalmente parte um navio português.

Outras medidas militares poderão ser o reforço dos flancos, a execução de planos de contingência dos Grandes Comandos da NATO, etc.

Todas estas medidas requererão, a fim de poderem ser implementadas, decisões do Conselho/DPC.

Ao considerar todas estas opções, quer políticas quer económicas ou militares, o Conselho/DPC e as nações aliadas deverão exercer o seu julgamento de forma a assegurar que o grau de preparação da Aliança seja compatível com a gravidade da crise.

Este é, aliás, o propósito fundamental do Sistema de Alerta da NATO, destinado a assegurar uma transição ordeira, em fases, da paz para uma postura de acordo com a qual a Aliança está pronta para enfrentar uma agressão.

Todas as consultas e o processo de tomada de decisão colectiva deverão procurar manter sempre um equilíbrio entre, por um lado, a necessidade de evitar uma escalada da situação e que as medidas tomadas sejam tidas como uma provocação e, por outro, a necessidade de assegurar que as medidas militares adequadas para fazer face a um ataque sejam autorizadas a tempo de serem efectivas no caso de fracassarem as tentativas de gerir a crise.

Acabei de passar em revista, sucintamente, os mecanismos existentes na sede da NATO para a gestão de crises.

Vejamos agora como é que esses mecanismos funcionam com base numa situação fictícia.

Imaginemos um cenário de acordo com o qual a União Soviética exerce pressão sobre um dos flancos da Aliança.

Esta pressão poderá ser, vamos assumi-lo, política, económica e militar.

Logo que uma situação deste tipo é identificada, o pessoal, quer civil quer militar, da sede da NATO, em Bruxelas, com funções relativas à gestão de crises — ou seja, a organização de crise —, entra em operação numa base de 24 horas por dia por determinação do Secretário-Geral da NATO, que convida igualmente as delegações nacionais e respectivas autoridades nas capitais a fazerem o mesmo.

O fluxo das informações e de «intelligence» é intensificado, e os órgãos que nas capitais e nos comandos NATO têm responsabilidade neste campo reforçam os seus quadros e actividade.

Os grupos especiais para tratamento de informações e «intelligence» de que vos falei passam a operar numa base permanente, 24 horas por dia, e a disseminar sumários frequentes dessas informações e «intelligence».

Com base nas informações circuladas, os Governos nacionais começarão a transmitir aos seus aliados as suas avaliações da situação, e a sede da NATO a produzir e a circular avaliações globais políticomilitares. Os Comandos Principais da NATO produzirão e circularão, por seu lado, avaliações da situação militar.

O Comité Militar passará em revista e, no caso de tal ser necessário, fará recomendações relativamente aos aspectos militares da situação.

O Conselho/DPC, ao mesmo tempo que manterá a situação sob revista, instruirá o Comité Político para se debruçar sob as medidas diplomáticas que poderão ser tomadas e para fazer recomendações sobre elas. Diligências individuais e colectivas serão certamente feitas pelos Governos da Aliança

em Moscovo ou outras capitais, devendo as mesmas ser previamente coordenadas no Conselho/DPC. O Comité Político também se debruçará e fará recomendações sobre os diversos aspectos relativos à informação pública e relações com a imprensa.

Ao mesmo tempo peritos em planeamento de emergência civil reunir-se-ão com vista à coordenação das actividades nacionais nesse campo.

A emergência civil cobre uma grande variedade de matérias como a preservação da máquina do Governo, o exercício de poderes de emergência, a mobilização e utilização dos recursos industriais e outros, as comunicações civis, os arranjos internacionais quanto a refugiados, defesa civil, etc.

Em períodos de crise e de guerra o Alto Comité dos Planos de Emergência Civil tem a responsabilidade de apoiar o Conselho/DPC nas suas funções de coordenação de tais actividades, incluindo as directivas de ordem geral a ser dadas às Agências civis da NATO de tempo de Guerra, que serão activadas em caso de iminência de hostilidade.

Existem sete dessas agências responsáveis por matérias tais como navegação, transporte terrestre, aviação civil, petróleo, refugiados, etc.

Outro comité que apoia o Conselho/DPC em períodos de crise é o Comité do Alerta, que trata por delegação e em nome do Conselho/DPC da implementação das medidas do Sistema de Alerta NATO e dos planos militares de contingência, de modo a que apenas os casos controversos ou de maior urgência e importância subam à consideração dos Embaixadores.

Todos os assuntos importantes respeitantes à crise são considerados nas capitais e instruções nacionais são enviadas aos Embaixadores no Conselho/DPC onde quaisquer conflitos de vistas terão que ser aplanados.

Como atrás referi, toda a consulta na Aliança e o processo de tomada de decisão está centrado no Conselho/DPC que é o fórum para a obtenção do acordo colectivo dos Governos da Aliança para as medidas políticas, ou para a execução dos planos militares ou outras actividades e para o processo de consulta nuclear.

Com base no acordo alcançado o Conselho/DPC emite a orientação política e directivas às Autoridades Militares da NATO.

A decisão final será transmitida às capitais e aos quartéis-generais dos Grandes Comandos da NATO.

Se ela é relativa a uma questão militar deverá, juntamente com quaisquer eventuais directivas políticas, ser notificada ao Comandante ou Comandantes NATO a que diz respeito, através do Comité Militar.

À medida que a situação for evoluindo, dependendo do grau de determinação colectiva mostrado pelos aliados e a eficácia das medidas tomadas, a crise ou se agravará ou será controlada com sucesso.

É claro que o Conselho/DPC e todos os outros comités e delegações nacionais junto da NATO em Bruxelas agirão de acordo com as instruções das respectivas capitais, podendo este processo ser extremamente moroso uma vez que todas as decisões deverão ser tomadas por unanimidade. A NATO é uma instituição democrática e, como todas as instituições democráticas, é por vezes lenta a chegar a uma decisão colectiva.

Mas a essa tendência para uma certa lentidão contrapõe-se a necessidade absoluta de os Governos chegarem rapidamente a uma linha de acção comum.

É nossa missão na NATO, em Bruxelas, providenciarmos para que, na máxima medida do possível, a Aliança possua os meios para chegar sem demoras a um acordo no Conselho/DPC com base nas informações em poder de todos os Governos. É, portanto, imperativo que todos os arranjos, procedimentos e medidas de aplicação em situações de crise, incluindo o Sistema de Alerta NATO, os planos militares de contingência e os planos gerais de defesa da Aliança, sejam bem compreendidos pelas autoridades nacionais em todas as capitais da Aliança, as quais devem estar prontas a usá-los ao mais breve aviso.

À medida que a crise se for agravando o factor tempo e a urgência em se tomarem e executarem decisões vai-se tornando cada vez mais importante.

Como já referi a Aliança nunca teve que gerir uma crise que directamente afectasse a área NATO e que envolvesse a Aliança como entidade colectiva.

A maquinaria e os procedimentos existentes são, contudo, regularmente testados através de exercícios que têm lugar anualmente — os exercícios Hilex e Wintex.

Entre outros objectivos, estes exercícios servem o triplo propósito de familiarizarem as entidades que ao alto nível participam no processo de gestão de crises, quer na sede da NATO, quer nos Comandos da NATO, quer nas capitais; de permitirem o aperfeiçoamento dos mecanismos existentes; e de ajudarem a identificar os novos requisitos impostos pela evolução das circunstâncias.

Desejaria, antes de terminar, fazer algumas breves reflexões sobre a participação de Portugal na gestão de crise pela Aliança, e que vou reduzir a três pontos.

1. Vimos que a maquinaria existente na sede da NATO, em Bruxelas, para a gestão de crises é desenhada para permitir às nações soberanas, membros da Aliança, uma participação efectiva na gestão colectiva de uma crise.

É essencial, portanto, que o planeamento e os arranjos na sede da NATO e nas capitais estejam em concerto.

Assim, o que se faz em Lisboa neste campo deve tomar em consideração o que se faz em Bruxelas, e vice-versa.

É claro que a organização dos meios nacionais para a participação na gestão de crises pela NATO é uma prerrogativa do país que deve ter em conta os factores de ordem nacional, o modo de funcionamento das suas instituições e os condicionalismos e conveniências locais.

Mas, para além deste princípio básico que deve determinar, em primeira linha, as estruturas nacionais, é necessário que haja uma sincronização e uma adaptação destas às estruturas existentes em Bruxelas, e que as autoridades nacionais que se ocupam dos diveros sectores relacionados com a gestão de crises tenham um conhecimento perfeito dos arranjos, procedimentos e medidas em vigor e potencialmente aplicáveis.

É necessário que as estruturas nacionais estejam organizadas de modo a que o país possa participar efectivamente nas discussões nos diferentes comités da NATO, sejam eles o Comité Militar, o Político, o do Planeamento de Emergência Civil, o do Alerta. Devem, por outro lado, estar preparados para que possam ser feitas análises da situação, avançando os pontos de vista portugueses e defendendo os interesses nacionais.

Em suma, as autoridades portuguesas devem assumir as suas responsabilidades e participar de forma activa e consciente na formação do consenso que deverá emergir no Conselho/DPC.

2. Outro aspecto de relevância especial é a interacção entre os campos político — civil — e militar.

A gestão de uma crise, vimos também, envolve muitas áreas: política, diplomática, económica, militar, emergência civil, informação pública, etc.

Estas áreas não são separadas e distintas umas das outras, mas antes interligadas.

Quando se consideram acções numa destas áreas devem ser dados o devido peso e consideração às implicações e repercurssões nos outros campos.

A ligação entre as autoridades políticas e as autoridades militares é particularmente importante e deve ser cuidadosamente estabelecida a nível nacional.

E desejaria sublinhar a importância da componente política na participação nacional da gestão colectiva de uma crise pela Aliança.

Não só as autoridades nacionais ao nível político deverão pronunciar-se sobre os aspectos políticodiplomáticos da crise, mas é essencial que o façam em relação às medidas ou planos de natureza militar, dadas as implicações políticas dos mesmos.

Com isto quero dizer que a aprovação de uma medida ou de um conjunto de medidas, ou de uma fase do Sistema de Alerta da NATO, ou a aprovação de um determinado plano operacional de contingência, entende-se como uma aprovação política.

Portanto, no processo de tomada de decisão nacional sobre essas medidas ou planos militares deverá haver uma componente militar e uma componente política. Embora esta última deva obviamente basear-se na primeira, ela deve, por outro lado, completar aquela. E é a componente política que deverá, em última instância, prevalecer.

E esta componente política não se revela apenas ao nível da decisão mas ao nível do apoio da decisão, ao nível dos serviços.

Se o equacionamento dos aspectos técnicomilitares da execução de medidas de natureza militar deverá caber às entidades militares, a análise das suas implicações políticas e diplomáticas deverá caber aos departamentos civis, nomeadamente ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, que deve, pois, ter a capacidade para proceder a essa análise e dar o parecer que fundamentará juntamente com os considerandos de ordem militar a decisão política.

3. Finalmente uma palavra sobre a nossa posição, como País pequeno que somos, perante o processo de consulta na NATO que faz parte da gestão de crises.

Numa crise haverá naturalmente a tendência para os grandes países, nomeadamente os Estados Unidos, assumirem a liderança e tomarem a dianteira relativamente às acções a ser tomadas.

É exactamente a consulta política no seio de uma organização multi-

lateral, como é a Aliança Atlântica, onde não existe qualquer elemento supranacional e onde todos os 16 países membros soberanos têm o direito igual de exprimirem os seus pontos de vista à volta da mesa do Conselho/ /DPC, que proporciona aos países pequenos um meio de participarem, juntamente com os países de maior envergadura, nos debates e decisões importantes.

No seio da Aliança um país pequeno sentirá maior liberdade para criticar, por exemplo, uma proposta americana do que num contexto bilateral onde a disparidade de poder e tamanho é muito mais pronunciada, ou para procurar o apoio de outros países em relação aos seus pontos de vista.

A consulta na NATO faz com que a influência de um país dependa não só do seu poder, como é evidente, mas também, e de uma maneira surpreendente, da qualidade e relevância da sua contribuição intelectual.

Outras vantagens incluem o acesso às informações e «intelligence» dos Estados Unidos e de outros países com mais meios e mais sofisticados para a sua obtenção do que nós.

A consulta política pode ser ainda um meio de melhorarmos a qualidade das nossas próprias decisões, não só por nos forçar a reflectir mais profundamente acerca dos nossos propósitos mas, também, por nos fazer beneficiar da contraposição das nossas ideias com as dos nossos aliados. Assistirmos, como meros espectadores, ao processo de consulta política, não intervindo activamente nesse processo, só poderá significar para nós uma redução da nossa influência e do nosso poder de negociação.

É, pois, do nosso interesse que haja um envolvimento e um empenhamento sério e continuado da nossa parte em todo o processo de gestão de crises.

Este empenhamento é, aliás, a consequência natural do facto de pertencermos à Aliança, da qual somos membros fundadores.

Para terminar, queria de novo sublinhar que são os Governos da Aliança que, através dos Embaixadores na NATO, conduzirão a gestão de eventuais crises.

Todo o resto, sejam os meios humanos, os meios físicos, os procedimentos ou os documentos NATO acordados contendo medidas políticas ou medidas defensivas militares, não são mais que os instrumentos postos à disposição dos Governos da Aliança que os utilizarão na totalidade ou em parte ou que os não utilizarão de todo conforme julgarem adequado ou conveniente.

São os Governos da Aliança, pois, quem em última instância decidem como usar a maquinaria existente para a gestão de crises, e quais as opções que lhes são apresentadas deverão ser executadas e quando.

Uma questão final: será que numa crise real a maquinaria e os arranjos existentes para a gestão de crises na NATO funcionarão?

Tal dependerá, é claro, das circunstâncias, mas sobretudo da determinação e da vontade política dos países da Aliança.

Não nos poderemos esquecer, no entanto, que a solidariedade e a coesão da Aliança Atlântica são armas não menos importantes do que a própria força militar.

E que uma consulta política efectiva, sincera e oportuna, é condição para a manutenção dessa solidariedade e dessa coesão.

E é por acreditarmos que essa consulta é possível em praticamente toda e qualquer eventual crise que os mecanismos para a gestão de crises existem no seio da NATO, são testados regularmente e estão prontos a ser utilizados.

Eles constituem uma salvaguarda essencial para que a Aliança não seja apanhada desprevenida e são um elemento da própria defesa da Aliança e do princípio de dissuasão em que a estratégia aliada se baseia.

Pedro Catarino
Director das Operações do Conselho da NATO

O PACÍFICO E O ATLÂNTICO
BREVES REFLEXÕES GEOPOLÍTICAS

Virgílio de Carvalho

O PACÍFICO E O ATLÂNTICO
BREVES REFLEXÕES GEOPOLÍTICAS

O fulgurante desenvolvimento económico e tecnológico do Japão e dos chamados Novos Países Industrializados da Ásia, as potencialidades de grandes países como a China, a Indonésia e a Austrália, a circunstância especial de ambas as superpotências serem também ribeirinhas do Pacífico, e o facto de o comércio entre os EUA e os países asiáticos ser já superior ao que os americanos mantêm com a Europa Ocidental, têm levado muita gente a interrogar-se sobre se a grande nação norte-americana não tenderá a pender mais para o Pacífico do que para o Atlântico. Esta questão está preocupando aliados europeus dos EUA e a dar lugar a algumas movimentações de opinião que parecem considerar a consecução de progressiva autonomia da Europa Ocidental relativamente ao seu poderoso aliado, a qual, segundo sectores mais radicais, poderá ir até à assunção de posicionamento equidistante às duas superpotências.

BREVE INTRODUÇÃO GEOPOLÍTICA

Uma abordagem inevitável para uma questão como a referida, mesmo que os dados não estivessem ainda tão imprecisos como realmente estão, seria sempre a geopolítica. Sendo assim, convirá recordar que o alemão Haushoffer já falava em 1924 do advento da era do Pacífico a seguir à do Atlântico, do Mediterrâneo senil e da diminuta Europa, e que o norte-americano Spykman afirmava há uns quarenta anos atrás que «as relações entre a América do Norte e as costas atlântica e pacífica do Continente Euro-Asiático serão as determinantes da política mundial».

Geopoliticamente, interessa salientar quanto ao oceano Pacífico que: ele ocupa uma área aproximadamente igual à soma das áreas dos outros oceanos; quatro das maiores potências mundiais são suas ribeirinhas (EUA,

URSS, Japão e China); nos seus fundos marinhos estão as maiores existências conhecidas de nódulos polimetálicos; há grandes produtores e consideráveis reservas de hidrocarbonetos e de carvão na área (URSS, EUA, México, China, Indonésia); os seus pontos nevrálgicos da navegação mais importantes são os estreitos da região do Sueste Asiático (Malaca e Sunda), de Tushima e de Bering, o canal do Panamá, e as passagens a sul do Chile e da Argentina. O canal do Panamá tem enorme valor estratégico para a superpotência EUA que precisa de movimentar à vontade o seu poder naval entre o Atlântico e o Pacífico, uma das razões por que se poderá compreender a sua extrema sensibilidade à situação política na América Central e nas Caraíbas, e às suspeitas de envolvimento ideológico e militar de Cuba e da URSS na região.

Os estreitos de Malaca, de Tushima (entre o Japão e a Coreia do Sul), bem como os da Formosa, situam-se sobre a concorrida rota costeira que liga o Índico ao Pacífico, de que o Japão, China e URSS são os principais utilizadores. Para a URSS, essa rota marítima é inclusivamente uma alternativa aos caminnos de ferro trans-siberianos que ainda não satisfazem inteiramente as necessidades de transporte entre o Ocidente e o Oriente do país. Quanto ao estreito de Bering, ele faz a ligação entre o Pacífico e o Árctico, e embora não seja praticável todo o ano por navios de superfície, por causa dos gelos, é-o contudo, sempre, para submarinos nucleares em imersão.

*

* *

Do ponto de vista geopolítico, é inevitável encarar a questão em análise pelo prisma da tensão Leste-Oeste, ou seja, do mundo bipolarizado entre as duas superpotências. É sabido que os EUA, no papel da clássica Potência Marítima, pretendem evitar a hegemonia total do Continente Euro-Asiático por um único poder (a Potência Continental), procuram opôr-se a que esta potência expanda a sua área de influência na direcção dos oceanos, e visam manter o controlo naval destes. A URSS, no papel da clássica Potência Continental, procurará opôr-se à contenção perpetrada pelo seu antagonista e, finalmente, contrariar o acesso desimpedido dos países marítimos às fontes externas de abaste-

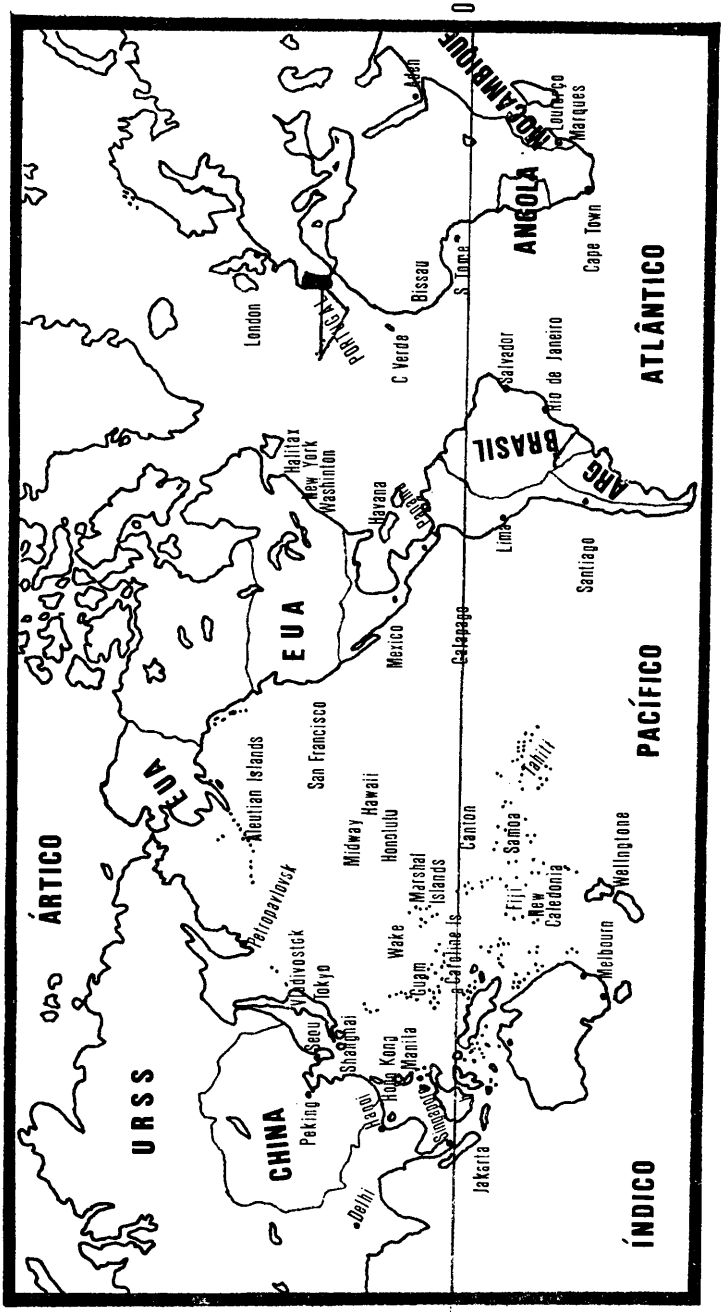
ÁRTICO
URSS
CHINA
EUA
EUA
ÍNDICO
PACÍFICO
ATLÂNTICO
ANGOLA
MOÇAMBIQUE
ARG
BRASIL
London
PORTUGAL
C Verde
Bissau
S Tome
Aden
Lourenço Marques
Cape Town
Salvador
Rio de Janeiro
Lima
Santiago
Calapago
Mexico
Havana
Panama
Halifax
New York
Washinton
San Francisco
Aleutian Islands
Midway
Hawaii
Honolulu
Canton
Samoa
Tahiti
Fiji
New Caledonia
Wellingtone
Melbourn
Marshal Islands
Wake
Caroline Is
Guam
Petropavlovsk
Vladivostok
Tokyo
Seoul
Shanghai
Hong Kong
Manila
Singapore
Jakarta
Peking
Hanoi
Delhi

Figura 1

cimento de produtos energéticos e de minerais de que carecem vitalmente.

A IMPORTÂNCIA DECISIVA DA EUROPA OCIDENTAL

A ocupação da Europa do Leste no final da guerra de 1939-45 pelas tropas soviéticas deixou a restante Europa, a Ocidental, sem potencial estratégico suficiente para se opor isoladamente à eventual progressão do domínio ou da influência da URSS para Oeste. A criação da Aliança Atlântica, procurando integrar potenciais estratégicos da Europa Ocidental e da América do Norte, foi a solução posta em prática para evitar que a URSS, estendendo a sua hegemonia a toda a Europa, pudesse então passar com facilidade ao Médio Oriente e à África, e colocar sob o seu controlo suficiente potencial estratégico, a chamada Ilha Mundial, para desequilibrar geopoliticamente o mundo a seu favor. Daí que: a Aliança Atlântica seja igualmente indispensável à América do Norte e à Europa Ocidental; a disputa de influência na Europa Ocidental pelas superpotências possa ser considerada como a questão decisiva da política mundial no presente; e que, por isso, regiões como o Sudoeste Asiático (Golfo e Península Arábica, principalmente) e África Austral, que são produtoras, respectivamente, de hidrocarbonetos e de minerais estratégicos de que a Europa carece vitalmente para o seu abastecimento e liberdade de acção, sejam também alvo de grande disputa pelas superpotências. De notar que, havendo maiores possibilidades de diversficação de fontes de abastecimento de hidrocarbonetos do que de minerais, e coexistindo mais de 90 por cento das reservas de muitos destes na Sibéria e na África Austral, esta região tende a ser mais sensível para a liberdade de acção da Europa Ocidental que a do Sudoeste Asiático.

A URSS NO PACÍFICO

A URSS está a aumentar consideravelmente a sua influência na área do Pacífico, ao fazer da região entre Vladivostok e a Península de Kamchatka um bastião de força militar que possibilita a projecção

de poder para exercício de presença em toda a bacia, e ao usar o semifechado mar de Okhotsk para importante santuário de submarinos lança-mísseis balísticos. A utilização de bases aeronavais no Vietname, como Danang e Cahm Rahn, facilita a circulação de poder naval e aéreo soviético em toda a sensível área que compreende os mares do Japão e da China e a região do estreito de Malaca. Esta circulação permite à URSS manter uma pressão psicológica sobre países periféricos asiáticos, inclusive os insulares, que fazem parte da cintura de contenção liderada pela Potência Marítima, e exercer algum controlo ao longo da rota marítima que estabelece a supracitada ligação entre os portos soviéticos do mar Negro e do oceano Pacífico. A possibilidade de projecção de poder militar da URSS para o Pacífico pode contribuir também para aumentar a sua capacidade de exploração das vulnerabilidades político-sociais existentes numa América Central onde se localiza um canal do Panamá que é importante elemento do potencial estratégico dos EUA, uma região que está sendo pomo de discórdia entre Washington e seus aliados europeus. Estes, tendendo a preservar, ou mesmo a aumentar, a sua influência histórica no continente Americano, têm sentido necessidade de assumir algumas atitudes que são susceptíveis de abalar a coesão euro-americana que é a essência da Aliança Atlântica e do equilíbrio geopolítico mundial.

OS EUA E O PACÍFICO

Como se aludiu, os EUA, no seu papel de Potência Marítima, tenderão a procurar conter a expansão da influência da URSS no Pacífico, esforçando-se por manter no campo ocidental países periféricos peninsulares e insulares do continente Asiático, nomeadamente Japão, Coreia do Sul, Formosa e Estados da região do estreito de Malaca, e também por contrariar pretensões de superioridade aeronaval soviética na bacia. De notar, nestes domínios, a aliança que os EUA procuram manter com países «mais europeus» da região, a Austrália e a Nova Zelândia — designada por ANZUS — a qual sofreu recentemente o impacto negativo da recusa do Governo neo-zelandês em autorizar a frequência dos portos do seu país por navios de guerra norte-americanos que não declarem não ser portadores de armas nucleares. Significativo é também o com-

promisso assumido pelo Governo do Japão de desenvolver o seu poder naval e aéreo por forma a poder tratar da defesa das comunicações marítimas num raio de mil milhas à sua volta, para aliviar o esforço de presença aeronaval na região de uns EUA que têm de atender a vários oceanos ao mesmo tempo.

O JAPÃO E O OCIDENTE

As escolas de pensamento geopolítico que parecem de momento predominantes no Japão entendem ser o alinhamento do país com o Ocidente Marítimo o mais correcto. E isto provavelmente porque os EUA serão ali percebidos como a potência mais interessada em: manter a estabilidade mundial e regional que convém à projecção do poder económico e da influência do Japão; preservar a liberdade dos mares por onde têm de circular as importações de petróleo e de minerais, e as exportações de produtos japoneses; manter no mesmo campo ocidental os países periféricos e insulares asiáticos que sempre interessaram à própria segurança do país; e apoiar as suas reivindicações quanto à posse das ilhas Kurilas ocupadas pela URSS.

A NOVA CHINA

A China, um actor de primeira grandeza na cena mundial, sente-se alvo de contenção pela URSS a Norte e a Sul, neste caso através dum Vietname que, por sua vez, sempre manifestou recear alegadas tendências expansionistas chinesas na direcção da Indochina e da região do estreito de Malaca. Desde o X Congresso do PCC, ainda presidido por Chu-En-Lai, que a China passou a perceber a URSS como sua principal ameaça, sentimento esse que tem vindo a ser acentuado pela utilização por parte dos soviéticos de bases militares na Coreia do Norte e no Vietname, e pelas constantes deambulações das suas forças navais e dos seus aviões pelo mar da China. Por isso, não surpreenderá que possa ser considerado de interesse para a China tudo o que contrarie a liberdade de acção estratégica da URSS, como sejam os EUA, a NATO e a CEE. É conhecida a grande aspiração da China de se tornar

numa potência moderna até ao final do presente século, o que implica consolidação da frente interna e desenvolvimento acelerado, sem o que não poderá adquirir capacidade para projectar influência adequada à sua grandeza, o que, diga-se de passagem, terá de ser feito pricipalmente através da sua única fronteira desimpedida, a marítima. Por isso, tal como ao Japão, interessar-lhe-á sobretudo estabilidade mundial e regional, e o controlo dos oceanos que os EUA e seus aliados marítimos tenderão a preservar, e a URSS a alterar. É já bem conhecida a criação de catorze zonas especiais de desenvolvimento no litoral da China (na linha das Zonas Industriais Portuárias — ZIP — que produziram o surto de progresso dos Novos Países Industrializados asiáticos), autênticas portas abertas à tecnologia, ao investimento e às práticas de gestão económica ocidentais, bem como a aspiração de reabsorção da Formosa e a política de desenvolvimento de poder marítimo. Quanto a esta, a China é já a quinta potência pesqueira mundial, a sua Marinha de Comércio já cobre uns 70 por cento das necessidades de transportes marítimos do país, já chegou a ser admitida a hipótese de a própria Marinha de Guerra poder vir a dispor de cinco navios porta-aeronaves de descolagem e aterragem vertical ou curta, do tipo que os ingleses usaram na crise das Falkland de 1982.

A INDONÉSIA, A AUSTRÁLIA E A NOVA ZELÂNDIA

A grande preocupação da Indonésia será naturalmente a vulnerabilidade representada pela descontinuidade territorial que é própria da sua condição arquipelágica, a qual, associada à importância da sua localização relativa a rotas marítimas de grande interesse para poderosos países, tende naturalmente a tornar o país num alvo de atenções de potências de pendor expansionista. Os interesses indonésios tenderão assim também a coincidir mais com os do Mundo Marítimo ocidental que visa a contenção da Potência Continental no seu «habitat» geográfico e que procura a preservação do controlo dos oceanos e da estabilidade regional e mundial que favorece o desenvolvimento económico e a paz social.

A Austália é uma ilha-continente com evidente interesse geoestratégico que uma baixa densidade populacional, com consequente repercus-

são em insuficiências no domínio da defesa militar, torna num possível objectivo último duma eventual estratégia revolucionária no enorme conjunto de ilhas e ilhotas vizinhas, cujo prenúncio pode ser o já acontecido na Nova Caledónia e na Nova Guiné. Por isso parece natural que os Australianos propendam também a ter interesse num alinhamento geopolítico com o Ocidente Marítimo, nomeadamente através da supracitada aliança ANZUS, cujo funcionamento se esforçam por manter, tentando colmatar a referida «rebeldia» do Governo actual da Nova Zelândia.

POTÊNCIAS POLIOCEÂNICAS E MONOCEÂNICAS

Uma das perspectivas que tem sido aventada pelos estudiosos da situação mundial é a de se estar caminhando no sentido da evolução dum mundo bipolar para um mundo multipolar, por força do desenvolvimento da Europa, da China e do Japão. Mas a verdade é que tudo parece inclinar-se mais para um escalonamento das maiores potências mundiais em dois níveis, o das superpotências e o das grandes potências, uma vez que só apenas os EUA e a URSS têm acesso mais directo aos dois oceanos cujo controlo é decisivo para a disputa da hegemonia mundial — o Atlântico e o Pacífico — e ainda a um Árctico que tende a funcionar como tabuleiro privado do jogo de xadrês submarino da dissuasão e da retaliação nucelar. Simultaneamente, o crescimento do poderio aeronaval, o desenvolvimento científico-tecnológico, e a crescente capacidade para a utilização do Espaço, estão também contribuindo para aumentar a distância das potências multiocêanicas às outras. Quanto ao nível das grandes potências monoceânicas, nele se inscrevem a China, o Japão, a Europa Ocidental e ainda outros países com grande potencial estratégico como o Brasil e a União Indiana. De notar que qualquer destas grandes potências pode ainda aspirar a um maior potencial estratégico através de acesso ao oceano Antárctico pela via da participação na exploração da potencialmente rica Antárctida. De notar que a Argentina parece ter possibilidades muito especiais, dada a sua condição biocêanica, o que explica em boa parte o seu interesse pelo acordo com o Chile sobre as ligações entre o Atlântico e o Pacfico, e a persistência da sua reivindicação da soberania sobre as ilhas Malvinas como grande objectivo nacional. De notar ainda a condição sul-atlântica e também

norte do Brasil, e a sua posição central quanto ao conjunto dos Países de Língua Portuguesa espalhados pelas duas metades atlânticas, e bem assim a posição de todos quanto ao estratégico estrangulamento Natal--Dakar, factores que podem vir a ser importantes para o potencial estratégico daquele grande país e daquele conjunto.

A IMPORTÂNCIA DO ATLÂNTICO NORTE PARA O EQUILÍBRIO GEOPOLÍTICO MUNDIAL

A análise do futuro do oceano Pacífico na geopolítica mundial pode ter efectiva validade e interesse através do prisma da tensão Leste--Oeste, ou seja, do clássico conflito entre a Potência Marítima e a Potência Continental. Até porque, sendo as superpotências os mais importantes países do Pacífico, elas próprias tenderão a considerar este oceano como um dos palcos daquele conflito global.

A bacia do Pacífico é sede de grandes e de pequenos países periféricos asiáticos, todos precisando, sobretudo, de estabilidade e de segurança a nível regional e mundial para poderem continuar na senda do desenvolvimento do seu poder e do aumento da sua autonomia. E crê-se que estarão mais ou menos conscientes que tal estabilidade e tal segurança lhes poderão ser mais naturalmente proporcionadas pelo Mundo Marítimo liderado pelos EUA que delas também precisa para poder ter livre acesso pelos mares a fontes de aprovisionamento vital de hidrocarbonetos e de minerais estratégicos, e poderão ser perturbadas por uma Potência Continental que tenderá, como tem sido seu costume noutras paragens, a tirar partido do que enfraquece e do que divide os países da bacia do Pacífico, para expandir a sua influência. Realmente, num Pacífico onde coabitam raças, ideologias, sistemas, interesses e objectivos tão distintos, haverá de momento mais coisas que possam dividir do que unir os países seus ribeirinhos, apesar de começar a emergir um certo sentido de «comunidade pacífica». De notar ainda a tendência crescente para ali ocorrerem manifestações de índole autonomista e nacionalista, e também de fundamentalismo islâmico. Neste contexto assumem particular interesse os graves problemas internos das Filipinas que, associados ao valor geoestratégico do país, e ao facto de os EUA ali disporem de bases militares que facilitam a projecção do seu poder aéreo e naval para a região, o

tornam num apetecido alvo de oportunidade. Também a Península da Indochina, onde confluem interesses de segurança do Vietname, das superpotências, da China e da Indonésia, constitui um foco latente de instabilidade. Por último, poderá acontecer que os acontecimentos da Nova Caledónia não sejam realmente os últimos do género no vasto mundo insular do Pacífico.

Parece haver assim razões suficientemente fortes para que países asiáticos importantes do Pacífico, como a China e o Japão, tendam a ver nos tempos mais próximos como sendo do seu próprio interesse estratégico a Potência Marítima, ou seja, a Aliança Atlântica liderada pelos EUA. E isto porque a coesão euro-americana, a resistência à penetração da URSS no Médio Oriente e na África, e a preocupação em manter suficiente controlo dos oceanos, contribuem para dispersar o poder da Potência Continental e, por conseguinte, para o manter em nível suportável no oceano Pacífico. Haverá também razões para crer que os países europeus ocidentais, mesmo os de sensibilidade mais continental, ou cujos objectivos nacionais não são inteiramente coincidentes com os dos seus aliados mais marítimos, também assim o compreendam. Quanto a um possível eixo China-Europa Ocidental (que poderá decorrer da consciência de que estas duas grandes regiões são o principal do que falta à URSS para poder exercer hegemonia completa no continente Euro-Asiático) e que poderia inclusivamente aumentar as resistências de ambas a tal hegemonia, e também a sua autonomia relativamente aos EUA, não interessa provalvelmente à China que vá tão longe que possa provocar uma crise na coesão euro-americana. É que, desse modo, resultaria facilitado o aumento do poderio soviético na Ásia e no Pacífico. Por outro lado, a aspiração geopolítica europeia que teve a sua primeira expressão teórica na «Pan-Região Europa-África» da escola alemã de pensamento geopolítico, e que recentemente foi designada por sectores frenceses de «Projecto Euro-África», pelo qual os seus actuais adeptos pensarão ser possível conseguir-se aquisição de poder que possa levar à equidistância às duas superpotências, poderia concorrer para a estratégia divisiva do Ocidente que é do interesse da URSS. De qualquer modo, teria de passar pelo Mediterrâneo e pelo Médio Oriente, e acabar na África Austral, podendo ainda ser tomado por um processo neocolonista quanto à África Negra. Tratando-se de regiões de cujo controlo as superpotências são muito ciosas, conforme se tem verificado, e tendo em atenção o ressurgimento

islâmico no Norte de África e até em regiões da África Negra, o qual tem apresentado forte animosidade antiocidental, parecerão reduzidas as probabilidades do êxito de tal projecto.

A ser assim, parece natural — pelo menos enquanto a URSS continuar a ser geralmente percebida no Mundo Marítimo, nomeadamente na Europa e na bacia do Pacífico, como a maior ameaça ao equilíbrio geopolítico, à estabilidade, ao desenvolvimento e à paz mundial — que o Atlântico Norte continue a dever merecer a primazia das preocupações de segurança dos EUA, ou que, no máximo, Atlântico e Pacífico sejam vistos pelos estrategistas da ilha central da América do Norte como de igual importância geopolítica para a sua própria segurança. E há razões para assim pensar pois, sempre que os teóricos realmente influentes na formulação do pensamento estratégico norte-americano se pronunciam sobre a questão, invarialvelmente reconhecem a importância primordial da Aliança Atlântica e da Europa Ocidental para o equilíbrio geopolítico mundial e para a sua própria segurança.

CONSEQUÊNCIAS PARA PORTUGAL

O território euro-atlântico quase-arquipelágico (ou para-arquipelágico) de Portugal, projectado para o meio do Atlântico Norte, proporciona uma parte, das mais valiosas, do suporte geográfico para a integração do potencial estratégico da comunidade de segurança euro-americana, funcionando como «componente atlântica da defesa da Europa Ocidental». Porque é assim, ao Portugal membro da Aliança Atlântica pode ser reconhecido, do Atlântico ao Pacífico, um importante contributo para o equilíbrio geopolítico mundial e para a situação de não guerra directa que tem sido preservada entre os dois blocos em que o mundo tem estado dividido, e de que também beneficiam os que, por isso, se podem reclamar de neutrais ou não alinhados. Por outro lado, haverá que recordar terem sido navegadores portugueses que descobriram a intercomunicabilidade oceânica que permitiu o aparecimento da figura geopolítica Potência Marítima — que Portugal assumiu primeiro que todos pela mão do genial estrategista Afonso de Albuquerque — criando a possibilidade de projecção de poder militar a paragens até então impossíveis. Por tudo isto, Portugal

é desde há vários séculos bem conhecido no oceano Pacífico, onde foi o primeiro país europeu a aparecer.

Portugal e os países asiáticos que hoje estão estrategicamente interessados no Mundo Marítimo têm assim importantes interesses em comum. Àqueles países asiáticos, particularmente aos industrializados, interessa-lhes, sobretudo, como se referiu, a paz e a estabilidade para as quais a participação de Portugal na Aliança Atlântica muito contribui. Interessa-lhes ainda certamente que o Portugal que arrisca algo da sua individualidade, não apenas na NATO, como principalmente na Península Ibérica ao caminhar para uma Europa de que precisa para fins de desenvolvimento que lhe é indispensável à preservação da mesma individualidade, a não dilua. E isto porque se inclui nos países europeus que maiores garantias dão de manter inalterável a sua histórica propensão geopolítica marítima, por necessidade vital de coesão interterritorial. Portugal poderá ainda interessar-lhes como ponte para o importante mercado europeu através de «joint-ventures» mutuamente interessantes, quiçá com base na frutuosa experiência asiática das Zonas Industriais Portuárias.

*

* *

Em conclusão, será de esperar que o «determinismo geográfico» que levou um dia os Portugueses a lançarem as sementes do Mundo Marítimo que ainda hoje se mantém de pé por interesse mútuo de segurança, desenvolvimento e de filosofia de vida, continue a reflectir-se em algum benefício para a Humanidade, e também para Portugal. Para isso, é mister que os próprios Portugueses — que cada vez estão aprendendo menos nas suas Escolas, na sua Comunicação Social, e no discurso político dos seus responsáveis o racional geopolítico da fascinante História de sobrevivência da sua individualidade que é fruto de inteligência e de vontade raras — sejam os primeiros a reconhecer que a coesão da comunidade estratégica de segurança que associa a Europa Ocidental à América do Norte, além de servir a paz mundial, serve o interesse nacional, que é vital, da coesão do descontínuo território nacional. E que reconheçam sobretudo que um país como Portugal, pequeno, descontínuo e internacionalizado por força da sua localização no cruzamento de

importantes interesses alheios, precisa sobretudo de manter grande competitividade. E que esta passa necessariamente por desenvolvimento científico-técnológico e por uma coerência e firmeza de pensamento geopolítico que não pode enterter-se com iberismos, mediterranismos e euro-africanismos neocolonialistas que diluem e desfocam a sua personalidade euro-atlântica e universalista.

Virgílio de Carvalho

Julho de 1985.

CONSTANTES E LINHAS DE FORÇA DA HISTÓRIA DIPLOMÁTICA PORTUGUESA

ESTUDO DE GEOPOLÍTICA

Jorge Borges de Macedo

18 — *A internacionalização da luta contra os jesuítas*

Além do conteúdo indiscutivelmente político que a sua mensagem tinha por virtude de responsabilização pública a que obrigava, sem prejuízo das exigências litúrgicas e canónicas, a Companhia de Jesus exercia funções na sociedade portuguesa que lhe davam extraordinária preminência, autoridade e influência. O facto provinha das condições mesmas em que a sociedade portuguesa estava organizada. Dotada de um escasso número de funcionários civis, o aparelho judicial e o corpo militar eram os organismos de maior relevância no Estado. Muitas das funções dirigentes cabiam à nobreza. Os jesuítas forneciam, em contrapartida, na vida social, uma quantidade considerável de quadros médios para o desempenho de funções administrativas e de coordenação, além dos serviços de instrução pública e de assistência religiosa. O seu papel na vida social era, a todos títulos, de grande poder de intervenção e orientação. O facto era patente na cidade de Lisboa, em Portugal Continental e ainda mais no Brasil. Aí, os serviços administrativos e culturais que desempenhavam, a presença religiosa e educativa que lhes competia, a unificação institucional que promoviam tornavam os jesuítas elementos decisivos para manter a convergência brasileira, pela preparação uniforme que impunham aos diferentes quadros nas diferentes áreas tanto mais que os quadros do Estado não tinham, de modo algum, a sua eficácia e coesão. Isso ficou perfeitamente claro, na esfera do poder central, quando da execução do Tratado de Madrid, assinado em 13 de Janeiro de 1750, que entregava a colónia do Sacramento, no Rio Prata, aos espanhóis, e os obrigava a compensar os portugueses com os territórios que, pela carta régia de 1691, tinham passado a constituir as missões jesuítas do Uruguai. Apesar das afirmativas de colaboração e obediência ao que estava estabelecido no tratado, era evidente que os jesuítas não podiam concordar com a expoliação assim feita aos índios que viviam nas suas missões. Haveria, acaso, razões de estado para levar a

efeito tais mudanças. Contudo, a esse respeito, pessoa alguma dos elementos locais (índios ou jesuítas) foi, directa ou indirectamente, convidada a dar o seu parecer sobre o que se projectara e decidiu. As instruções para as «transferências» foram dadas: jesuítas e índios só tinham que obedecer.

Foi a resistência passiva e activa dos índios que tornou muito problemática a execução do tratado. Os jesuítas demonstravam ser uma força local considerável, com efectivas capacidades de resistência. Estavam, além disso, em consonância com a população. E assim se verificou que, em período de crise ou quando surgiam posições controversas, os jesuítas tinham capacidade para interferir — de uma forma favorável ou desfavorável ao Estado — na sua execução.

Passando do Brasil para Portugal, a sua influência sobre a opinião pública, o papel que desempenhavam junto da nobreza e dos quadros médios da sociedade e do estado, a sua influência tanto no ensino como na cultura geral, não podiam ser ignorados. Quaisquer reformas ou projectos de alteração da sociedade portuguesa, tinham de os ter em conta. Ora, estando em perigo a eficácia interna do estado em virtude da baixa de rendimentos fiscais e da capacidade central de direcção, enquanto tinham, também aumentado, os confrontos internacionais, o governo de D. José I, onde se integrava o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, estabeleceu uma proposta política de reforço efectivo do poder. Estabelecia essa proposta o nivelamento das classes sociais em face do estado (sem prejuízo da hierarquia que, entre si, conservavam), enquanto se definia, a pouco e pouco, uma concepção galicana do catolicismo. A execução desta «linha política» não podia deixar de conduzir a confrontos com grupos sociais, cuja influência e mentalidade colidia entre si, e desenhavam-se, sobretudo, em Lisboa e Porto. No que se refere à ordem dos jesuítas, o confronto que se desenhava ia envolver o país na sua máxima extensão e apresentava diversos debates e justificações. Por isso a sua expulsão, levada a efeito em 13 de Janeiro de 1759, ocasionou medidas repressivas excepcionais. Todos os jesuítas foram presos e retirados dos lugares onde tinham as suas casas religiosas ou «centros de trabalho», como hoje se diria. Era, para os governantes, indispensável impedir que ficassem nos locais onde eram conhecidos e se receava que criassem focos de influência divergente ainda

quando dispersos. O mesmo objectivo tinha tido a eliminação da *Mesa do Bem Comum dos Mercadores* de Lisboa, em 1757, a condenação de nobres preminentes, quando do atentado contra D. José I, em 1759, ou ainda a «terrorização» da cidade do Porto, em 1759, quando do movimento popular de resistência à Companhia da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro. Para tudo isso, se estabelecia, também, uma ideologia de estado constituída a partir do reforço do «poder real», da Igreja lusitana, das instituições de reforma, do restabelecimento do exército, dos «projectos» de companhias monopolistas, das reformas da instrução, etc. Neste conjunto, o problema dos jesuítas tornou-se fundamental para a montagem daquela ideologia do poder político. Era até a sua pedra de toque: os jesuítas constituíam o único grupo que podia constituir-se, em todos os domínios, à escala do estado e em confronto com ele.

Não estranha, pois, que, logo a seguir à expulsão dos jesuítas de Portugal, o governo de Sebastião José de Carvalho e Melo tivesse começado os esforços para transformar a questão interna num problema internacional. Não podia conceber-se que uma medida dessa natureza pudesse estar consolidada enquanto não tivesse uma definição internacional do mesmo teor e que só podia ser a extinção da Ordem. Tomavam corpo, aqui, «razões de estado», que se acrescentavam, decerto, a rancores pessoais, ambições, ódios de grupos e de família. Contudo, motivos públicos não podiam deixar de ter peso decisivo, inseridos na ideologia do poder, com uma correspondente interpretação religiosa. Para a primeira, usava-se a ideologia majestática da subordinação de todo o corpo da Nação ao poder real, dotado dos atributos integrais da tutela; para a segunda recolhia-se a concepção galicana do catolicismo, cujas fortes raízes na sensibilidade política dos dirigentes portugueses era bem conhecida e que encontrou, neste período, em António Pereira de Figueiredo, um doutrinador de indiscutíveis recursos. Outros elementos relativos à nobreza e ao mercantilismo completavam os recursos doutrinários de ideologia cujo eco internacional se reforçou com a expulsão dos jesuítas e que se iria manifestar nas manobras persistentes e implacáveis de Carvalho e Melo para a extinção da respectiva Ordem.

O primeiro passo para a internacionalização do «problema» da Companhia de Jesus foi o corte de relações com a Santa Sé. A partir de uma

questão protocolar visivelmente provocada (1), o Núncio Apostólico Mons. Filipe Acciaiuoli, foi intimado a sair imediatamente de Portugal. O objectivo era dispor, através do reatamento das relações com a Santa Sé, de uma moeda de troca, no sentido de impor ao próprio Papado a extinção canónica dos jesuítas. Mas importava actuar, também, no sentido, junto das outras cortes europeias, permeáveis à questão.

A internacionalização do problema dos jesuítas com vista à sua extinção, não podia pôr-se claramente enquanto durasse a Guerra dos Sete Anos (1757-1763). Logo que esta terminou, com o Tratado de Paris, a extinção da Companhia de Jesus tornou-se o objectivo primordial da diplomacia portuguesa. Procurava, para tanto, promover a concentração dos esforços de todas as potências católicas no sentido de imporem ao Papado a promulgação de tal medida.

O objectivo de explusar os jesuítas foi levado a efeito, no plano nacional, interno, pela mobilização de todos os recursos do estado: corte, aparelho judicial, militar, etc., além de uma indispensável campanha ideológica. Mas a indiscutível influência em Portugal da Companhia de Jesus, em todos os campos, o extraordinário vazio em que, depois da expulsão, tinha ficado o País, no campo do ensino, o papel que desempenhavam na organização das forças católicas junto das populações ultramarinas, a sua orientação de ligação às culturas locais, tornavam impossível que a solução se mantivesse para além das exigências do momento, se aquela Ordem continuasse a ter assegurada a sua existência legal por parte da Santa Sé, como se verificava pela carinhosa recepção que aos jesuítas expulsos foi feita quando chegaram a Roma. Apesar da violenta repressão, o País dava-se conta disso. Tornava-se indispensável para a corrente galicana que o «regresso» a Portugal da Companhia de Jesus fosse impossível, mesmo «quando» se verificasse uma modificação da

(1) A 6 de Junho de 1760, realizara-se o casamento da Infanta D. Maria com o seu tio D. Pedro. Entre os convidados para a cerimónia não figurava o Núncio Apostólico que, nessas condições, para mostrar o agravo que, com essa atitude, sentia, não iluminou as janelas da Nunciatura como era da praxe. Em virtude disso, o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros intimou o Cardeal Acciaiuoli a sair da Corte. No princípio do mês seguinte, o Ministro de Portugal em Roma, informado da decisão da coroa portuguesa quanto ao corte de relações diplomáticas e no dia 4 de Julho de 1760, afixa um edital intimando os portugueses a sair de Roma. *Colecção dos Negócios de Roma no Reinado de D. José I,* Ministério do Marquês de Pombal e Pe José da Costa, *Portugal e Roma,* Lisboa, 1939, 1.° vol., pp. 300-303.

governança num sentido que lhes fosse favorável, o que era perfeitamente previsível. A única solução que podia eliminar essa eventualidade era a extinção da Companhia de Jesus. Sebastião José de Carvalho e Melo, antigo diplomata, não tinha dúvidas que, para alcançar esse objectivo, era indispensável unificar os esforços de estados católicos com quem Portugal tinha longos e fundamentais diferendos (a Espanha, a França), além de um outro de menor incidência diplomática entre nós (a Áustria). Sebastião José de Carvalho e Melo não hesitou, nestas condições favoráveis, em utilizar na negociação, elementos e formas de expressão ligados a outros interesses. Concebeu a organização de um movimento diplomático simultâneo por parte daquelas potências católicas europeias para impor à Santa Sé a desejada extinção. Simultaneamente desencadeava uma campanha pública contra a Companhia de Jesus, de forma a difundir a argumentação pela qual justificava quaisquer medidas de emergência eventualmente impopulares. Panfletos, jornais, gazetas e até livros de maior fôlego davam o tom antijesuítico nos lugares «lidos» de todos aqueles países. As possibilidades dos «movimentos de opinião pública» já se tinham verificado em Portugal quando da paz com a Espanha, em 1668, e na Guerra dos Sete Anos. Na verdade, um planfleto profusamente distribuído tinha «explicado e justificado» a invasão de Portugal pelas tropas franco-espanholas. Escrito em português, teve uma imediata resposta com outro panfleto justificativo da necessidade de resistência aos invasores, dando lugar, com outros documentos de semelhante natureza, a uma apresentação de «causas e motivos» quanto à guerra que ia desenrolar-se em Portugal. O facto não podia evidentemente ter efeito nas operações militares. Era, contudo, sem qualquer dúvida, a confirmação significativa quanto ao crescente papel que a opinião pública já tinha nas relações internacionais. No caso da Companhia de Jesus, essas medidas eram mesmo indispensáveis, tanto para enfrentar os apoios de que esta dispunha, como pela soma das pessoas que receavam as consequências práticas da «perseguição», com os colégios fechados, as casas religiosas vazias e a evangelização prejudicada a um grau impossível de se prever. Tornavam-se, pois, indispensáveis, como formas de orientação, os argumentos gerais e doutrinários que impusessem a expulsão dos jesuítas como uma necessidade e consequentemente fizessem da sua recusa um crime. Uma nova doutrina do poder, ao lado de argumentos galicanos e jansenistas complementares, além das acusações concretas, constituíram os dados para a «campanha ideológica», organizada tanto no plano interno

como externo. Importava, ao mesmo tempo, levar a efeito formas de pressão, desta vez, na área política e junto dos próprios estados ou cortes, com vista a suscitar formas favoráveis à negociação nesse sentido.

O corte de relações de Portugal com a Santa Sé, em 1760, foi, na verdade, o primeiro passo concreto para criar um diferendo. O Papa Clemente XIII, embora conciliador e prudente, era dotado de grande espírito de justificação, não seria pois fácil levá-lo a uma solução de mera oportunidade, enquanto não estivessem esgotadas todas as perspectivas de negociação: o seu projecto diplomático era esperar e argumentar. Carvalho e Melo, em contrapartida, procurava, incansavelmente, salientar o que a Santa Sé poderia perder com a «resistência» à extinção.

Durante quinze anos, a política externa portuguesa esteve subordinada ao objectivo da extinção dos jesuítas, considerado muito mais importante do que qualquer outro. Com esse fim, a conciliação dos interesses nesse sentido, das várias potências, antes adversárias, afigurava-se indispensável, à luz deste objectivo ideológico urgente. Para que ele se tornasse exequível era indispensável uma campanha junto da opinião pública, além do encaminhamento de negociações cuidadosas para uniformizar a pressão das diversas potências junto da Santa Sé. Enquanto durasse a Guerra dos Sete Anos, como disse, tal não seria possível. Tornava-se, entretanto, necessário começar a preparar aquele objectivo fundamental. Nesse sentido, já no ano de 1760, antes mesmo do corte de relações entre Portugal e a Santa Sé, começaram a circular em Lisboa publicações contra a autoridade do Papa. Logo a seguir, era posto na fronteira o diplomata romano, enviado especial do Papa para entregar ao Núncio, entretanto expulso, o barrete cardinalício. Ao mesmo tempo, o embaixador de Portugal em Roma, quando se retirou, em virtude do corte de relações decidida pelo governo pombalino, mandou afixar, na porta do seu palácio, três textos com declarações anti-papais insolentes só explicáveis para evidenciar a carência dos meios de defesa de que o Papa dispunha, na própria cidade de Roma.

Logo que terminou a Guerra dos Sete Anos, os esforços para a extinção da ordem dos jesuítas tornaram-se, pois, a linha fundamental da diplomacia portuguesa. O Papa, conhecendo o estado de espírito da Casa Real portuguesa quanto ao papado, muito diferente da que sentir o primeiro-ministro) tentou, em 1764, reatar as relações da Santa Sé com a coroa

portuguesa, por intermédio do Cardeal Patriarca de Lisboa (2), o que suscitou evidentes preocupações em Carvalho e Melo. As tentativas papais foram infrutíferas, mas constituíam um aviso de que a batalha acerca dos jesuítas não estava ganha. Foi a primeira manifestação de resistência ao primeiro-ministro e decerto que este a não ignorou.

Em resultado de tudo isto, Carvalho e Melo ficou ainda mais seguro de que só uma pressão conjunta junto do Papa podia levar à extinção da Companhia de Jesus. Ao mesmo tempo não tinha ilusões quanto à diversa urgência com que esse objectivo era visto pelas cortes católicas europeias mas em que ele estava empenhado de um modo tão vivo. Para o atingir, esforçava-se por combinar as razões ideológicas com os interesses materiais imediatos dos seus possíveis parceiros. A França de Choiseul cobiçava a região de Avinhão; o rei de Nápoles pretendia Ferrara, os reis espanhóis receavam o clero local jesuítico e independentista. A eliminação da ordem dos jesuítas só seria possível se, com isso, as potências atingissem algo de mais substancial, além da mera «extinção». Essas cobiças eram «manejáveis».

A unidade das potências católicas europeias que não fora possível alcançar contra a Grã-Bretanha, com o Pacto de Família, propunha-a agora Carvalho e Melo, como forma de pressão sobre o Papa, para realizar aquele seu objectivo primordial. Via-se, assim, que a capacidade dinâmica da ideologia superava os interesses concretos. A sua «pressa» era tal que chegou a propor a deposição do Sumo Pontífice, Clemente XIII. Este conhecia a gravidade e a audiência dos obectivos galicanos propriamente ditos. Formou pois, e de novo, a iniciativa de apelar para a Família Real no sentido de chegar a um reatamento das relações diplomáticas com Portugal, interrompidas em 1760 e forma de pressão eficaz. Enviou, para esse efeito, em 31 de Agosto de 1767, breves de apelo à Família Real e ao próprio primeiro-ministro (3). Em face desta diligência, Pombal voltou a insistir junto das potências católicas para que se renovasse a pressão sobre o Papa, promovendo-se até a invasão de territórios seus. Assim procedeu Choiseul, quanto a Avinhão, e o duque de Parma quanto a Ferrara. Ao mesmo tempo, Pombal mandava sugerir ao embaixador da França que a unidade com o seu país nesse domínio podia levar à assinatura de um tratado

(2) Visconde de Santarém, *Quadro elementar*, VI, pág. 270.
(3) Visconde de Santarém, *ibidem*, VII, pág. 271.

de comércio favorável à França e que ela tanto desejava. E simultaneamente assegurava, ao monarca espanhol, todo o apoio português, caso a hostilidade e extinção dos jesuítas fosse mal aceite pelo clero espanhol. Assim como não deixava de sugerir maior boa vontade governativa para discussão das fronteiras da América do Sul. Nestas condições, os embaixadores ou delegados das três monarquias católicas, acrescentadas do duque de Parma e do rei de Nápoles, acabaram por formular oficialmente as suas exigências ao Papa Clemente XIII. Contudo, este repudiou-as, formalmente, apesar do duque de Choiseul ter mandado ocupar Avinhão e o ducado de Benavente.

A pressão galicana e iluminista revelava-se implacável. A Santa Sé não o duvidava: era necessário recuar junto do poder político para não perder o poder espiritual. Depois da morte do Papa Clemente XIII, o novo Papa Clemente XIV (19 de Maio de 1769) deu os passos necessários nesse sentido. Reatou as relações diplomáticas com Portugal e dispõe-se a proceder, como soberano espiritual, à extinção da Ordem dos Jesuítas. Conseguia, desse modo, evitar por parte da Espanha e da França, uma decisão semelhante à que Portugal tinha tomado e que conduzia ou facilitava o objectivo mais temido e definitivo: enfraquecer o poder da Santa Sé. O mais importante era evitar que se agravasse a tensão fomentada entre o Papa e os principais estados católicos europeus. As posições galicanas punham, pois, em perigo, em toda a Europa, a mais importante e reconhecida forma de unidade supranacional. A questão punha-se em ter de escolher entre uma medida em qualquer caso circunstancial (usar do seu poder canónico para «suprimir» uma ordem religiosa) e a necessidade de evitar o desencadeamento de um processo de cisão na Igreja Católica. Nesses termos, a extinção da Companhia de Jesus foi levada a efeito por Clemente XIV, com a bula *Dominus ac Redemptor noster*, de 21 de Julho de 1773.

Triunfo completo? De modo algum. Alguma coisa os povos aprenderam. O enfraquecimento da influência moral do Papado e a hegemonia das concepções galicanas iriam pagar-se bem caro com o próprio abaixamento da capacidade de intervenção papal. Estabelecia-se, definitivamente, um longo período em que a diplomacia se basearia exclusivamente em relações de força, com a invocação de interesses exclusiva e deliberadamente políticos e sociais. Condições, sem qualquer dúvida, correntes e naturais. Mas insuficientes para exprimir e conciliar os homens na sua verdadeira natureza.

Ia começar a era das ideologias.

19 — *Uma dimensão em desenvolvimento*

Nesse conjunto de temas e pressões que se desenvolvem durante o reinado de D. José, podemos determinar três vias diplomáticas essenciais.

Uma primeira mais abertamente expressa na Europa, orienta-se pela aliança inglesa, pela forma como o complexo de interesses luso-britânicos melhor se define. Esta via comporta tanto as conveniências europeias como as atlânticas e índicas, mas inser-se numa conformidade ligada ao equilíbrio continental. Representa, afinal, a dualidade característica à Europa do século XVIII, como seja a luta constante entre o continente europeu e o oceano Atlântico onde cresce, com regularidade, a influência da Grã-Bretanha.

A segunda está voltada para uma diplomacia ideológica, ligada a um projecto de poder político, a uma concepção de catolicismo galicano, com o inevitável confronto com a autoridade universal do Papa. Ainda que motivado pelas razões internas de diversa fundamentação, conforme os casos, levou à negociação de meios para uma acção comum das principais potências católicas europeias, no sentido da extinção da ordem dos Jesuítas. Confrontado com uma pressão diplomática que engendrava também uma ameaça militar, o Papado foi levado a tomar a medida exigida, como sendo o menor dos males. O seu significado envolve igualmente, o reconhecimento do papel da opinião pública e das pressões ideológias nas relações diplomáticas quotidianas.

Finalmente, define-se uma terceira via: o estabelecimento do interesse dominante do Brasil na política externa portuguesa, integrado no longo processo do crescimento da importância das Américas, tanto do Norte, como do Centro e do Sul, que, no decurso do século XVIII, passaram a ter uma função estratégica crescente. A área geopolítica em que se insere e onde se exprime assenta no extraordinário alargamento do papel do oceano Atlântico na vida europeia. O Oceano tinha deixado de ser uma simples via de comunicação, para passar a constituir um conjunto de áreas específicas, dotadas de força política própria, tanto económica como cultural, religiosa e política que iniciam a passagem da dependência relativamente à Europa, para a expressão da sua capacidade de interferência autónoma no equilíbrio de forças americano europeu. Para Portugal, Espanha e, de certa maneira, a Holanda, já era assim no século XVII. No século seguinte torna-se, porém, cada vez mais, uma verdade europeia. Assim se verificou no Tratado de Utreque, em 1715, que foi objecto de

uma actualização das responsabilidades com o Tratado de Madrid, assinado em 13 de Janeiro de 1750. Neste novo contexto, a América do Sul vê consagrado o seu peso autónomo na política externa portuguesa. Aí vem incluir-se, decerto, uma parte dos interesses da aliança inglesa embora o funcionamento desta última se desenvolva de forma diversa na Europa ou na América do Sul. Este facto está, expressa e eloquentemente, consignado naquele tratado de Madrid ao declarar-se que ele vale na América do Sul de um modo irrevogável, qualquer que seja o estado de guerra, na Europa, entre os dois países signatários (4).

Como ponto significativo da nova situação, está o papel desempenhado nas relações diplomáticas portuguesas, pelo problema das fronteiras do Brasil, nomeadamente, nas duas zonas nevrálgicas, ao Norte, no Amazonas, com a França; ao Sul, com a Espanha, na foz do Prata. No que se refere a esta última, todas as controvérsias andam à volta da colónia do Sacramento, área de contrabando e pressão estratégica, de onde se pode irradiar para o sul do Brasil e obstar tanto às saídas clandestinas de ouro, como atingir as ricas áreas do Pampa. O Tratado de Madrid de 1750 tinha tentado resolver a questão, entregando aos portugueses a zona indispensável à segurança do Brasil, ou seja, a área dos índios Guaranis administrados pelos jesuítas, cedendo, em troco da colónia do Sacramento que defendia o acesso ao Prata.

O objecto daquele tratado era resolver as questões potenciais ou efectivas entre portugueses e ingleses, de um lado, e espanhóis, do outro, na América do Sul, com vista a uma possível acção comum, fora do veto francês. Era difícil conceber se esse espírito e intenções iriam permanecer na corte espanhola onde o partido francês tinha larga audiência. Não se vislumbrava, por outro lado, que Londres pudesse abandonar intereses tão importantes como Gibraltar ou o contrabando. As cedências expressas no tratado talvez pudessem preparar uma área de acordo. Contudo, a consequência imediata foi só chamar a atenção para a capacidade de resistência dos jesuítas, para o que se refere à execução do que tinha sido estabelecido quanto a compensações territoriais (artigo XXIII). Assim se verificava, afinal,

(4) Artigo 21 do Tratado: «...querem Suas Magestades Fidelíssimo e Católica que se chegasse a romper entre as duas Coroas, se mantenham em paz os vassalos de ambas, estabelecidas em toda a América Meridional, vivendo uns e outros como se não houvesse tal guerra entre os Soberanos...».

que os jesuítas podiam constituir um obstáculo decisivo às pretensões do poder político.

A evolução do absolutismo encontrava, pois, os jesuítas no seu caminho. Os acordos diplomáticos do Tratado de Madrid suscitaram a sua resistência inevitável às decisões do estado quanto à transferência das populações locais. Para compensar a situação resultante da entrega portuguesa da colónia do Sacramento era necessário transferir índios do território que habitavam, e era seu, para outros que lhes foram atribuídos, sem que, por qualquer forma, a esse respeito, tivessem sido consultadas as populações.

Ao defenderem os índios, os jesuítas revelavam a sua capacidade veiculadora de dissidência. Desse modo, era patente que as decisões políticas relativas a toda aquela zona só poderiam tornar-se efectivas, caso fosse assegurada a anuência dos jesuítas e, por eles, das populações que se encontravam sob seu patrocínio. Estamos perante uma primeira afirmação do direito dos povos disporem de si mesmos?

Os jesuítas não podiam deixar de constituir um obstáculo ao estado absoluto, em evolução para o despotismo iluminado e à sua consequência inevitável, como seja, a formação política de uma aristocracia encarregada de executar as decisões do poder. Eles estavam na iminência de serem substituídos por gestores administrativos só qualificados pelo estado. O mais importante, porém, era que, a partir de 1750, os problemas sul-americanos passavam a condicionar as relações luso-espanholas. E decerto que, mesmo no que se refere ao peso português na Europa, relativamente à Grã-Bretanha, à França ou à Holanda, o papel da dimensão brasileira nunca mais deixou de ser essencial. O facto é exacto para Portugal e para a Espanha mas também o é para diversos outros Estados europeus. A margem oriental do Atlântico começava a entrar na definição dos poderes europeus.

Não deixa, contudo, de ser interessante que esta importância da América do Sul venha a tornar-se patente a partir de um tratado que nem conseguiu ser cumprido e revogado dez anos depois. Ficou bem claro que os problemas levantados pela troca das populações índias relacionadas com a praça de Sacramento não tiveram solução conveniente. Por isso, as consequentes negociações para que o tratado fosse revisto tomaram um crescente relevo nas relações luso-espanholas. E não deixa ainda de ser interessante apontar outros dois factos coincidentes. O primeiro é que, depois da Guerra dos Sete Anos e da recusa de adesão ao *Pacto de Família*

por parte de D. José I, de que resultou a invasão de Portugal por tropas franco-espanholas, em 1762, nunca mais, até às Invasões Francesas, as questões europeias suscitaram, como tais, nos centros portugueses de decisão, interesse suficiente para tomarem expressão diplomática desenvolvida e significativa, mesmo durante a Revolução Francesa. O segundo é que, em relação a Portugal, as tentativas para uma acção conjunta por parte das potências ocidentais no *Pacto de Família* não se articularam a partir dos problemas europeus. Assim, a Espanha e a França propuseram a Portugal essa acção conjunta sobretudo a partir de interesses marítimos comuns, que estariam ameaçados pela Grã-Bretanha. Não se tratava, decerto, de uma forma de «captação» dos portugueses. Era muito mais uma mudança de perspectiva das próprias forças europeias, no mesmo sentido que levou à intervenção da França na Guerra da Independência dos Estados Unidos da América.

Há ainda, neste contexto, um outro ponto a salientar, expressivo do crescente papel político da América do Sul: a viabilidade de aí surgirem áreas de antogonismo com dinâmica suficiente para imporem uma solução local que podia não coincidir com os interesses gerais em confronto que se definiam na Europa. A América do Sul tomava consciência das suas próprias zonas nevrálgicas para se exprimir como área geopolítica própria. Nestes termos, logo que, em 1762, se verificou a invasão franco-espanhola de Portugal, na Península Ibérica, D. Pedro de Cevallos, governador de Buenos Aires, conquistou de assalto a colónia de Sacramento, prendendo toda a guarnição portuguesa. Contudo, no ano seguinte, quando se assinou em Paris, a paz, estabeleceu-se que a colónia do Sacramento voltasse para Portugal. Em vão. Depois da Guerra dos Sete Anos, a Espanha aumentava a sua determinação de excluir os portugueses da área do rio Prata e por todo o ano de 1763, prosseguiu os seus esforços nesse sentido. Contra essa atitude, protestou, desde logo, o embaixador português em Madrid preparando-se para o prosseguimento das hostilidades. Mas a vontade da unidade antijesuítica, por parte de Portugal, dominava tudo. Sabendo isso os espanhóis não cederam e ficaram com Sacramento. Em 21 de Setembro de 1767, já o marquês de Grimaldi dizia ao embaixador de Portugal que os interesses das suas potências eram idênticos na América do Sul e que o inimigo — referia-se, decerto, à Grã-Bretanha — era comum. Propunha-nos mesmo um pacto que defendesse os dois estados peninsulares contra terceiros que ameaçassem a América do Sul.

Em Portugal, a certeza da importância da América do Sul, embora não chegasse à modificação da aliança inglesa levava à necessidade da concentração dos recursos. Foi o que se verificou, quando, pela mesma altura, um poderoso exército marroquino cercou Mazagão. Pombal ordenou o abandono da praça, como veio a ocorrer em Março de 1769, e os habitantes da praça vieram a formar o núcleo inicial da Vila Nova de Mazagão, fundada no Brasil. A 11 de Janeiro de 1774, um tratado entre Marrocos e Portugal assegurava, na costa de África, a navegação portuguesa na região, com vantagens comerciais recíprocas. Em contrapartida, a tentativa espanhola de aproveitar as novas condições atlânticas para propor a Portugal que abandonasse a aliança inglesa e fizesse uma «aproximação» continental foi recebida com frieza. A proposta de Grimaldi não deixava, com isso, de assentar na posição nova do equilíbrio atlântico, acompanhada, inevitavelmente, de tentativa do seu aproveitamento pelos espanhóis intrinsecamente antibritânicos. Na realidade, por esse período, a capacidade marítima britânica não podia estar presente em todo o oceano, em face das dificuldades crescentes levantadas pela situação na América do Norte. Nestas condições, a pressão espanhola sobre Portugal revelava-se possível e não deixou, logo, de se manifestar. Também, por este modo, se tornava claro na própria Europa o peso estratégico do outro lado do Atlântico, embora as Américas não tivessem unidade, regularidade, capacidade ou forma de se manifestar, para além das formulações comerciais.

No último quartel do século XVIII iam, em suma, debater-se novos equilíbrios e experimentar-se as novas forças em prensença, tanto nacionais como internacionais.

Capítulo VI

O confronto das hegemonias, 1767-1815

1 — *Uma nova ideologia*

No último quartel do século XVIII consolidaram-se, claramente, as duas áreas de hegemonia que, sem deixarem de ter fortes vias de confluência e de reforço, não deixavam, por isso, de representar recursos próprios e de se equiparem com meios de intervenção também específicos mas de coincidência variável: a pressão marítima e a pressão continental. Este con-

fronto, nas diferentes formas que tomou, constitui o dado fundamental de conjunto do último quartel do século XVIII. Por ele, podemos apreender a forma de discriminação das relações internacionais deste período que se ordenam para uma das vias se impor à outra. A princípio, as diversas formas de conjugação e conflito das duas vias, exprimem-se sem modificações essenciais, dentro das forçs internas usuais na época. Mas quase insensivelmente começam a surgir novos recursos e novas finalidades que vão permitir que surjam outras virtualidades no equilíbrio europeu e que o conduzem no sentido de uma expressão mundial.

Enquanto se desenvolvem combinações com os recursos conhecidos, usados pelos estados já comprometidos, surgem outros processos de aprofundamento dos recursos estratégicos relacionados tanto com novas aquisições tecnológicas como aumento do potencial marítimo que permitia alargar as zonas de influência. Ao mesmo tempo, aumentavam extraordinariamente os meios de expressão da opinião pública, nas suas potencialidades políticas e económicas. Simultaneamente, os meios de guerra e as suas exigências vão ter de encontrar novos quadros onde estes confrontos se possam articular de uma forma que aproveite e densenvolva essas grandes alterações. Em consequência, têm de se desenvolver novas concepções de estado e formulam-se outros tipos de sociedade civil com hierarquias e formulatório político diferentes do que antes estava estabelecido e que não podia deixar de conduzir a outras modalidades para a confluência de forças ou de ordenação de estratégia. Em primeiro lugar, os modos de pressão militar modificam-se; em segundo lugar, acentua-se o papel do factor económico; e por último o diagrama da política interna torna-se mais diferenciado e a sua confluência mais difícil de conseguir. Estabelecem-se concepções de nação e de hierarquia que se integram noutro conceito de estado e de legalidade. A gestação a este respeito é, sem qualquer dúvida, lenta: os resultados revelam sempre, apesar da aparência, em maior ou menor grau, a presença das soluções políticas e sociais anteriores.

Neste contexto novo, o pensmento ordenador das hegemonias não se modificou muito. Já o mesmo não sucedeu com o seu conteúdo e os seus recursos, nem com os dados essenciais para a mobilização de recursos, nem com as técnicas de imposição. Uma grande potência naval tinha maiores formas de pressão sobre o continente, uma vez que o abastecimento cotidiano já era dotado de um peso significativo no conforto médio das populações. Um grande estado continental tinha, a partir daí, não só de diversificar

consideravelmente os seus recursos estratégicos, como de prever outras formas de intervenção militar. Contudo, até à Revolução Francesa, os processos para tornar efectivo o poder de estado, tanto no campo de batalha, como nas chancelarias, ou para negociar as hegemonias, não deram mostras de se alterar grandemente, para além da maior sensibilidade à opinião pública. Mas os meios de intervenção de que esta dispunha eram, ainda, escassos.

Em três conjuntos principais se concentram, pois, os meios de modificação mais característicos das novas forças em presença: no que diz respeito ao modo de produção industrial, no que se refere à geoestratégia e nas formas de exercer o poder político.

As primeiras, relativas às técnicas de produção, inserem-se na chamada Primeira Revolução Industrial. O seu processo desenvolveu-se entre 1740 e 1820 e provocou, entre outros aspectos, o aumento decisivo da importância de mercado; neste domínio, podem, igualmente, referir-se modificações significativas nas indústrias de guerra que permitiram a organização e o uso de grandes massas militares.

As segundas compreendem a independência dos Estados Unidos, as primeiras transformações na América do Sul, por um lado e, por outro, as alterações profundas na Europa Oriental e no Império Turco, no Mediterrâneo.

As terceiras inserem-se naquilo a que o historiador norte-americano Palmer chamou a Era das Revoluções: o seu ponto mais saliente foi a Revolução Francesa. Importa, contudo registar que teve uma dimensão muito mais ampla pela natureza social e administrativa a que corresponderam as transformações assim designadas. A influência que a cultura francesa iluminista tinha em todo o mundo ocidental explica essa projecção mas ilude quanto aos fundamentos extremamente diversificados que comporta.

A importância e o papel destes três processos aumentam pelo facto do seu desenvolvimento se realizar em incidências sucessivamente cumulativas. A sua integração é variável mas como suscitou um conjunto de categorias mentais unitárias deu lugar a propostas de apresentação que pressupunham uma confluência intrínseca que não existe. Com efeito, a identidade casual daqueles três processos não existe na realidade social. É antes o resultado da mentalidade abstratizante que veio a tornar-se característica do pensamento humano no século XIX. Com efeito, foi o iluminismo evolucionista que os comprimiu num processo único finalista de exigência europeia e tecnocrática. A tal ponto essa atitude passou a dominar que levou à criação de uma

ontologia antimetafísica e mesmo anti-religiosa de grande audiência nos meios da classe média que se considerava em condições de dispensar a tutela católica. O Homem era concebido como destinado a uma realização evolutiva, desde a pessoal à social. E para esse efeito, estipulavam-se também modelos exclusivos e insubstituíveis. A questão é tanto mais significativa quanto é certo que o modelo escolhido como universal era ocidental e francês, depressa adquirindo conotações simultaneamente racionais e imperiais. Comportava, igualmente, uma concepção de governo, assim como uma forma de percepção das nações e da sua realização em estados, através de um sistema de eleições, assembleias e de separação dos poderes, com um aumento considerável do papel dos motivos imediatos na vida dos povos.

A partir dos conjuntos políticos, sociais e militares, que envolveram toda a Europa e de que as campanhas napoleónicas são a última expressão, todos esses factores, até então díspares, tanto pela dimensão como pela área de incidência, vieram a coordenar-se numa coincidência conjuntural, de certo, mas que desencadeou novas e fecundas situações. A sua maturação continuava diversificada tanto pela sua especificidade dinâmica como pelos seus objectivos próprios. Contudo, desde logo se verificou um acção recíproca que não pressupõe qualquer coincidência nos antecedentes, gestação ou formas de desenvolvimento. Já as formas de pressão podem coincidir. Não pode, contudo, haver dúvida de que a mentalidade evolucionista se confirmava com uma verosimilhança tal que se transformava em certeza. E assim o espírito iluminista, nesta primeira fase, conseguiu estabelecer uma forma acessível de cultura com as suas propostas de raciocínio e demonstração. Os seus argumentos aplicavam-se ao quotidiano. As abstracções assim preparadas e dirigidas aos domínios da vida económica, política e social não pareciam fazer mais do que confirmá-lo.

As análises ontológicas, as exigências morais ligadas a uma concepção de destino pessoal — como até então as tinha interpretado o drama humano — diminuíram muito de audiência nos meios intelectualizados e formalizados pelo iluminismo. Este considerava-se com capacidade para interpretar toda a vida humana ou, pelo menos, o principal dela. O animal social de Aristóteles ressurgia no iluminismo, explorando a via laica. Pretendia substituir o Homem como drama pessoal permanente que o cristianismo, sobre a herança hebraica, tinha considerado essencial e que São Paulo instalara no âmago das sociedades. Contudo, nessa mesma área laica, tinha-se organizado toda uma análise de vida interior para

dar sentido aos actos humanos, sem recorrer ao tónus metafísico. Era o que exprimia, em termos já psicológicos, Jean-Jacques Rousseau.

O evolucionismo iluminista definia a caracterização do humano como resultando das pressões biológicas e sociais. Transferia, assim, a força do mundo interior, como ordenado pela essência do ser, para a formalização do mundo exterior, ordenado por leis físicas a partir da matemática.

O iluminismo atribuía a estes princípios capacidade explicativa geral. A sociedade e a cultura iam iniciar a aventura intelectual de explicar a natureza e o homem pelo processo exclusivo das forças naturais cujo dinamismo, uma vez ele apreendido, forneceria a explicação do humano e das «sociedades», sua causa. Mudança que parecia definitiva e como tal se queria impor como dispondo de racionalidade superior ao drama do Homem que o cristianismo tinha analisado com um conteúdo completamente diverso.

O homem ocidental, na sua experiência racional, já conhecera o peso tirânico do mundo exterior. Dele se tinha libertado, em sucessivas posições de análise interior, que tinham culminado no cristianismo. Mas teve a prudência de aceitar o risco do desenvolvimento daquela mesma proposta, renovada num mundo completamente diferente. As novas elites, na sua necessidade de conceptualização e na sua inexperiência a esse respeito, aceitaram, para as aspirações imediatas, o modelo iluminista. A experiência evoluiu, até ao século XX. Nunca conseguiu, porém, sujeitar a consciência à razão, assim como não conseguiu impor o seu modelo de homem civilizado único, às várias formas do humano expressas nas diferentes culturas.

A evolução das sociedades e das concepções de vida derivadas deste modelo de homem civilizado, expresso em razão, chegou, ao mundo contemporâneo. Neste se apresentam, em confluência, aquelas três vias que começaram a evidenciar-se, em preponderância, no último quartel do século XVIII.

2 — *A Independência dos Estados Unidos*

A Guerra dos Sete Anos em 1756 tinha sido iniciada com confrontos e operações no oceano Atlântico e conduzira à expulsão, quase total, dos franceses da América do Norte. O Tratado de Paris consagrava esse resultado. Os ingleses instalaram-se, em definitivo, no Canadá e criaram uma situação mais favorável à emigração branca para a América do

Norte. Preparavam assim o domínio exclusivo do Atlântico. Os franceses só mantiveram algumas posições nos bancos da Terra Nova e na América Central. Em contrapartida, essa mesma Guerra dos Sete Anos começou a dar aos norte-americanos uma primeira consciência do alcance das suas posições, assim como a certeza da sua capacidade administrativa, política e militar, tornando-os, além disso, seguros da sua pressão económica possível ligada ao fornecimento de algodão às fábricas inglesas, que iniciavam o surto industrial.

Ponto prévio importante a referir, desde já, para a análise de todo este processo da Guerra da Independência dos Estados Unidos, é que as guerras coloniais e de guerrilha pressupõem, inevitavelmente, o aperfeiçoamento e a autonomia das armas individuais. Foi o que sucedeu na luta dos norte-americanos contra os ingleses. Com efeito, o empreendimento e o resultado da guerra da independência dos Estados Unidos não pode deixar de se relacionar com a melhoria de qualidade e da facilidade de manejo da carabina, da pistola e da espingarda. O combatente dispunha, assim, de boas condições de ataque e defesa individuais. Isto é, dispunha de meios para se envolver na luta, com capacidade para poder abandoná-la, sem derrota e, de novo, voltar ao ataque.Isso só era possível porque as armas individuais então disponíveis tinham passado a garantir melhor do que antes, ao combatente individual, a autonomia característica da guerrilha. O mesmo veio a verificar-se na artilharia que se tinha tornado muito mais fácil de transportar e de manobrar. Reciprocamente, o armamento era mais «capturável» nas batalhas da dura campanha da independência e susceptível de se integrar nos recursos militares das forças americanas. Aliás, as milícias coloniais que lutaram com os franceses na Guerra dos Sete Anos tinham levado a efeito a sua primeira prova positiva em campanha militar, assim como o primeiro acto de intervenção política. Foi o que se viu, em 1765, com a luta americana contra o imposto do selo aplicado à importação do chá, estabelecido pelos ingleses e logo a seguir abolido. Contudo, nem por isso o estado de tensão entre ingleses e norte-americanos tinha abrandado. Em 1773, perante novo imposto que a assembleia local tinha recusado, os norte-americanos de Boston revoltaram-se e lançaram ao mar os fardos já selados. Reunido em 1774, o Congresso continental, em Filadélfia, os norte-americanos exigiram participação na governança, enquanto, ao mesmo tempo, se preparavam para a luta militar. O primeiro combate verificou-se em 19 de

Abril de 1775 e a guerra prolongou-se por oito anos. Em 1776, a colónia de Virgínia que se tinha proclamado república independente, elaborou uma Constituição, precedida de uma *Declaração dos Direitos,* que pela sua fundamentação natural (e o termo é, simultaneamente, significativo e ambíguo) ninguém podia transgredir ou ignorar. Em 4 de Julho de 1776, um congresso, em Filadélfia, «estabelecia» os Estados Unidos da América, cuja independência decorria dos direitos inalienáveis dos seus cidadãos.

Apesar das dificuldades, a vitória norte-americana de Saratoga, 14 de Outubro de 1777, proporcionou a oportunidade para um movimento internacional contra a Grã-Bretanha, cujas dificuldades se tornavam cada vez maiores. Em princípios de 1778, a França assinava um tratado de comércio com os Estados Unidos, desenvolvendo-se uma coligação que, ultrapassando responsabilidades diversas, acabava por reunir a França, a Espanha, a Holanda, etc. A Rússia definiu a sua atitude relativamente à Grã-Bretanha com a fórmula de «neutralidade armada», a que aderiram a Suécia, a Dinamarca e depois Portugal, em 13 de Julho de 1782. Entretanto, a França promovia uma implacável guerra marítima, tendo chegado, na sua euforia, a considerar a hipótese de um desembarque em Inglaterra. Esta, no entanto, apercebia-se do agravamento da situação e do crescimento das dificuldades que, na realidade, se revelavam intransponíveis. Orientou-se pois, rapidamente, no sentido da paz. A esse respeito, o seu sucesso diplomático foi ter conseguido assinar com os norte-americanos os preparativos de paz, sem consultar os franceses que, obviamente, desejavam o prolongamento da guerra, de modo a que os ingleses viessem a ser colocados em situação ainda mais desfavorável. Mas antes de se chegar a essa situação, a paz foi assinada em 3 de Setembro de 1783: o Tratado de Versailles estabelecia o reconhecimento internacional da independência dos Estados Unidos. Era o primeiro estado americano independente depois da chegada dos europeus ao Novo Mundo. Os obstáculos que, depois daquele tratado, o novo estado continuou a enfrentar, não diminuíram a sua importância potencial. Foram diversos os pensadores políticos que salientaram a importância da América do Norte para o equilíbrio europeu, quando ela surgiu no Atlântico como novo estado independente e cuja constituição apontava para instituições de matriz liberal.

Entretanto, o agravamento dos confrontos europeus que levaram a um estado de guerra prolongado, onde a Grã-Bretanha tinha um papel preponderante, permitiu que a pressão económica britânica sobre o novo

estado se não pudesse exercer. Deste modo, os antagonismos regionais existentes entre os diversos estados que constituíam o novo país norte americano, não degenerava em guerra civil; e as dificuldades de abastecimento industrial tiveram de ser resolvidas pelos exclusivos recursos dos seus nacionais, aumentando assim as suas possibilidades de sobrevivência política. Os Estados Unidos aprenderam, logo no ponto de partida da sua política, a importância, para eles, das rivalidades europeias.

Jorge Borges de Macedo

AS TELECOMUNICAÇÕES E OS CIRCUITOS DE INFORMAÇÃO

Raul Bordalo Junqueiro

AS TELECOMUNICAÇÕES E OS CIRCUITOS DE INFORMAÇÃO (*)

I — *PORTUGAL E A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA*

1. Foi com o maior prazer que aceitei o convite formulado pelo Instituto da Defesa Nacional, para participar nesta conferência inserida nas actividades do Cuso de Defesa Nacional de 1985.

Iniciativas como esta assumem cada vez maior importância, não só porque proporcionam um diálogo franco sobre a temática das telecomunicações e os circuitos de informação no nosso País mas também porque sensibilizam todos os sectores activos para a relevância que hoje assume a introdução das novas tecnologias de informação na nossa sociedade.

2. Na realidade, nunca como hoje se falou tanto em mudanças tecnológicas, nomeadamente no sector das comunicações, e no seu poderoso impacto transformador da organização política, económica e social.

Expressões como «Revolução Tecnológica», Revolução PósIndustrial», «Tecnologias de Ponta», passaram a fazer parte do nosso dia-a-dia.

Políticos, intelectuais, militares, gestores, técnicos, empresários, sindicalistas e outros tantos membros da comunidade, descobriram a importância do fenómeno tecnológico e começaram a salientar a necessidade da sua perspectivação e enquadramento.

Da Agricultura às Pescas, da Defesa à Indústria, da Educação à Comunicação Social, sentiu-se que o domínio das novas tecnologias e a sua aplicação concreta era condição fundamental para a gestão do presente e planificação do futuro.

As novas tecnologias passaram a constituir o principal pólo à volta do qual se começou a efectuar a reestruturação das diversas actividades.

Caminhamos para uma Nova Sociedade que, de um ponto de vista tecnológico, será cada vez mais digitalizada e informatizada.

(*) Intervenção do Secretário de Estado das Comunicações, no Instituto da Defesa Nacional, no Curso de Defesa Nacional/85.

Há mesmo quem prognostique, como Alvin Toffler, que esta Terceira Vaga significa, mais do que uma evolução qualitativa, uma mudança de civilização.

Na base desta evolução encontramos o «chip», elemento minúsculo de material «hardware» com uma capacidade de lógica «software» quase ilimitada.

A evolução tecnológica passou a constituir, sem dúvida, a chave-mestra do desenvolvimento económico e social.

3. Os anos 70 assistiram, com efeito, ao desaparecimento da Sociedade do Crescimento Económico Imparável, o principal mito gerado pela Segunda Revolução Industrial.

As rupturas monetárias em 1971, os choques petrolíferos em 1973 e 1979 e ainda o «choque asiático», ou seja, o desenvolvimento das indústrias transformadoras dos Novos Países Industrializados (NPIS) tirando partido das vantagens comparativas do baixo custo da sua mão-de-obra, podem ser consideradas como as causas próximas de tal acontecimento.

Mas outras razões existiram, de carácter mais profundo: as indústrias tradicionais da Segunda Revolução Industrial entraram em decadência, porque eram energicamente dispendiosas, grandes consumidores de matérias-primas, e encontravam-se vocacionadas para mercados que se estreitavam cada vez mais.

É a evolução subsequente que conduz a um novo processo de transformação, *A Revolução Tecnológica*, baseada em novas energias, comandada pela electrónica e interligada pelas telecomunicações.

4. Os anos 80 são o cenário das primeiras mudanças.

A electrónica começa a estender-se a todas as actividades, a informática penetra e modifica radicalmente o sector terciário e as telecomunições aproximam-nos decisivamente uns dos outros.

Os microprocessadores passam a ser instalados nas linhas de produção fabris, permitindo enormes ganhos de produtividade através da utilização de técnicas de automação e robotização.

Novos meios de comunicação electrónica e novas técnicas de teledifusão fazem aparecer novos «media» e revolucionam a forma e a maneira de comunicar.

A «Sociedade da Informação» começa a tomar forma.

As redes digitais integradas de serviços (RDIS), nos poucos locais onde já se encontram instaladas, oferecem multi-serviços, diferentes canais de TV, nacionais e estrangeiros, telefone, informática residencial e profissional, telemática, telesegurança e telecontrolo.

Alguns dos novos serviços de telecomunicações, telemáticos e videomáticos, permitem ao utilizador doméstico ou profissional, recolher toda uma vasta gama de informações, das previsões meteorológicas às cotações da bolsa e dos câmbios, das transacções bancárias às reservas de programas turísticos, dos horários de transportes aos preços dos diferentes produtos de mercado.

Alguns dos mais importantes meios de comunicação social escritos recorrem a novas tecnologias de composição, impressão e transmissão (envolvendo nomeadamente satélites) para publicar, em simultâneo, a mesma edição do jornal em diversos pontos do Globo.

A progressiva banalização na utilização de satélites vence, em definitivo, as últimas barreiras de comunicação.

A Nova Sociedade, oriunda da revolução tecnológica, está, pois, em formação.

Ela acarretará uma nova organização do Homem e da Sociedade, uma alteração radical dos hábitos de produção e consumo, e uma nova noção de Civilização.

5. O processo de evoluço tecnológica conhece, contudo, facetas diversificadas, de acordo com as diferentes regiões do Mundo.

Enquanto os *países do Terceiro Mundo* continuam à margem, correndo o risco dramático de ficarem cada vez mais pobres, isolados e dependentes, os *Estados Unidos e o Japão* aparecem claramente como os dois pólos de maior desenvolvimento.

Enquanto os *Novos Países Industrializados* ensaiam com algum êxito políticas de modernização, passando progressivamente de produtores de mão-de-obra barata, a produtores de alta tecnologia, os *Países Europeus* começam a esboçar políticas comuns, a fim de poderem acompanhar, quer americanos quer japoneses, na liderança da Terceira Revolução Industrial.

O fosso que separa actualmente os europeus dos EUA e do Japão, tenderá assim a atenuar-se com este novo e grande esforço comum dos países da Europa.

Um mercado interno à escala europeia, uma cooperação decididamente europeia e uma política industrial harmonizada e comunitária, são as condi-

ções mais importantes de manutenção e consolidação da posição concorrencial da Europa.

É necessário que se crie um mercado interno europeu homogéneo, através da exploração mais adequada do conjunto dos mercados dos diversos países e do potencial industrial dos sectores de ponta; é preciso encorajar os sectores-chave da alta tecnologia em vez de manter ramos industriais que funcionam com prejuízo; devem criar-se condições ao desenvolvimento económico, assente não só em grandes empresas, mas também em pequenas unidades suficientemente dinâmicas de modo a poderem adaptar-se às mutações rápidas do mercado; deve ajustar-se a política de subsídios de modo a existir uma certa convergência e harmonização a nível europeu; deve promover-se a cooperação industrial entre empresas europeias, assente na sinergia dos pontos fortes naturais de cada uma das empresas em causa; deve promover-se a cooperação com empresas americanas e japonesas, fundada em princípios de reciprocidade mútua; deve dar-se prioridade absoluta ao estabelecimento de normas que favoreçam a standartização europeia.

Em suma, *a Europa tem que se assumir realmente como a Europa do Mercado Comum e não como a Europa dos minimercados.*

Este conjunto de recomendações no âmbito do sector das comunicações e com alcance europeu, assume hoje cada vez maior importância, na medida em que a integração de Portugal na CEE, como membro de pleno direito, está praticamente consumada.

Algumas declarações públicas de responsáveis europeus e determinados sinais oriundos de projectos de investigação lançados em comum e da associação de empresas europeias, para efeitos de investigação em novas áreas e de produção de novos equipamentos, constituem motivos de esperança.

O mau seria que, perante o desenhar de um novo mapa-mundo, com o Pacífico ao centro, os países europeus mantivessem políticas de passividade e de estagnação, preocupados em salvar os destroços da Segunda Revolução Industrial, esquecidos que o Futuro já começou a ser construído.

Para Portugal, a adopção de uma correcta política será fundamental para a preservação dos interesses nacionais e para uma plena participação na Revolução Tecnológica.

O que está em causa em Portugal é simultaneamente o seu «crescimento» — à base das chamadas indústrias tradicionais — e o seu «desenvolvimento» — à base das indústrias renovadoras.

A expressão feliz de «crescidesenvolvimento», surgida no seio dos economistas há duas décadas tem agora para o nosso país o significado de objectivo nacional.

II — *AS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO*

1. O Governo, passado que foi o período em que se tornou necessário concentrar a maioria dos meios disponíveis, nas tarefas de evitar a ruptura e garantir a estabilidade económica e financeira, numa política de recuperação e salvação nacionais, sem esquecer os problemas imediatos, concentrou esforços em vários projectos e programas que visam preparar a comunidade nacional para uma estratégia de desenvolvimento.

Importantes decisões estratégicas foram tomadas nos últimos tempos, em diversos sectores, tendo como objectivo o médio prazo.

Tratou-se, no fundo, de passar do tratamento da conjuntura ao da estrutura, apostando com determinação nas tarefas de progresso e modernização.

A recente confirmação da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia constitui mais um elemento determinante neste processo, impondo por si só uma enorme aceleração na actividade que vem sendo desenvolvida.

Torna-se pois fundamental a implementação de uma correcta política nacional que, apostando na recuperação dos atrasos existentes, através da modernização, seja capaz e nos proporcionar uma adequada integração europeia e uma aproximação com os polos de maior desenvolvimento.

2. É neste contexto que tem de entender-se o trabalho que vimos desenvolvendo no âmbito das tecnologias de informação.

O conceito de tecnologias de informação traduz um conceito novo, abarcando as Tecnologias de Informática e de Telecomunicações, como hoje as percebemos, em íntima associação com a electrónica.

Na verdade, em minha opinião, faz cada vez menos sentido falar-se nestas actividades de forma isolada, uma vez que as mesmas foram atingidas pelo desenvolvimento de uma tecnologia comum, em constante crescimento.

A distinção que se poderá colocar entre os aspectos das Telecomunicações ou os aspectos da Informática, estabelecer-se-à fundamentalmente entre funções desempenhadas por ambas as tecnologias, nomeadamente as

que estão associadas ao transporte, processamento e salvaguarda da informação na sociedade.

A análise da evolução tecnológica nestes sectores revela, desde há anos, uma enorme apetência e competência da parte dos diversos intervenientes, para extravasarem as respectivas actividades específicas.

Assim, e para citar alguns casos entre muitos, não é por acaso que as telecomunicações proporcionaram às comunidades internacionais o seu «Know-how» pioneiro no campo dos transistores, dos circuitos integrados, dos sistemas operativos, dos processadores de tempo real, das linguagens de alto nível e das comunicações via satélite.

Por outro lado, não fora o facto de, durante muito tempo, se ter proibido a intervenção das companhias operadoras de comunicação no domínio informático e vice-versa, e estou certo que hoje o panorama nestes sectores seria muito diferente.

Acresce que a evolução no mundo dos computadores, com o aparecimento dos mini e micro sistemas, dos computadores pessoais e das redes específicas, veio alterar a estrutura de mercado nos últimos anos.

Isto para não falar do intenso progresso tecnológico, sobretudo no campo da microelectrónica, e sem esquecer o contínuo decréscimo dos custos dos equipamentos.

É precisamente neste contexto que a gestão do equilíbrio na distribuição do poder e do controlo sobre os meios das Tecnologias de Informação se revelará cada vez mais um problema crucial para as comunidades, não apenas numa perspectiva nacional mas também no âmbito internacional.

Daí a preocupação do Governo em apostar no desenvolvimento do conhecimento nacional, no domínio das Tecnologias de Informação, única salvaguarda para que, no futuro, o nosso país possa reclamar uma independência no contexto mundial, a que tem direito.

3. Em meu entender, Portugal tem condições para desempenhar um papel activo no âmbito das novas tecnologias.

Estas tecnologias são essencialmente tecnologias de «software», implicando recursos humanos bem formados, disciplinados e com qualidade.

Ao contrário das indústrias típicas da Segunda Revolução Industrial as novas indústrias não exigem matérias-primas ou energia abundante (que

o País não tem); são baseadas no conhecimento científico, na inovação e na criatividade.

Os recursos humanos nacionais são tão bons como quaisquer outros; importa, tão-somente, proporcionar-lhe as condições para uma formação adequada.

Por isso mesmo, ao nível do Governo, temos dito várias vezes que importa investir na inteligência nacional.

Mas para que os esforços a desenvolver, no sentido de fazer o País participar nas novas tecnologias, tenham êxito, é necessário que os mesmos sejam coordenados e assumidos como um *Projecto Nacional.*

Projecto impulsionado e dinamizado pelo Governo, mas igualmente apoiado e participado pelos restantes poderes, político, económico e social.

Temos de ter a clarividência para compreender que muito embora as novas tecnologias não possam ser encaradas como uma panaceia para resolver todos os males, elas serão determinantes no Desenvolvimento e na Modernização.

É por isso que tem de existir, neste campo, um *consenso nacional,* independente das mutações políticas naturais.

Esta será uma ideia a ter sempre presente, até porque estamos perante um *projecto a médio e longo prazo,* ou seja, as decisões que tivermos a coragem de tomar hoje, não terão reflexos imediatos, nem daí resultarão dividendos (eleitorais incluídos) a curto prazo.

Por outro lado, os jovens têm de ser uma componente essencial deste Projecto, uma vez que a eles caberá a sua execução futura.

Daí que, para além dos diversos programas de iniciação, sensibilização ou mesmo profissionalização, que o Governo lançou e vai lançar, seja fundamental actuar no Sistema Educativo, designadamente através de programas adequados de ensino assistido por computador, de formação de professores e de reformas curriculares.

Igualmente a formação profissional terá de aparecer como uma constante na actuação futura, de forma a preparar e reconverter a força de trabalho actual.

O Projecto exigirá, também, uma actuação concertada com as estruturas envolvidas, nomeadamente a universitária, a de investigação e a industrial.

Voltar as universidades para o meio que as cerca, levá-las a colaborar com a indústria nacional, como hoje felizmente já começa a acontecer no País, é condição indispensável para o sucesso.

Mas é também condição indispensável rever a situação da maior parte das instituições, directamente dependentes do Estado, que se encontram numa posição difícil, sem proveito para ninguém.

Detentores de verbas, completamente desajustadas, por vezes com uma população envelhecida, acabam por dedicar a maior parte do tempo e das energias à resolução de problemas burocráticos ou de gestão administrativa.

Não fora a dedicação e o empenho de muitos desses investigadores, dos técnicos aos dirigentes, e poderíamos estar numa situação muito mais grave do que aquela em que nos encontramos.

Impõe-se arranjar soluções novas, que libertem os investigadores das «malhas que a burocracia tece» e, cumulativamente, viabilizar os projectos nascentes e os que o interesse nacional aconselha a lançar de novo.

Finalmente, importará viabilizar o aparecimento de novas iniciativas empresariais e apoiar a reconversão das já existentes.

Nada do que foi referido terá qualquer sentido, se o Projecto não for capaz de fazer surgir pequenas unidades industriais, encabeçadas pela jovem geração, disposta a arriscar nas novas tecnologias e a criar riqueza.

A adopção de medidas incentivadoras de diversa natureza, a constituição de autênticos «ninhos de empresas», como de resto já foi anunciado pelo Senhor Ministro da Indústria, constituem algumas das medidas indispensáveis à viabilização dos objectivos propostos.

Como se pode ver, são muitos os componentes que é necessário fazer actuar coordenadamente para que o País dê o salto tecnológico.

Daí que tenha referido a necessidade de assumir os esforços a desenvolver como um *Projecto Nacional*, com firmeza e convicção, afectando-se a mesmo os meios que forem indispensáveis.

4. Estas reflexões de carácter geral visam, de alguma forma, chamar a atenção para a importância das novas tecnologias de informação.

Mas não se pense que Portugal tem assistido, de forma passiva, à pro funda evolução ocorrida neste campo.

Podemos mesmo afirmar que a posição do nosso País, atendendo a actual estádio de desenvolvimento geral, não sendo ideal, afigura-se j razoável.

Vejamos alguns exemplos.

No que toca aos sistemas de telecomunicações, é patente o importante esforço, de muitos milhões de contos, que se tem vindo a desenvolver, no sentido da modernização.

No início da década de 80, este sector sofria de um considerável atraso relativamente à Europa e era claramente impeditivo de qualquer estratégia de desenvolvimento e modernização.

O número de telefones por 100 habitantes não ultrapassa os 10, tornava-se praticamente impossível efectuar uma chamada interurbana ou internacional, um cidadão esperava em média 36 meses para obter um telefone ou 85 meses para conseguir um «telex», proliferavam as operações manuais, a nível interno e internacional.

Hoje, muito embora a situação não possa ainda considerar-se boa, ela mudou para muito melhor, tendo sido dado o sinal de partida para um grande processo de transformação, qualitativa e quantitativa.

Assim, hoje:

— As redes estão automatizadas;
— Falamos automática e directamente com praticamente todos os países com quem mantemos relações de qualquer espécie, nos cinco continentes;
— A demora média na instalação de um telex é agora de menos de um mês, apresentando o serviço níveis de qualidade europeus;
— A demora média na instalação de um telefone foi já drasticamente reduzida, continuando a decrescer em bom ritmo.

Mas, mais importante do que isto, lançaram-se projectos de grande dimensão, de que destaco:

— A instalação de uma terceira rede de telecomunicações — a de dados — disponível desde o princípio deste ano, assim como o primeiro serviço telemático, o de comunicação de dados;
— A construção, a médio e longo prazo, de uma Rede Digital Integrada Integrada de Serviços (RDIS), tendo-se avançado já com a introdução de sistemas de transmissão digital e estando para breve a concretização de opções fundamentais a nível da comutação digital (centrais);
— A concretização de projectos de interligação de Centrais Telefónicas através de fibras ópticas e o lançamento de projectos visando a construção das primeiras redes locais igualmente em fibra óptica;

— O lançamento de novos serviços telemáticos, previstos para este e para os dois próximos anos, com destaque para videoconferência, teletex, videotexto e datafax;
— A entrada em funcionamento de importantes infraestruturas no campo da utilização de satélites de telecomunicações e de radiofusão.

No que toca à engenharia de computadores, igualmente se têm verificado apreciáveis progressos.

Inicialmente, ao nível do ensino superior, com o aparecimento de cursos dirigidos na Universidade Portuguesa.

Posteriormente, com o aparecimento, há já alguns anos, da actividade de investigação e desenvolvimento, em grande medida graças à ligação estreita que foi possível estabelecer entre as telecomunicações nacionais e a Universidade.

Hoje em dia já não é admissível colocarem-se dúvidas sobre a existência ou não de capacidade, em Portugal, para dominar os aspectos tecnológicos neste campo.

Exemplificando, dir-vos-ei que, ainda há cerca de quatro anos se falava entre nós, com grande mistério, na problemática do projecto de circuitos integrados.

Hoje, graças à existência de um apreciável corpo de engenharia, para quem o domínio destas matérias e a sua utilização para fins industriais constitui actividade normal, é já possível concretizar projectos de circuitos integrados, totalmente concebidos e testados am Portugal (ainda que posteriormente fabricados no estrangeiro).

Não se pense, contudo, que se trata de uma situação pontual.

A descentralização e a diversificação de actividades nesta área, por todo o País, é já uma realidade.

Para além dos casos mais ligados às telecomunicações, nomeadamente o Centro de Estudos de Telecomunicações de Aveiro (CET) e o Instituto Nacional de Engenharia de Sistemas e Computadores (INESC), onde se desenvolvem diversos projectos, designadamente, nas áreas da comutação electrónica e de sistemas de redes locais, dispomos ainda de um conjunto valioso de outros centros de investigação, em muitos casos ligados à Universidade, cuja actividade demonstra um progressivo envolvimento dos nossos especialistas na área da engenharia de computadores.

Os resultados obtidos são inequívocos.

Cito, a título meramente exemplificativo, dois casos.

O primeiro computador português (ENER 1000), desenvolvido pelos Departamentos de Engenharia Electrónica e de Física da Universidade de Coimbra.

A concepção e construção de uma rede de comutação de mensagens para o Transportadora Aérea Nacional (TAP), que foi desenvolvida pela Universidade Nova.

Isto a nível universitário.

Mas seria injusto, neste domínio, esquecer o intenso e frutuoso trabalho que vem sendo realizado nos departamentos de desenvolvimento da indústria e, em particular, na indústria associada às telecomunicações.

No que toca aos sistemas de informação, fundamental na ciência de bases de dados, o mesmo reveste-se de grande importância.

Trata-se de uma área relativamente recente em Portugal, existindo ainda muito poucos detentores de «know-how» significativo.

Os primeiros passos sérios estão contudo já a ser dados.

A título de exemplo, menciono as experiências que a Faculdade de Ciências de Lisboa tem vindo a desenvolver com uma organização bancária, o sistema distribuído para gestão de «stocks» dos CTs, em que está já subjacente uma filosofia integrada de base de dados suportada por uma adequada arquitectura de computadores.

A recente entrada em funcionamente da terceira rede pública de telecomunicações — a rede de dados — assim como o lançamnto de alguns serviços telemáticos que sobre ela operarão, irão contribuir em muito para um maior desenvolvimento desta área.

Finalmente, no que toca à indispensável *mudança de mentalidades a todos os níveis da sociedade portuguesa.*

É iniludível que, com o desenvolvimento das tecnologias de informação, se irá passar um fenómeno semelhante ao que já aconteceu com o desenvolvimento da tecnologia da TV e do automóvel.

Daí que uma das componentes a ter em linha de conta, no meu entender a componente fundamental seja precisamente a SENSIBILIZAÇÃO/ /FORMAÇÃO.

Preparar a Comunidade para a compreensão das novas tecnologias, o contacto com os novos sistemas, a utilização dos novos equipamentos.

Preparar os trabalhadores para o choque que as novas tecnologias provocarão, no escritório e na fábrica, modificando irreversivelmente a qualidade do emprego.

Preparar os jovens para os novos conhecimentos, proporcionando-lhes as necessárias condições, desde os bancos da escola.

No fundo, trata-se de demonstrar que estamos face a realidades concretas, que nos tocam no nosso *dia-a-dia* e que, por isso mesmo, importa conhecer e dominar, em benefício da Comunidade.

A SENSIBILIZAÇÃO/FORMAÇÃO terá pois de ocupar o lugar central de qualquer estratégia nacional, que queria aproveitar as potencialidades das tecnologias de informação.

Há que dar assim ao conceito de formação uma interpretação mais larga do que a de simples transferência de saber adquirido.

Evidentemente que é importante ganhar os conhecimentos básicos a este tipo de tecnologias.

Contudo, tal não é suficiente.

Importa, sobretudo, criar situações de activa aprendizagem tecnológica e organizacional, aprender a capacidade de traduzir em factos materiais o saber fazer, individual e colectivamente, ao longo da cadeia de actividades económicas e sociais, que dão profundidade e coerência à eficaz difusão das tecnologias de informação.

Este conceito alargado de formação não é o resultado de uma opção.

É antes a implicação lógica das características e das modalidades de utilização das tecnologias de informação, num país como o nosso.

Daí o nosso empenhamento em múltiplos projectos e programas neste campo, tais como a INFORJOVEM, as experiências-piloto de introdução de computadores nas escolas, a criação da Comissão de Desenvolvimento das Tecnologias de Informação (CODETI), a criação de Centros de Tecnologias de Informação, só para citar alguns de entre muitos exemplos.

As diversas acções de formação no seu conjunto, devem visar alargar a existência de agentes capazes de se empenharem na promoção, organização e realização práticas das sinergias do conhecimento e da reorganização institucional, não apenas dentro das empresas, mas também no meio que as rodeia.

III — *AS TELECOMUNICAÇÕES E OS PROJECTOS DE MUDANÇA*

1. Toda a actividade desenvolvida pela Secretaria de Estado das Comunicações, de acordo com as medidas previstas no Programa do Governo e em íntima colaboração com a investigação, a universidade e a indústria nacional, tem sido dominada pela observância do quadro genérico que deixei traçado.

Os grandes princípios que norteiam o sector podem resumir-se a:

— Reforço das infra-estruturas;
— Melhoria dos serviços actuais;
— Lançamento de novos serviços;
— Modernização.

Aliás, e desde cedo, que o Governo compreendeu a importância do sector das comunicações, assim como o seu potencial e poderoso impacto transformador.

Daí que as Comunicações tenham vindo a ser consideradas sistematicamente como sector prioritário, tendo-lhes sido afectados os meios indispensáveis à mudança.

Saliento, por exemplo, que em 1984, e conjuntamente com a Energia foram os únicos sectores a crescer, em termos reais, no investimento.

Aliás, não é por acaso que ao sector das comunicações cabe hoje uma missão histórica, neste campo, em Portugal.

O País não dispõe de outro sector que possa servir de incubadora a este tipo de acções.

Além de que foi precisamente no seio deste sector que os primeiros passos foram dados como, por exemplo, nos casos do «telex», telefone, «fac-simile», novos serviços de telecomunicações e centrais de comutação digital.

Resta acrescentar que aqui existe toda a capacidade para se avançar, desde a financeira à de «marketing», desde a de I &D à de recursos humanos, desde a comercial à industrial.

Trata-se do primeiro sector que assistirá assim à introdução maciça de novas tecnologias e, através do qual, elas irão pela primeira vez impactar as estruturas empresariais.

Daí o nosso discurso político e a nossa actuação prática.

Substituimos pois as políticas de passividade e estagnação por outras baseadas na agressividade, dinamismo e evolução.

E, sobretudo, adoptámos e aspostámos num sector mais vasto e alargado, perspectivando de forma integrada os diversos vectores da electrónica, informática e telecomunicações, sob a designação de TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO.

Por outras palavras, sem descurar os problemas do presente, iniciamos com segurança e determinação a caminhada para o futuro.

Ou ainda: travamos as batalhas da *operacionalidade* e da *tecnologia*, para ganhar a guerra do *desenvolvimento* e da *modernização*.

Iremos pois, prosseguir o esforço iniciado, sem esquecer, contudo, que continuam a subsistir carências graves na prestação de alguns dos actuais serviços de comunicações.

Por isso mesmo, a actuação futura deverá contemplar duas preocupações fundamentais:

— Por um lado, atacar os constrangimentos existentes, em ordem a garantir o bem estar das populações e o desenvolivmento das actividades económicas;
— Por outro lado, modernizar os sistemas, as redes, os equipamentos e os serviços, em ordem a garantir, no médio prazo, um Sistema Nacional de Comunicações tecnologicamente evoluído, fiável e apto a satisfazer as necessidades do País.

2. É precisamente sobre a actuação futura que gostaria agora de referir (e já que falamos de telecomunicações) os três principais projectos em curso.

2.1. *Digitalização*

A construção de uma Rede Digital Integrada de Serviços (RDIS), constitui do ponto de vista político o grande objectivo para as telecomunicações, a médio e longo prazo.

A Rede Digital Integrada de Serviços (RDIS) pressupõe a adopção de uma estratégia progressiva de digitalização, actuando na comutação e na transmissão.

A digitalização das redes de telecomunicações constitui de resto objectivo primordial de todos os países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento.

Na Europa, a maior parte dos países fizeram as suas opções neste campo, encontrando-se em curso programas de digitalização, ainda que em diferentes fases de implementação.

Em Portugal, foram já dados passos significativos nesse sentido, estando para breve a concretização de opções fundamentais a nível de comutação digital (centrais).

No entanto a *rede de «telex»* dispõe já de uma Central Digital (no Porto), e a *rede telefónica intercontinental* dispõe igualmente de uma Central Digital, em Lisboa.

No campo da transmissão, os CTT e os TLP iniciaram há já algum tempo o processo de istrodução de equipamentos digitais.

Recentemente foram homologados contratos-programa com a indústria nacional, tendo em vista o fornecimento sistemático de equipamentos de transmissão digital (PCM's TDM's), de concepção nacional (Centro de Estudos de Telecomunicações de Aveiro), aos CTT e TLP.

Recordo ainda que as primeiras experiências de interligação de Centrais Telefónicas, através de fibras ópticas, já se encontram concretizadas, importando lançar um número maior de projectos no mesmo sentido.

No campo da distribuição, o Projecto SIFO (Serviços Integrados por Fibra Óptica) foi já lançado, restando agora aguardar os resultados.

Em todo o caso, está pronto para publicação um importante despacho, proposto pela Comissão de Estudo das Novas Tecnologias e Cabos, que irá definir orientações de base neste campo, assim como traçar a metodologia de elaboração do Plano Nacional de Cablagem e inserção das primeiras redes de banda larga multi-serviços, na Rede Nacional de Telecomunicações, a executar pelos CTT e TLP.

No campo da comutação, há que avançar igualmente com determinação.

As Centrais Telefónicas Digitais apresentam inegáveis vantagens relativamente às actuais, de tecnologia electromecânica, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista de qualidade de serviço, quer do ponto de vista de desenvolvimento da rede.

Para além disto, seria absurdo estar a instalar, nas últimas décadas do século, equipamentos de tecnologia convencional que, por razões tecno-económicas (obsolescência técnica, custos de exploração e rentabilidade) terão de ser substituídos muito antes do seu termo de vida útil.

Não posso deixar aqui de fazer uma referência a algo que considero importante.

O Centro de Estudos de Telecomunicações de Aveiro (CET) dos CTT está a desenvolver um sistema nacional de comutação digital, de que espera ter protótipo, para as centrais de trânsito, em funcionamento real, durante este ano. A versão local estaria em fase de ensaio em 1988.

Acompanhamos com o maior interesse este projecto que não deixará de influenciar favoravelmente a evolução das telecomunicações e a própria estratégia de introdução das centrais digitais no nosso País.

Devo referir que vão ser tomadas importantes decisões sobre o projecto nacional, após negociações que neste momento estão a ser desenvolvidas com os actuais fabricantes nacionais de equipamento de comutação.

Assim, dentro de dias, homologaremos a assinatura de contratos de desenvolvimento com a indústria nacional e fixaremos como objectivo a instalação das duas primeiras centrais telefónicas digitais de trânsito, no fim do primeiro trimestre de 1986, nas cidades de Viseu e Braga.

Pode-se dizer sem dúvidas que o processo de digitalização, apresenta grandes vantagens e aspectos positivos.

Poderemos sintetizá-los, dizendo que:

— *Para as empresas operadoras,* são essencialmente os referidos atrás como vantagens da comutação digital.

— *Para os utilizadores* serão, a prazo, melhoria apreciável da qualidade de serviço, novos serviços e tarifas proporcionalmente mais baixas

— *Para a indústria nacional do sector,* será a possibiiidade de efectuar atempadamente a sua reconversão e desenvolver a sua capacidade tecnológica, não só no campo da comutação telefónica, mas ainda noutros domínios, mediante acções de cooperação internacional negociar na transferência de tecnologia, nomeadamente no campo de I & D.

— *Para o País* será o proporcionar a modernização de todos os sectores de actividade, industrial incluído, e fornecer-lhe uma Rede de Telecomunicações que contribua eficazmente para o seu progresso económico e social.

2.2. *Telemática*

A entrada em funcionamento da terceira rede pública de telecomunicações — rede de dados (TELEPAC) — levou decisivamente as telecomunicações a entrar na era da telemática.

A existência de uma rede deste tipo revelava-se entre nós absolutamente indispensável.

Isto, quer numa perspectiva das necessidades dos potenciais utilizadores, designadamente as actividades económicas, quer numa perspectiva de desenvolvimento e modernização.

É certo que a comunicação de dados em Portugal, até ao momento, não assume ainda grandes proporções.

Existem, no entanto, boas perspectivas para um crescimento potencial rápido.

Por um lado, porque a situação de partida é claramente incipiente — a percentagem de despesas em informática e teleinformática nas empresas e departamentos estaduais em Portugal é verdadeiramente irrisória, quando comparadas com o total.

Por outro lado, porque a entrada ao serviço da nova rede de comunicação de dados, funcionará como indispensável fermento da procura, tanto em serviços já noutros países considerados no lote dos tradicionais, como na especialização de serviços telemáticos mais recentes.

As razões que me levam a admitir esta evolução são no essencial duas:

— A primeira reside na certeza de se virem a criar condições que permitem satisfazer aquele segmento de mercado, cujo aceso à teleinformática só é mesmo possível, por razões económicas, pela ligação a uma rede pública.

Refiro-me aos potenciais médio-utilizadores que, não dispondo de capital próprio, nem acesso a vultuosos meios financeiros para investir em redes privadas baseadas em linhas alugadas, terão, como veículo único de acesso ás facilidades da teleinformática, a sua ligação à rede pública de dados.

— A segunda relaciona-se com a circunstância de uma rede pública, proporcionar novas facilidades de funcionamento a nível nacional, induzir os potenciais utilizadores a avançar com os seus direitos, exigindo garantias de qualidade aos mais diversos níveis.

Na verdade, se a rede exige elevada sofisticação nalguns tipos de acesso também é certo que a rede permite acesso vulgar assíncrono, que serv para terminais sem qualquer tipo de sofisticação.

Além de que permite igualmente aceder a centros onde de facto se con densa informação em grande volume.

Por outras palavras, a fluidez da informação irá intensificar-se.

Resta-me acrescentar que estamos prestes a aprovar os regulamento de exploração da rede de dados, pelo que agora se impõe aos operadore nacionais de telecomunicações, através do consórcio TRANSDATA, leva rem a cabo adequadas campanhas de sensibilização dos potenciais utiliza dores, em ordem a proporcionar ao País todas as vantagens da era d Telemática.

2.3 *Novos Serviços*

Convirá neste campo distinguir entre os serviços novos que nalgun países já são englobados no lote dos tradicionais (como o de BUSCA DE PESSOAS e o MÓVEL TERRESTRE), dos novos serviços telemá ticos e videomáticos.

A distinção serve apenas para salientar que os primeiros poderão entra em funcionamento mais rapidamente do que a maioria dos segundos.

A rede de dados foi estreada com o serviço público de comunicaçã de dados.

Mas outros serviços irão ser lançados sobre esta rede nos próximos anos

Temos preparado o Plano de Introdução de Novos Serviços de Tele comunicações, abarcando o horizonte temporal do ano 2000, onde s propõe a introdução de novos serviços telemáticos.

Encontramo-nos de momento a dialogar com a Investigação e Indústria Nacional, procurando detectar a possibilidade de conceber e/o fabricar em Portugal alguns dos sistemas e/ou equipamentos que apoian estes serviços.

Darei conta de seguida de alguns dos serviços telemáticos, constante desse Plano.

O primeiro desses serviços é a Videoconferência.

Trata-se de um serviço destinado a permitir a realização de reuniões principalmente de negócio e serviço em geral, entre grupos de pessoa situadas em pontos geograficamente distantes.

Cada grupo de pessoas localizar-se-á num estúdio que funciona como um ponto ou equipamento terminal do serviço.

Para além de ser tarnsmitida para cada estúdio a imagem e vozes do grupo localizado no outro estúdio, poder-se-ão adicionar facilidades de comunicações, tais como «fac-simile», «telex», projecção de «slides» e de documentos.

Para assegurar a transmissão da imagem e voz em tempo real, os estúdios estarão ligados por um sistema de transmissão de vídeo e audio de muito alta qualidade, que permitirá a cada participante ver e ouvir claramente os seus interlocutores, quase como se estivessem na mesma sala ou seja, reproduzindo, na maioria dos casos, os efeitos de presença física de grupo, isto é, da correspondente dinâmica de grupo.

O projecto português visa interligar primeiramente as cidades de Lisboa e Porto, através de estúdios (salas de reunião), localizados respectivamente no edifício das Picoas e no edifício da Batalha.

Do mesmo modo estão a avançar, para lançamento este ano, os projectos de ligação, por videoconferência, de Lisboa — Ponta Delgada; Lisboa — Funchal e Lisboa — Nova Iorque.

Internacionalmente o serviço de videoconferência está a conhecer uma expressão mais significativa nos Estados Unidos da América, devido à existência de companhias operando satélites e às elevadas distâncias em jogo.

Mas também na Europa, o serviço começa a ser incrementado e a ser considerado como uma alternativa válida e interessante, visando a redução de despesas e de tempo em hotéis e transportes.

O segundo dos serviços que vou referir é o Teletex.

O teletex é um novo serviço que permite electronicamente a troca automática e a alta velocidade de documentos entre equipamentos terminais, normalmente geradores de texto.

Tirando partido da tecnologia já disponível, a custo atractivo, os terminais de teletex incluem duas unidades funcionais bem distintas:

— Uma área local para compilação e edição de textos;
— Uma área de comunicações permitindo o armazenamento temporário de várias mensagens.

Este serviço destina-se a ser oferecido ao público, utilizando também como suporte a rede de dados, uma vez que a generalidade das actuais redes telefónicas são totalmente inadequadas ao seu suporte.

O projecto português encontra-se devidamente estudado e calendarizado
Tendo sido inicialmente previsto o seu lançamento para o corrente ano, aguarda neste momento, como atrás referi, a conclusão do diálogo estabelecido com a Indústria Nacional.

O terceiro dos serviços telemáticos a que me vou referir é o serviço Videotex.

A designação videotex foi adoptada pelo CCITT para denominar o serviço que permite a exploração da informação armazenada em suporte magnético, numa base de dados remota de um sistema de computadores através de um diálogo interactivo efectuado com assinantes, dispondo de equipamento terminal adequado.

Este serviço tem recebido diversos nomes comerciais consoante os países (Prestel em Inglaterra, Teletel em França) e pode interessar tanto a empresas ou utilizadores profissionais, como ao público em geral.

Podemos distinguir, de entre os utilizadores, os chamados fornecedores de informação, que são responsáveis pela criação do conteúdo das bases de dados do sistema efectuado directamente através dos periféricos do Centro de Videotex, ou de terminais remotos, geralmente mais sofisticados que os de simples pesquisa de informação e com facilidades especiais de edição.

Os fornecedores de informação poderão ser entidades públicas ou privadas e cobrir actividades ou serviços tão diversos como:

— Agências de turismo e viagens, como possibilidade de apresentação de programas e marcação de transportes, hotéis, restaurantes e espectáculos;
— Jornalismo, agências noticiosas e serviços de notícias classificados ou não;
— Consulta de horários de aviões, comboios e autocarros;
— «Páginas amarelas»;
— Tabela de câmbios e de cotações da bolsa;
— Transacções bancárias;
— Preços de artigos de consumo;
— Telecompras;
— Jogos electrónicos para televisores;
— Trabalhos escolares para crianças;
— E ainda muitos outros.

Podemos, pois, facilmente encontrar, neste conjunto, informação e serviços, interessando à comunidade de negócios e ao simlpes utilizador doméstico.

Futuramente prevê-se o desenvolvimento de várias outras facilidades adicionais.

O projecto de introdução deste serviço em Portugal está previsto para 1986, tendo os competentes serviços dos CTT iniciado os estudos para o desenvolvimento completo do projecto.

No entantto, o prazo definitivo de lançamento só será definido, após a conclusão do diálogo em curso com a indústria nacional.

O último dos serviços telemáticos que irei referir é o serviço Telefax/ /Datafax.

Trata-se de uma forma de comunicação (Telecópia) que consiste na reprodução à distância, e em suporte material, normalmente o papel, de documentos originais apresentados sob a forma de gráficos, manuscritos ou impressos.

Consoante a rede de suporte utilizada para o serviço, assim este recebe designação diferente.

Serviço Telefax — quando se recorre à rede telefónica como rede de suporte, razão pela qual este serviço está limitado pela qualidade e as restrições impostas por aquela rede.

Serviço Bureaufax — quando se recorre a instalações próprias das administrações de telecomunicações, como centro de recolha e difusão de documentos fac-similados. Os diversos centros Bureaufax comunicam através da rede telefónica ou recorrendo a circuitos dedicados, quando a qualidade e o volume da informação o justifica. Normalmente os documentos recebidos num centro Bureaufax são distribuídos em mão ao destinatário.

Serviço Datafax — quando se recorre a redes de dados para suporte utilizando facsimile digital, através de novos equipamentos terminais, actualmente em estado de normalização e desenvolvimento.

Apesar de haver em Portugal um parque razoável de aparelhos de telecópia, não existe um serviço público de telecópia, ao contrário do que acontece na generalidade dos países europeus.

É certo que o serviço público tipo Bureaufax arrancou no início deste ano, a título experimental, nas cidades de Lisboa, Porto, Funchal

e Ponta Delgada, assegurado pela Administração Postal e sob a designação de CORFAC, como tive ocasião de referir na primeira parte desta exposição.

É, no entanto, aconselhável que, na sequência, se encare o estabelecimento do serviço Telefax, de forma a completarem-se.

Além de que o lançamento de um serviço Telefax poderá constituir não só uma boa resposta às necessidades dos utilizadores, mas também uma experiência indispensável ao futuro lançamento de um serviço datafax.

Procurei dar uma rápida panorâmica sobre alguns dos novos serviços telemáticos, previstos no referido Plano de Introdução de Novos Serviços de Telecomunicações.

Espero que o diálogo iniciado, a este propósito, com a investigação e a indústria nacionais, seja frutuoso, e que, também aqui, possamos contribuir para a promoção da competência nacional.

IV — *NOVAS TECNOLOGIAS DE TELEDIFUSÃO*

1. Antes de terminar esta exposição, gostaria ainda de falar um pouco sobre as infra-estruturas de radiodifusão, muito embora a respectiva gestão esteja hoje fora do âmbito de competência da Secretaria de Estado das Comunicações.

Na verdade, trata-se de infraestruturas de enorme importância, sob todos os aspectos, que, em meu entender, não podem ser vistas isoladamente, fora do restante contexto das telecomunicações nacionais.

O Sistema Nacional de Comunicações tem de ser entendido como um todo indissociável; as diferentes redes que o compoêm têm de constituir uma estrutura harmónica e compatível, não só a nível nacional, mas também a nível mundial.

Tudo isto não apenas por razões de natureza técnica, onde a qualidade e a fiabilidade imperam, mas igualmente por razões de natureza económica, numa perspectiva de optimização de recursos.

Em Portugal têm-se verificado diversos problemas relacionados com a existência de múltiplas redes de comunicações, não coordenadas entre si.

Tais problemas, para além das duplicações de investimentos que originam, têm impedido a definição e concretização de uma política integrada de telecomunicações.

O esforço financeiro excessivo que certas empresas têm sido obrigadas a fazer, a deficiente qualidade dos serviços, a insuficiência de resposta às cada vez maiores exigências dos grandes utilizadores e a deterioração das redes são apenas algumas das consequências negativas dessa situação.

A Radiodifusão Sonora utiliza meios próprios para a difusão dos programas, apenas recorrendo à rede pública de telecomunicações em situações especiais, como por exemplo, o aluguer de circuitos.

A Radiotelevisão Portuguesa, desde a data da sua criação, nos fins da década de 50, goza de direitos idênticos aos da Radiodifusão Sonora, no domínio da instalação de meios de teledifusão.

Assim, o sector público da Radiodifusão (sonora e televisiva) dispõe hoje de dois sistemas de teledifusão autónomos, pertencentes a cada uma das empresas públicas, RDP e RTP.

Existem igualmente em Portugal algumas empresas privadas, operando na área da Radiodifusão Sonora, como é o caso da R. R., que dispõe igualmente dos seus meios de teledifusão.

Se é compreensível que as empresas privadas dispunham dos seus próprios meios, já o mesmo não poderá ser dito relativamente às empresas do sector estatal.

Aqui estamos perante investimentos públicos que importa racionalizar, evitando duplicações e procurando a utilização comum das respectivas infraestruturas; além de que a situação financeira da RDP e RTP não é de molde a suportar investimentos pesados que, em parte, poderiam ser levados a cabo pelos operadores de telecomunicações ou realizados conjuntamente.

2. Daí que seja urgente proceder a um planeamento e gestão integrada das redes de teledifusão, quer as mesmas pertençam aos operadores de comunicação social ou aos de telecomunicações.

Em grande número dos países da Europa, a solução de há muito adoptada foi a de criar redes de teledifusão integradas na rede nacional de telecomunicações e operadas pelos respectivos PTT (CTT), os quais fornecem aos operadores de comunicação social, meios de transporte e difusão de programas.

E mesmo nos países onde se optou por redes de teledifusão integralmente operadas pelas entidades produtoras de programas, existem protocolos de colaboração com os operadores de telecomunicações.

Em todo o caso, Portugal é o único país da Europa onde as duas redes públicas de rádio e de televisão estão completamente autonomizadas.

A sua coordenação com a rede pública de telecomunicações começou agora a dar os primeiros passos, embora muito tímidos, por força de regulamentação já publicada pela Secretaria de Estado das Comunicações e pela que tutela a Comunicação Social.

Os estudos já efectuados vieram confirmar os inconvenientes da situação actual, designadamente no que se refere à duplicação de investimentos e de infra-estruturas.

Tais estudos mostram-nos, igualmente, que apesar da esmagadora maioria dos investimentos nas redes estar já efectuada, é ainda possível fazer grandes economias.

Na verdade, as redes de teledifusão, pertença da RDP e RTP, necessitam de ser ampliadas, tendo em vista o aumento das coberturas.

O mesmo acontece relativamente à rede pública de telecomunicações, que continua em franca expansão.

3. Para atingir os níveis de cobertura europeus, torna-se indispensável realizar ainda importantes investimentos, o que só por si justificaria a necessidade de inverter a situação actualmente existente, procurando-se uma efectiva gestão integrada de meios.

Trata-se de uma questão grave que necessita de decisões urgentes.

Pessoalmente tenho defendido que uma das formas para facilitar a viabiliação, em termos económicos e financeiros, das empresas de comunicação social, poderia consistir na adopção de soluções que passassem pela atribuição da gestão e desenvolvimento da estrutura técnica, que assegura a distribuição, a uma terceira entidade, especialmente vocacionada para o efeito.

Essa terceira entidade, uma empresa de teledifusão, poderia ser formada nomeadamente pela participação das empresas de comunicação social RTP e RDP e das empresas operadoras de comunicações CTT, TLP e CPRM.

Penso que seria uma solução com inegáveis potencialidades.

Permitiria que as empresas de comunicação social pudessem dedicar-se com mais empenho e determinação ao cumprimento dos seus relevantes objectivos sociais, nomeadamente a informação, o entretenimento e a cultura.

Permitiria que as Comunicações, a quem compete desenvolver uma política integrada, designadamente no domínio das telecomunicações, assegurasse a estrutura técnica da distribuição, devidamente adaptada às novas tecnologias, em íntima cooperação com a Investigação e a Indústria Nacional.

Permitiria que a nova entidade empresarial pudesse aprofundar designadamente:

— O desenvolvimento e gestão as redes públicas de transporte e difusão de programas de rádio e de televisão;
— A utilização de satélites para a difusão de programas de rádio e de televisão;
— A exploração de novos processos de comunicação electrónica, a definir caso a caso;
— A utilização de redes de distribuição de rádio e de televisão por cabo ou fibra óptica;
— A condução de pesquisas relativas aos materiais e técnicas de radiodifusão sonora e de radiotelevisão.

De resto, a eventual existência no futuro de operadores privados deve pressupor perfeitas condições de igualdade de acesso e tratamento às redes públicas de transporte e distribuição de programas de rádio e de televisão.

Isto porque não parece viável e justificável, em 1985 num País como o nosso, de reduzidas dimensões e de fraco poder económico, a realização de investimentos em novas redes de transporte e distribuição de programas, utilizando as tecnologias actuais.

Além de que deve competir ao Estado, directa ou indirectamente, proporcionar aos cidadãos o acesso aos sinais de radiodifusão (sonora ou televisiva) independentemente das zonas e locais onde habitem, ao contrário da produção de programas onde já não é relevante que ele apareça associado.

4. Mas tudo isto assume uma relevância muito maior, se pensarmos nas novas tecnologias de teledifusão.

O rápido crescimento e o custo reduzido da transmissão electrónica de informação vão tornar mais acessível este tipo de comunicação e vão internacionalizar a comunicação.

Os satélites directos e os cabos são as técnicas que permitem, cada uma de *per si,* mas sobretudo em associação, difundir grandes quantidades de informação para longas distâncias.

Estes desenvolvimentos coinciddem com o aparecimento de novas técnicas de memorização (videocassetes e videodiscos), que facilitam consideravelmente por sua vez, a disponibilidade internaconal da transmissão electrónica de informação.

O desenvolvimento das novas tecnologias, nomeadamente o aparecimento de sistemas europeus de satélites que eliminam significativamente o conceito de zonas fronteiriças, têm criado um interesse crescente pelas redes de TV por cabo.

As redes de telecomunicações, e mesmo de televisão, hoje existentes assentam basicamente na utilização do fio de cobre; são as redes do passado.

As redes do futuro deverão apoiar-se na fibra óptica e deverão ter capacidade de escoamento de tráfego milhares de vezes superiores às actuais redes telefónicas e de algumas dezenas de vezes superiores às actuais redes de cabo. São as chamadas redes de banda larga.

As redes de banda larga permitem difundir programas de televisões nacionais dentro da Comunidade. Oferecem aos assinantes a opção de escolha entre programas nacionais e estrangeiros, propostos pelos teledistribuidores.

A televisão directa por satélite, por seu lado, não conhece fronteiras na medida em que pode ser recebida directamente, na respectiva zona de cobertura, por todos os cidadãos que disponham de equipamento de recepção adequado.

A digitalização das redes, a utilização de suportes que permitem, em simultâneo, a passagem de sinais de telecomunicações e de vídeo, a implantação progressiva da Rede Digital Integrada de Serviços, está a fazer-nos passar para uma era em que a Comunicação é o denominador comum e ainda o principal factor de desenvolvimento.

5. Daí que não seja possível abordar cada um dos temas, sem ser numa perspectiva conjunta.

A evolução tecnológica a isso obriga.

Mas igualmente as condições específicas existentes no País aconselham uma estratégia de actuação nesse sentido.

Aliás, esse é também o padrão de actuação dominante na Europa, mesmo nos Países mais ricos e desenvolvidos.

Podemos concluir, igualmente, que as novas tecnologias de teledifusão provocarão (e já estão a provocar) um enorme impacto no modo de prestação

de serviços, quer os de rádio e de televisão, quer os de telecomunicações.

Há pois que avançar rapidamente para a definição das políticas indispensáveis e para o respectivo enquadramento legal, técnico e institucional.

Por isso mesmo, entendemos que os projectos prioritários devem passar pela concretização em Portugal do conceito de *Teledifusão*, levando as redes da RTP e da RDP a serem geridas de forma integrada com as dos operadores de telecomunicações; pela criação e inserção de *Redes de Banda Larga* na Rede Nacional de Telecomunicações, levando a que estas possam em simultâneo providenciar toda a gama de serviços de telecomunicações e de radiodifusão e ainda outro tipo de actividades, da informática residencial à profissional, da telesegurança ao telecontrolo e à telemedida; pela definição da utilização de *Satélites de Telecomunicações e de Radiodifusão*, de forma a aproveitar toda a potencialidade das novas tecnologias de teledifusão.

É minha convicção que, ainda antes do fim do século, o eventual êxito do programa de plataformas espaciais, dinamizado pelos Estados Unidos da América, permitirá uma efectiva banalização da utilização dos satélites e a concretização da ideia da Rede Espacial (destinada a processar grandes volumes de informação) *versus* Rede Terrestre Digital de Banda Larga (proporcionando uma comunicação e informação interactiva).

Outros proectos prioritários nesta área tem que ver com uma correcta gestão do espectro redioeléctrico e com a sua utilização para uma efectiva cobertura do País por serviços, públicos e privados de radiocomunicações e por uma real descentralização e democratização da radiodifusão.

V — *CONCLUSÕES*

Ao longo desta exposição procurei abordar alguns dos aspectos mais relevantes do sector das comunicações, quer na perspectiva da inovação tecnológica, salientando algumas das realizações mais significativas já efectuadas, ou ainda os grandes projectos das comunicações numa óptica de futuro e que estão programados ou mesmo em fase de implementação.

Contudo, não poderia finalizar esta palestra sem referir o enorme contributo que os diversos ramos das Forças Armadas têm dado para o desenvolvimento das comunicações no nosso País.

Gostaria de citar a título exemplificativo e de forma não exaustiva, a frutífera cooperação entre as Forças Armadas e a Indústria Nacional do Sector, nomeadamente em projectos de desenvolvimento e fabricação de equipamentos de telecomunicações militares. Citaria ainda, o esforço empreendido no seio das Forças Armadas na área da formação profissional de técnicos de electrónica, capazes de poderem acompanhar a rápida evolução tecnológica que se regista a nível mundial.

Refiro ainda o esforço de diálogo existente entre as telecomunicações militares e as telecomunicações civis, sobretudo através do Conselho Nacional de Telecomunicações.

Formulo votos para que o mesmo possa prosseguir e desde já manifesto toda a minha disponibilidade em contribuir para a sua revitalização.

Termino, ressaltando que competirá a todos nós, membros activos da Comunidade, assumir as respectivas responsabilidades, preparando o País para, em Democracia, trilhar os caminhos do Desenvolvimento e da Modernização.

Lisboa, 23 de Abril de 1985.

Raul Bordalo Junqueiro
Secretário de Estado das Comunicações

REFLEXÕES SOBRE A COMPONENTE MILITAR DA DEFESA

João Carlos de Azevedo de Araújo Geraldes

REFLEXÕES SOBRE A COMPONENTE MILITAR DA DEFESA

PODER MILITAR TERRESTRE E SEGURANÇA
O CASO DOS «PEQUENOS ESTADOS»

A variedade e o tipo das missões atribuídas às Forças Armadas de um Estado estão directamente ligados à filosofia e tipo de organização política, à especificidade própria dos imperativos de Defesa, à disponibilidade de recursos e a conceitos estruturais que enformam o mais ou menos complexo e diversificado escalonamento dos diferentes tipos de forças responsáveis pela Segurança.

Resulta daqui que o conceito de Segurança adoptável e a percepção que dele se tenha definam e regulem o âmbito em que se irá inscrever a Acção Estratégica Militar. Pode no entanto afirmar-se que, seja qual for esta definição (salvo as raras excepções de Estados que, em específicas circunstâncias históricas, abdicam da plenitude do seu estatuto internacional), a Acção Estratégica Militar é um «modo de acção estratégica» que, na vivência dos Estados, se revela por medidas passivas e activas, em tempo de Paz e em tempo de Guerra, enquanto componente permanente da afirmação da unidade, da soberania e da independência e, enquanto instrumento actuante no assegurar da integridade do território, na salvaguarda das populações e na protecção do património.

O que se referiu para a generalidade dos Estados, a propósito deste objectivo básico e permanente que a Segurança constitui, assume, no entanto, um particular significado sempre que nos colocamos na perspectiva dos «pequenos estados», uma vez que, nestes, é a própria identidade, quando não a sobrevivência aquilo que está, permanentemente, posto em causa.

Este aspecto emerge, ainda, com especial realce (particularmente no tocante a ameaças decorrentes de manobras conduzidas por Estratégia Indirecta) sempre que o «pequeno estado» ocupe uma «posição» importante para a Estratégia das Grandes Potências (ou seja, sempre que

se encontre «no caminho das Grandes Potências»), particular este que, na época presente, é reforçado quando a inserção geográfica for periférica em relação à região central do confronto entre os super poderes nucleares em conflito.

Outros factores há cuja influência se projecta, como agravante para os problemas de Segurança dos «pequenos estados»; é o caso daqueles que, negativamente, se repercutem na «liberdade de acção» e que afectam o «potencial».

Neste âmbito, são de realçar as características das fronteiras e o carácter dos Estados vizinhos (nomeadamente quanto à proximidade de potências dominantes a nível global ou emergentes no plano regional e, ainda, as vulnerabilidades decorrentes, quer de um insuficiente estádio de desenvolvimento na área, quer de processos de instabilidade endógena agravados por crises de qualquer natureza.

Em termos de Segurança é, pois, compreensível a importância crítica de que se reveste a dinâmica regional em que um «pequeno estado» se inscreva, isto sem prejuízo da correlação com o sistema global de referência, o qual não deve, nunca, ser perdido de vista. De facto, é no quadro do envolvimento regional do «pequeno estado» que poderão desenvolver-se as ameaças mais perigosas; esta circunstância é, em grande parte, resultante do elevado grau de urgência normalmente implícito na resposta que terá que dar, a qual, na esmagadora maioria dos casos exigirá um determinado nível de capacidade de acção autónoma. Uma tal exigência decorre, nomeadamente, da possibilidade de paralisia no funcionamento de Alianças ou de Tratados de que o «pequeno estado» faça parte.

Condicionamentos desta ordem devem conduzir os «pequenos estados» a ponderar, criteriosamente, a melhor forma da sua inserção em Alianças e Comunidades, em cuja vastidão e deversificação procuram soluções que lhes propiciem a garantia de um acréscimo de «poder regional» no mínimo, em termos negociais.

No âmbito destas soluções levanta-se, frequentemente, um imperativo não menos crítico: corresponde ele ao facto de, sempre que um «pequeno estado» constitua, para as potências dominantes, quer no plano global quer no regional, um «terreno de marcha» ou, eventualmente um «terreno a ceder», se tornar indispensável não transmitir, de forma alguma, uma imagem de «vazio do poder». Uma tal imagem corresponde

deria, nas potências maiores (amigas ou inimigas) a uma predisposição para a «ocupação desse vazio», «preemptivamente» ou não, mas sempre na procura de uma antecipação em relação ao adversário; é importante ter presente que a justificação da ocupação para ajuda militar, por parte de uma Potência amiga, não constituiria mais do que um «disfarce», já que o objectivo presente numa tal acção não consistiria, certamente, na salvaguarda dos interesses do «pequeno estado».

Ainda que de forma muito sucinta, foram, assim, levantadas três ordens de exigência diversas, mas complementares:

— a necessidade de garantir a independência em relação a vizinhos, amigos e aliados;
— a imprescindibilidade de assegurar a Segurança contra os inimigos actuais ou potenciais;
— a certeza de, na ausência (por demora ou impossibilidade) de um auxílio externo suficiente, o «pequeno estado» se ver obrigado a tornar credível um nível adequado de dissuasão militar, somente à custa daquilo que possui — muitas vezes o potencial humano e as características do território, na maior parte dos casos complementados por recursos materiais escassos.

Num tal contexto sobressai, naturalmente a importância relativa daquilo que constitui a condição de possibilidade do Estado — o território — e, o que nele é particularmente crítico: a «base de poder».

A resposta do Estado às exigências formuladas reside numa esclarecida vontade de sobreviver. Será com este pressuposto que a Política coloca à disposição da Estratégia os meios mínimos necessários para a prossecução de objectivos que lhe define, os quais serão atingidos através da implementação de um Conceito Estratégico.

No que respeita à Estratégia Militar (componente imprescindível da Estratégia Total dos «pequenos estados»), o conceito estratégico de acção militar envolve, normalmente, uma articulação de Forças em dois escalões fundamentais que são, simultaneamente, elementos de coacção e dissuasão. Uma tal articulação visa materializar um sistema capaz de fazer face, no tempo e no espaço, à probabilidade e à perigosidade da ocorrência de diversas

formas de ameaça externa, cujo desenvolvimento, seja ele conduzido por Estratégia Directa ou Indirecta, estará, sempre, intimamente relacionado com a especificidade da inserção geopolítica e geoestratégica do «pequeno estado», considerada, tanto a nível global, como regional.

Os dois escalões referidos visam satisfazer à exigência do desempenho de duas funções distintas, porém complementares:

— uma de «cobertura» e de «intervenção — escalão de acção e reacção, destinado a actuar em situações de Guerra, perante a iminência de agressão militar com meios convencionais. Corresponde a um ou mais Corpos de Batalha com o desenvolvimento e o grau de prontidão exigidos pela probabilidade das ameaças e pelas disponibilidades;

— uma outra de «defesa interna» — escalão de controlo geral do espaço nacional e de defesa pontual de «áreas obectivo» e de «pontos críticos» no interior do território, destinado a assegurar, em estados de excepção e em situações de guerra, o desenvolvimento soberano e seguro da actuação geral e coordenada de todas as componentes da Defesa (civis e militares). Corresponde a uma determinada capacidade de actuação, assente sobre um dispositivo territorial de tempo de Paz, reforçável através da mobilização.

Se a Força Militar Terrestre é componente intrínseca e sempre fundamental (como condição de possibilidade que é de qualquer sistema militar) do primeiro escalão de Forças considerado, ela é também indispensável, não só ao enquadramento e apoio do segundo escalão referido, como também ao emprego coordenador da totalidade dos meios disponíveis, semre que seja atingido o mais elevado patamar de actuação deste escalão.

Na realidade, seja qual for o quadro institucional estabelecido e o consequente conceito global que enforma a dependência e a estruturação dos diversos tipos de Forças de Segurança existentes, bem como o escalonamento funcional das suas actividades e dos seus patamares de emprego em tempo de Paz e tempo de Guerra, a Força Militar Terrestre constitui, sem dúvida, o insubstituível meio de acção de que o poder político dispõe para, em última instância, no cumprimento do seu mandato, assegurar o exercício da soberania no interior do território.

De facto, a tipologia actual dos fenómenos de violência de tempo de Paz indicia, com particular incidência para os «pequenos estados», uma elevada probabilidade de ocorrências geradoras ou não de estados de excepção, mas que acabam por obrigar ao recurso, directo ou indirecto, à Força Militar Terrestre; entre estas ocorrências destacam-se:

— a utilização, à revelia, do território, como base ou zona de passagem de grupos armados, envolvidos em acções violentas, de larga escala, em países vizinhos e amigos;
— acções violentas de terrorismo organizado e sistemático que ponha em causa o cumprimento, em segurança, de compromissos militares internacionalmente assumidos;
— acções de pré-guerra, conduzidas por processos irregulares pelo inimigo, com vista a neutralizar a vontade e a destruir objectivos estratégicos;
— utilização do território (pré-posicionamento, estacionamento ou passagem de Forças Amigas) nos termos de Acordos e Alianças firmados.

O facto de, face à emanação violenta da ameaça externa no interior do território, a Força Militar Terrestre ser o último e único recurso capaz de salvaguardar o exercício livre e soberano do poder político e de assegurar a protecção da população e a laboração, em segurança, das tarefas e actividades fundamentais à manutenção da «base de poder» do Estado, resulta da natural aptidão daquela Força para:

— através de um «Dispositivo» de área poder garantir, em permanência e, comparativamente, a baixo custo, um nível adequado e credível de dissuasão e, se necessário, a posse de pontos críticos e a vigilância e o controlo sobre vastas regiões;
— através da «Manobra», reduzir acções hostis no interior do território, cuja envergadura ultrapasse a capacidade de actuação de outras Forças de Segurança.

Do conjunto da argumentação desenvolvida, focalizada na problemática que os «pequenos estados» se vêem obrigados e enfrentar, é deduzível o valor absoluto e a importância relativa da Força Militar Terrestre, elemento substancial no vasto espectro da Força Militar.

Sublinha-se, pois, que o «Poder Militar Terrestre» emerge como crítico no amplo quadro da Defesa Militar dos Estados, uma vez que, particularmente nos «pequenos estados», constitui o mais eficiente garante da viabilidade de todo um esforço conjunto e integrado, cujo desenvolvimento visa alcançar uma imprescindível capacidade mínima de Defesa autónoma.

O «Poder Militar Terrestre» revela-se, ainda, no importante contributo que presta no assumir de indeclináveis responsabilidades e no mitigar de riscos, inerentes a Alianças e Acordos Militares, onde os «pequenos Estados» procuram um acréscimo de Segurança.

Por último, pelas suas características e pala sua implantação e inserção no território e na população, a Força Militar Terrestre constitui, em si mesma, um «agitar de Bandeira» no seio da Nação, logo, um reforçador da coesão, uma afirmação «íntima» da capacidade do Estado e um testemunho perene da vontade nacional.

ESTRATÉGIA MILITAR E SEGURANÇA
O CASO PORTUGUÊS

Portugal, um dos mais velhos Estados da Europa, exibe padrões culturais e civilizacionais de carácter vincadamente ocidental e universalista.

Como «pequeno estado» que é dispõe de limitados recursos, pelo que apresenta uma elevada dependência do exterior e, como tal, da dinâmica do relacionamento internacional e das mutações que nela se verifiquem. Possui, no entanto, uma notável base para o exercício de um adequado nível de «poder indirecto» — a sua privilegiada posição geográfica e a experiência histórica — especificidade esta que lhe proporciona a possibilidade de assumir uma expressão funcional ou disfuncional, no quadro do equilíbrio precário, actual, do Sistema de Relações Internacionais.

Estado ribeirinho e periférico do Ocidente Europeu, atlântico e singularmente oceânico, Portugal, encruzilhada de comunicações, caracteriza-se, no contexto do confronto Este-Oeste, por uma importância geoestratégica de relevo, e no contexto do relacionamento Norte-Sul por uma ímpar vocação negocial.

Em síntese, um «pequeno estado» soberano, em desenvolvimento, cuja peculiaridade geopolítica e geoestratégica aponta para um inevitável,

nítido e actuante envolvimento no processo de interacção das relações Este-Oeste e Norte-Sul.

Daqui decorrem, naturalmente, potencialidades, vulnerabilidades e riscos que urge explorar, tal com é inevitável ter que colmatar e assumir, o que, na actual conjuntura, vem sublinhar a imprescindibilidade da análise estratégica.

Uma tal constatação não constitui, aliás, novidade, uma vez que é reveladora da permanência do que pode ser considerado como uma constatação histórica em Portugal — a muito nítida e vincada vasta área de sobreposição da Política com a Estratégia.

Importa, porém, hoje mais do que nunca, porque nos escasseia a margem de manobra, olhar atentamente na prespectiva da Estratégia, as possibilidades e limitações decorrentes do «espaço funcional» de que dispomos.

Por «espaço funcional português» (considerado, aqui, no seu sentido restrito), entende-se o conjunto formado pelas parcelas de espaço terrestres, marítimas e aéreas, de qualquer forma sujeitas à soberania nacional e, ainda, o «interespaço de circulação» marítimo e aéreo, o qual constitui uma área de «interesse primário» para Portugal (quer no plano interno, como no externo).

A característica fundamental daquele «espaço» é a sua diversidade em íntima complementaridade.

Vejamos, então, os traços essenciais das parcelas que, em si, integra: o Território (continental e insular), as Águas Territoriais, o Espaço Aéreo Nacional e o «espaço interterritorial» que inclui a Zona Económica Exclusiva.

A parcela continental na Península (que contém a «base de poder» do Estado) ocupa uma «posição» marítima, litoral e periférica e confina, através da sua fronteira terrestre (uma fronteira histórica), com um único país — a Espanha — potência emergente no plano internacional que funciona como um vasto tampão (com particular incidência no domínio terrestre), posicionado entre o «espaço funcional português» e a massa continental europeia.

Nesta parcela de espaço — o Território Continental —, genericamente designável como uma plataforma de amarração oceânica, emerge o significado do seu «núcleo geoeconómico»: a «Região Litoral Centro-Norte» (definível, em linhs gerais, pela faixa que, com vértice em Coimbra, se estende de Braga a Setúbal), a qual inclui duas «áreas-objectivo» principais — Lisboa e Porto. Nesta faixa, em cerca de 1/4 da superfície da parcela continental, espraiam-se, aproximadamente, 2/3 da população residente, 4/5 dos recursos e 9/10 da indústria transformadora.

Para além desta faixa litoral podem distinguir-se, ainda, duas outras regiões.

Uma, de acentuado cariz geo-histórico, é a «Região Interior a Norte do Tejo» a qual, no seu conjunto, constitui uma zona de passagem entre o litoral português a Ocidente e o interior Norte de Espanha a Oriente. Nela, diferenciam-se uma «zona planáltica» sobre a fronteira terrestre e uma «zona montanhosa» que constitui um separador da «faixa litoral» para a qual se abre em ampla gola; enquanto a «zona planáltica» aconselha uma defesa de área que tire partido dos seus vales encaixados e profundos, a «zona montanhosa», porque constitui uma área de canalização de movimentos, é propícia a uma defesa sobre os eijos, conjugada ou não com operações irregulares.

A outra região — a Sul do Tejo — configura-se como área de movimento, adequada a operações de razoável envergadura com vasto emprego de blindados, em conjugação ou não com operações anfíbias e aerotransportadas; corresponde a uma «zona de comunicação aberta» entre as bacias sedimentares do Tejo e Sado e a região central do interior de Espanha.

Acresce sublinhar ainda que ao longo da fachada atlântica do Continente Português desfilam as rotas marítmas, através das quais se escoa, intensivamente, o tráfego entre o Atlântico Sul, o Mediterrâneo e a Europa do Norte.

Quanto à parcela insular, ela é constituída por dois arquipélagos, totalmente inseridos no Oceano, cuja dissemelhança é caracterizável pela diversidade, quer um em relação ao outro, quer no interior de cada um deles.

O arquipélago dos Açores com as suas nove ilhas distribuídas em três Grupos, onde avulta, em valor relativo, a importância das ilhas Terceira e S. Miguel, situa-se aproximadamente centrado no paralelo de Lisboa e dista em termos médios, cerca de 4000 km da costa dos EUA, 2400 km da Grã-Bretanha e 1600 km do Continente português. O seu isolamento oceânico confere-lhe, à dimensão nacional, a possibilidade de constituir uma plataforma oceânica, tanto de refúgio como de base de partida para operações conjuntas de certo vulto; a sua posição é importante como ponto de apoio da defesa avançado da costa atlântica dos EUA e para um aumento de redimento na capacidade de intervenção rápida daquele país, com meios clássicos, nos Teatros de Operações Europeus, Norte-Africano e do Médio Oriente; constitui, também, uma plataforma recuada, face às linhas de penetração navais soviéticas no mar do Norte; por último materializa, ainda, o único conjunto de posições no Atlântico Central que faculta um adequado apoio e protecção à navegação, suporte ao controlo do tráfego aéreo, à luta anti-submarina e ao

rastreio de satélites, numa área profusamente cruzada pelas rotas que, da América do Norte e Caraíbas, demandam o Mediterrâneo e pelas que, a coberto da ameaça dos aéreos soviéticos baseados na Península de Kola, procurem atingir a Europa Atlântica.

Fundamenta-se, assim, o porquê da inclusão do ISCOMAÇORES na Área de CINCWESTLANT, solução que, sendo conforme com os imperativos de Segurança dos EUA, se revela como manifestamente contrária aos «interesses primários» de Portugal, uma vez que, não só contraria a função geoestratégica que o «espaço português» propicia no seio da NATO, como constitui, também, um elemento prejudicial à unidade do Estado.

O Arquipélago da Madeira (ilhas da Madeira e de Porto Santo, e ilhas Desertas e Selvagens), onde emerge pela sua importância relativa a Madeira, dista, em termos médios, 1000 km de Lisboa e de Ponta Delgada, 1100 km do estreito de Gibraltar e do Trópico de Câncer (limite Sul da área NATO), 550 km da costa marroquina, 450 km de Tenerife, e 5200 km da costa atlântica dos EUA. Constitui, assim: uma importante «posição de ferrolho», face às rotas das matérias-primas que, do Atlântico Sul, demandam a Europa do Norte e o Mediterrâneo; uma posição privilegiada para vigilância e controlo sobre as rotas de aproximação, por SW, ao estreito de Gibraltar; o ponto fixo de apoio mais meridional que o aparelho militar da NATO dispõe para «olhar» em profundidade o Atlântico, para Sul do Trópico de Câncer — daí a sua aptidão para base logística (particularmente no que concerne ao reabastecimento em combustíveis); por último pode constituir, ainda, uma plataforma ameaçadora para a fachada atlântica do NW Africano.

Daqui decorre, para o arquipélago da Madeira, a possibilidade de um papel crescente na Defesa do Ocidente, uma vez que é flagrante um aumento da presença soviética e das facilidades à sua disposição, tanto no Mediterrâneo como no Atlântico Sul.

Consideram-se, ainda, como factores multiplicadores da importância daquele papel, não só a actual criticidade do Mediterrâneo para a Segurança da Europa Ocidental (quer pela dependência em recursos críticos, como o petróleo, quer pelo aumento do alcance e da precisão dos meios de destruição à disposição do vector militar), como também o desenvolvimento negativo da instabilidade no NW Africano.

éstes aspectos justificam o estatuto «Command in Chief» (CINC) do IBERLANT (a partir de Setembro de 1982), do qual depende o ISCOMADEIRA (tal como o ISCOMAÇORES deveria depender também).

As Águas Territoriais (até às 12 milhas náuticas), reparidas em descontinuidade no Atlântico pelos três subconjuntos que integram o Território Nacional, fazem fronteira com um único Estado — a Espanha — a Norte e Sudoeste da parcela continental portuguesa na Península.

O Espaço Aéreo Nacional que, com excepção da fronteira aérea com a Espanha sobre os limites terrestres e marítimo insulares, confina, no restante, com o espaço aéreo internacional.

O «espaço interterritorial» (aéreo e marítimo — exterior às 12 milhas náuticas) não apresenta soluções de continuidade por interposição de quaisquer formas de soberania.

Nele integrada, a ZEE (das 12 às 200 milhas naúticas), estendendo-se por três áreas descontínuas no Atlântico, confina, na sua quase totalidade, com águas internacionais, apresentando somente limites com a Espanha e com o Marrocos nas regiões a Sudoeste do golfo de Cadiz e, com a Espanha, a Norte das ilhas Canárias. Embora não apresente condições naturais particularmente favoráveis à exploração económica, nem seja excepcionalmente rica, é a mais vasta dentre as dos países da CEE.

Sugerido que foi o quadro geopolítico de referência e delineado que foi também, o cenário estratégico base, a análise das «componentes horizontal (referências de carácter físico), vertical, (referências de carácter humano) e temporal (interacção das anteriores)», relativas ao «espaço funcional português», permite configurar uma «função geoestratégica» possível. Em termos do confronto Este-Oeste, esta função, quando dinamizada, corresponde a um potenciar da «liberdade de acção» da NATO e, quando não activada ou neutralizada, resulta em vantagem para o Pacto de Varsóvia, ainda que somente corresponda à negação daquele acréscimo de «liberdade de acção».

Daqui que o «espaço» que propicia o desempenho de uma tal função seja altamente vantajoso para qualquer um dos Blocos em presença, razão que aponta para uma quase impossibilidade de não envolvimento de Portugal em caso de conflito generalizado.

Paralelamente, resulta a incapacidade do Estado para negociar um estatuto de neutralidade, isto por duas razões fundamentais:

— a sua base física não dispõe de características que facilitem uma defesa militar prolongada, quer convencional quer por processos irregulares;

— o valor do seu potencial disponível anula qualquer possibilidade de tornar credível uma afirmação de neutralidade.

Posta de parte esta hipótese, a adesão ao aparelho militar da NATO (Aliança de que somos membro fundador) afigura-se, realmente, como a solução mais adequada, isto porque:

— constitui uma vasta Aliança onde, melhor do que em alianças ou tratados bilaterais, Portugal pode lutar pela salvaguarda da sua independência;

— em termos geopolíticos, é conforme com a nossa presente postura europeia, em que o ingresso na CEE representa a materialização da vontade de integração, como componente de parte inteira, no seio das democracias ocidentais, o que corresponde a uma participação consciente num empreendimento comunitário. Esta novidade, para além de possibilidades acrescidas, acarreta, também, vulnerabilidades e riscos inerentes ao todo da Europa marítima por cuja Segurança passámos a ser, mais nitidamente, corresponsáveis;

— constitui uma reiteração de atitudes históricas assumidas na preservação da «liberdade de acção», imprescindível à garantia da condição de Estado soberano — o Estado com as mais antigas fronteiras da Europa, mais ocidental e mais profundamente Atlântico, reforça, hoje, a sua identidade nacional com o contributo que presta à imprescindível ligação estratégica entre a Europa a que pertence e os EUA de que se aproxima;

— as exigências respeitantes ao desenvolvimento do todo Nacional e o imperativo de assegurar um adequado grau de Segurança à escala regional são conformes com o sentido de utilidade implícito na função geoestratégica para a qual estamos, cumulativamente, vocacionados, tanto no âmbito da Segurança Europeia como no mais vasto quadro da Estratégia da Aliança Atlântica.

Com base nos pressupostos enunciados a «função geoestratégica» de Portugal pode, agora, ser desdobrada nos quadros da Segurança Nacional, da Segurança Regional e da Segurança Global, na procura de descortinar o sentido da sua «utilidade estratégica».

A «função geoestratégica» de Portugal assenta no significado das três «rótulas» em que Portugal se articula sobre o Atlântico Norte, ou seja nas suas parcelas emersas, cuja complementaridade (resultante do seu significado físico e humano) confere ao «espaço funcional português», na Europa, não só um conteúdo político unitário, como também uma peculiaridade estra-

tégica. Da individualidade deste heterogéneo conjunto resulta, de facto, um valor estratégico superior ao da soma dos valores parcelares, correspondentes a cada uma das partes que o integram; paralelamente, o valor estratégico específico a cada parcela é, em termos relativos, neste conjunto, superior ao que a cada uma corresponderia noutras formas de associação em quaisquer outros conjuntos (onde seriam, tendencialmente, subalternizadas).

Daqui que o sentido geoestratégico do «espaço funcional português» constitua, se assumido, uma condição de partida favorável ao reforço da unidade do Estado e, como tal, um elemento multiplicador do seu potencial, logo, positivante para a Segurança Nacional.

Na perspectiva da Segurança da Europa, a manter-se a actual dinâmica de conflito Este-Oeste, o «espaço funcional» português dificilmente deixará de ser uma retaguarda, podendo, naturalmente, admitir-se uma maior ou menor proximidade à «frente», em função da possibilidade de concretização da ameaça pelo flanco Sul do Ocidente Europeu — a África a Norte do Saará. O «espaço funcional» português surge, então, como reforço da credibilidade da capacidade de Defesa da Europa pelas possibilidades que oferece, enquanto área de salvaguarda de meios e área de apoio e de passagem de recursos e de reforços, logo imprescindível espaço para a «Manobra» e para a «Batalha»; consubstancia-se, assim, como uma faixa diversificada de continuidade espacial — marítima, aérea e terrestre — entre o Novo Mundo (com realce para os EUA) e a «parcela de espaço Euro-Africano» do Velho Mundo.

De facto, se em tempo de Paz é importante pela intensidade e variedade dos fluxos de circulação (comunicações de transporte marítimas e aéreas e comunicações de relação) que através dele se escoam (nomeadamente 65% e 30% das importações de petróleo, respectivamente da Europa e dos EUA) e pelas preferenciais condições que oferece ao pré-posicionamento de meios operacionais e logísticos e outras infra-estruturas de Comando, Controlo e Comunicações em tempo de Crise e de Guerra torna-se crítico (mais que não fosse pelo aumento da escassez em todos os domínios). O «espaço funcional» português revela-se, então, nestas situações, como particularmente apto para a rendibilização (num mais elevado grau de segurança) do reforço rápido por «air lift» e «sea lift», lançado a partir dos EUA.

A «função geoestratégica» de Portugal pode portanto ser definida, na perspecitva de Segurança Europeia, como um pluri-espaço charneira entre o Heartland Insular Norte Americano (a Zona do Interior em termos da NATO, Aliança através da qual a Europa procura o indispensável acrés-

cimo de Segurança) e a plataforma de decisão (a «Fortaleza Central» europeia).

Para a estratégia dos EUA, o «espaço funcional» português tem vindo a revelar-se como importante nos baixos patamares de Crise, como necessário sempre que o patamar sobe e, tendencialmente, cada vez mais crítico em caso de conflito aberto. Ele constitui de facto, para a Superpotência Ocidental, um privilegiado espaço de apoio diversificado e de amarração transoceânica, cuja utilidade se manifesta, se para o efeito disponível e preparado, tanto na defesa avançada da fachada atlântica dos EUA, como no potenciar da capacidade de intervenção deste País, quer no Atlântico Norte e Sul, quer no Norte de África e Médio Oriente.

A «função geoestratégica» de Portugal emerge, pois, para a Potência Marítima como uma possibilidade de aumento da sua «liberdade de acção» e da sua capacidade de obter a «surpresa», sempre insuficientes, portanto, como potencial e singular recurso estratégico que um «Pequeno Estado», amigo, lhe pode facultar.

Com base na interpretação desenvolvida podem encarar-se soluções que, tendo em vista os «interesses primários» de Portugal, conduzam à «rendibilização estratégica» do seu «espaço funcional».

Este objectivo corresponde a retirar o máximo rendimento para o País das potencialidades e oportunidades propiciadas pela nossa inserção geopolítica, utilidade estratégica e recursos disponíveis, como componente do processo total que visa colmatar ou atenuar vulnerabilidades intrínsecas e fazer face ao quadro das ameaças que Portugal terá que enfrentar.

Na perspectiva da componente militar da Defesa a solução assenta, pois, num correcto e oportuno aproveitamento das possibilidades que nos estão abertas e na adequação de uma capacidade de resposta suficiente e credível, não só em relação a ameaças de inimigos e intenções de amigos, como também a imperativos e consequências impostas pelo desempenho consciente, responsável e útil da «função geoestratégica» que nos cabe. Solução esta que, numa óptica Nacional, se pode traduzir por uma expressão sintética: o desenvolvimento, à reduzida escala do País, de uma capacidade militar autónoma de dissuasão.

Sublinhadas que foram, já, as possibilidades que o «espaço funcional» nos proporciona, resta, nesta óptica de análise, fazer referência à problematização das ameaças que, no quadro da NATO, com maior grau de probabilidade impendem sobre Portugal.

Será a partir das peculiaridades do «espaço funcional» português e das actuais cracterísticas da dinâmica do confronto E-W que se procurará estabelecer uma matriz base para as ameaças mais prováveis.

No plano da Estratégia Total da URSS é perspectivável a materialização de acções, pelo «modo de acção indirecto», de que resultem, de forma isolada ou conjuntamente:

— acções de força de escala reduzida, desencadeadas ou apoiadas por entrepostas potências que, a coberto de disfarces, explorem vulnerabilidades ou contradições internas conjunturais;
— a possibilidade, altamente perigosa, de um envolvimento regional em conflitos de carácter limitado entre terceiros estados, fundamentalmente resultante da proximidade de Gibraltar (uma das sete passagens críticas do Mundo).
— destabilização violenta no plano interno, no todo ou em parte do território, que favoreça a instalação à revelia dos mecanismos institucionais, de um poder político neutralizante ou favorável aos seus desígnios.

No plano da Estratégia Militar do Pacto de Varsóvia, o desencadeamento, por acção directa ou indirecta, «preemptivamente» ou não, de operações limitadas para destruição, neutralização ou ocupação de instalações ou áreas de vital importância para a manobra da NATO ou para a resistência do País.

Para Portugal, em termos de objectivos estratégicos a atingir, através da componente militar do «poder», a matriz considerada aponta para a necessidade de uma capacidade militar efectiva e credível de defesa autónoma, no patamar correspondente ao valor das ameaças militares deduzíveis da referida matriz.

Quer isto dizer que, em termos da dimensão Nacional, olhando os graus de probabilidade e perigosidade das ameaças, e pesando o grau de risco a assumir, resultará uma adequada capacidade defensiva que, ao ser dimensionada para se opor a ameaças decorrentes do desenvolvimento da Estratégia Indirecta da URSS (onde avulta a possibilidade da erupção de ambientes de crise no quadro regioal), constitua, simultaneamente, a base do desenvolvimento do Sistema de Forças imprescindível ao País em tempo de Guerra.

A concretização de uma tal capacidade representa desde logo, em si mesma, não só uma componente útil para a NATO (no quadro do desenvol-

vimento do seu confronto com o Pacto de Varsóvia) e um elemento revelador de vontade e capacidade (numa perspectiva de estabilidade da Segurança Europeia), como também um importante vector dissuasor de pressões e acções que possam limitar ou pôr em causa o pleno exercício da soberania e, mesmo, a Independência Nacional.

Os argumentos esboçados deixam transparecer a oportunidde de um Conceito Estratégico Militar que, ao evitar «vazios de poder», garanta, no nível adequado (porque progressivamente ajustável às ameaças e às possibilidades), uma credível capacidade de actuação autónoma em apoio mútuo das três parcelas componentes do Território Nacional e que contemple, complementarmente, o sentido de utilidade implícito em específicas funções de presença e vigilância sobre o «espaço interterritorial». Uma Estratégia Militar Nacional, cujo sentido de «defesa dinâmica» do Território corresponda não só à satisfação de compromissos assumidos pelo País no âmbito da NATO (onde emerge a responsabilidade de defesa do Território Nacional), como também ao reforço da consistência de um CINCIBERLANT onde, pela lógica da funcionalidade estrutural e operacional, o ISCOMAÇORES surja como indissociável componente. Em síntese, um Conceito que, ao dar conteúdo às potencialidades geoestratégicas de Portugal, rendibiliza o esforço de Defesa do País, uma vez que o torna útil à Aliança na qual se procura um reforço dessa mesma capacidade de Defesa.

Se colectiva e conscientemente assumida, a resultante operacional da componente Militar da Estratégia perspectiva-se, aqui, quer pelo seu valor intrínseco (ainda que limitado), quer como factor multiplicador da capacidade negocial (mais que não fosse, pelo reflexo positivo que tem na manobra diplomática), como um inestimável vector na defesa dos «interesses primários» de Portugal.

É importante manter presente que o «espaco funcional português» mais não constitui, em si mesmo, do que uma condição de possibilidade da «função geoestratégica» a desempenhar. É neste sentido que o desenvolvimento e a implementação do Sistema de Forças Militar, implícito num Conceito Global da Acção Estratégica, concebido com base nas razões enunciadas, corresponderia a um potenciar daquela «função», decisão que se afigura como imprescindível à materialização de uma componente que é fundamental

a todo e qualquer conjunto de medidas tendentes a assegurar o reforço da nossa Independência, em relação a países amigos e aliados, e a alcançar um adequado grau de Seburança Nacional em relação às ameaças externas mais prováveis.

IAEM em Pedrouços, 29 de Abril de 1985.

João Carlos de Azevedo de Araújo Geraldes
Coronel Engenheiro
Professor do IAEM

A DEFESA NO MUNDO

«*JANE'S DEFENCE WEEKLY*» (*INGLATERRA*), *20 de Abril de 1985*

A chegada ao poder de um novo Governo conservador, dispondo de grande maioria, poderá ter repercussões na doutrina de defesa do Canadá. Asim, esse Governo deverá cumprir a sua promessa eleitoral de restabelecer os 3 Ramos clássicos das Forças Armadas, com uniformes distintos, que já foram encomendados.

«*TECNOLOGIA MILITAR*» (*ESPANHA*), *Maio de 1985*

O volume total das vendas dos EUA aos seus 85 clientes militares estrangeiros em 1984 teve uma diminuição de cerca de 4000 milhões de dólares relativamente a 1983, segundo uma informação do Ministério da Defesa americano.

No ano económico de 1984, que terminou em Setembro do ano passado, a exportação de materiais militares orçou em 14,3 mil milhões de dólares, enquanto que no mesmo período do ano anterior (1983) as vendas atingiram 18,2 mil milhões.

Os países que mais materiais e equipamentos de defesa adquiriram nos EUA em 1984 foram: a Turquia (4,5 mil milhões de dólares), Arábia Saudita (2,8 mil milhões), Países Baixos (1,4 mil milhões), Egipto (982 milhões), Formosa (701,4 milhões), Austrália (428 milhões) e Grã-Bretanha (421,9 milhões).

Além dos Países Baixos e da Grã-Bretanha mais três países da OTAN adquiriram equipamentos e sistemas de armas com o valor superior a 100 milhões: Canadá (362,1 milhões), Grécia (117,3) e a RFA (256 milhões.). O Luxemburgo foi o pior cliente da Aliança (300 000 dólares), seguido pela Bélgica (7,9 milhões) e por Portugal (17,2 milhões).

Para os países da OTAN (excluída a França) a exportação atingiu 7,2 mil milhões de dólares, o que traduz aproximadamente metade das transacções em 1984.

A França adquiriu 159,3 milhões de dólares. Na Ásia, os principais clientes dos americanos foram o Japão (217,8 milhões), o Paquistão (206,4 milhões), a Coreia do Sul (191,8), o Kuweit (154,9). Na América Latina o maior número das exportações foi para S. Salvador (145,3 milhões).

O único país do bloco oriental que adquiriu armamento nos EUA foi a China, com 800 milhões.

«JANE'S DEFENCE WEEKLY» (INGLATERRA), 4 de Maio de 1985

Vão surgir nos EUA navios de guerra da nova geração SES (Surface Effect (Ships), de casco duplo, a entrar provavelmente ao serviço na década de 90, com deslocamentos compreendidos entre 1000 e 1500 toneladas (dimensão de corveta).

Esses navios, da classe 2000, serão uma espécie de cruzamento de «catamaram» com «hovercraft» (almofada de ar) com velocidades operacionais entre 50 e 60 nós, com mar calmo, e de 40 nós com vagas de 5 metros, o que praticamente duplica a dos navios convencionais.

A Marinha dos EUA ordenou já a construção do primeiro navio militar deste tipo, de 110 toneladas (Special Warfare Craft, Medium — SWCM), para transporte em operações anfíbias.

Outros países, entre eles a Inglaterra, a França, a Holanda e a Suécia, estão, igualmente, planeando a construção de navios idênticos.

«NAVAL WAR COLLEGE REVIEW» (EUA), Maio/Junho de 1985

A URSS, que tem uma vasta costa de 10 000 milhas de extensão para o Árctico, tem mostrado grande interesse neste oceano. O caso é que, operando ali, os seus submarinos lança-mísseis balísticos, que podem navegar sob a espessa calota gelada, não terão de atravessar áreas focais frequentadas por marinhas doutros países, e gozarão das vantagens de poder operar perto das suas bases e de conhecer melhor a área do que os ocidentais. Por outro lado, para os seguir e, eventualmente, atacar, os submarinos anti-submarinos ocidentais terão de operar mais longe das suas bases e serão

obrigados a transitar por áreas focais como os estreitos da Dinamarca e de Davis. Acresce ainda que outros meios anti-submarinos ocidentais, como aviões de patrulha marítima de longo raio de acção e navios de superfície, não podem operar ali.

«NAVAL FORCES» (RFA), n.º 2 de 1985

O custo actual do programa inglês para substituir o sistema de dissuasão nuclear «Polaris» pelo «Trident II» aumentou agora para 10,6 biliões de libras. O Comité de Defesa da Câmara dos Comuns foi informado que o programa de substituição, agora calculado para levar 20 anos a completar, em vez dos 15 a 18, comportará apenas 11 por cento do Orçamento durante o período de 1988 a 1993, tendo sido admitido que isso corresponderia a 30 por cento da secção naval do Orçamento.

Não foi informada a data de entrada ao serviço da força «Trident», que constará de 4 submarinos, cuja construção será ordenada provavelmente durante o presente ano. Entretanto, membros daquele Comité exprimiram receios de que possa haver uma quebra na força de dissuasão durante o período de substituição dos «Polaris» pelos «Trident».

«NAVY INTERNATIONAL» (INGLATERRA), Junho de 1985

Em conformidade com o seu plano quinquenal de defesa a começar em 1966, a Força de Defesa Terrestre do Japão concentrar-se-á na defesa do extremo norte da ilha principal de Hokkaido. A maior parte dos blindados será colocada na ilha, ali sendo também baseados helicópteros anticarro, e as áreas costeiras receberão prioritariamente mísseis superfície-mar. O objectivo do dispositivo em questão será suster um inimigo na praia.

A prioridade anti-invasão reflecte-se também na decisão de orientar a nova geração de caças japoneses («FSX») para a missão antinavio, armando-os com mísseis «ASM-1».

«REVISTA GENERAL DE MARIÑA» (ESPANHA), Junho de 1985

Em negociações efectuadas em Moscovo chegou-se a um acordo quanto ao estabelecimento de uma linha marítima regular conjunta hispano-soviéti-

ca entre portos espanhóis da Biscaia e soviéticos do Báltico, para a participação espanhola no transporte de ácido superfosfórico adquirido em Espanha. A recente visita do director-geral da Marinha Mercante espanhola a Moscovo abriu uma via de esperanças para o aumento da participação espanhola no comércio marítimo entre ambos os países. Até agora a bandeira soviética participou em 76 por cento das importações espanholas relativas à URSS (incluindo o transporte de petróleo, a que correspondem 100 por cento), e 80,5 por cento das exportações de Espanha para a União Soviética.

Nos últimos meses tem havido uma intensa actividade da frota soviética de pesca com base nas ilhas Canárias. Os portos canários registaram em 1984 o trânsito de 20 000 pescadores soviéticos em rotação de tripulações, facturaram 476 milhões de pesetas em abastecimentos e cerca de 320 milhões em reparações efectuadas em navios soviéticos. A frota pesqueira soviética é a primeira entre os clientes dos portos canários, seguida da japonesa, da coreana e da cubana.

«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE» (EUA), 21 de Junho de 1985

Sob forte pressão da Casa Branca, a Câmara dos Representantes aprovou fundos para a produção de armas químicas, concluindo uma moratória de 16 anos quanto a tal gasto. Por uma votação de 229 - 196, aquela Câmara rejeitou uma tentativa de retirar dos programas militares a verba de 124,5 milhões de dólares destinada pelo Comité dos Serviços Armados para fabricar uma nova geração de armas químicas usando um sistema de gases paralisantes do sistema nervoso, as quais conterão duas substâncias inofensivas que se tornam tóxicas apenas quando misturadas uma com a outra. De acordo com a lei, os fundos para fabricar as armas não podem ser gastos até Dezembro de 1987, devendo então o Presidente da República certificar que elas são necessárias. Entretanto, os apoiantes da produção aceitaram uma emenda que impede o fornecimento de fundos até que os aliados europeus afirmem a sua vontade de armazenar e de instalar armas no seu território.

«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE» (EUA), 5 de Julho de 1985

Os EUA deram licença à delegação espanhola duma firma norte-americana para exportar computadores considerados «sensíveis» do ponto de vista de segurança em face das medidas restritivas de exportações assumidas pelo Governo espanhol para países do Bloco Leste. A firma em questão, Hewlett Pachard Corp., da Califórnia, irá investir 12 milhões de dólares numa fábrica em Barcelona destinada a produzir «digital plotters» usados em gráficos representados em «ecrans». Segundo um responsável da firma, está planeada a exportação de 90 por cento da produção para a Europa, África e Médio Oriente, com vendas anuais previstas de 50 milhões de dólares em 1985, quando a fábrica estiver a laborar em pleno.

«DEFENSA» (ESPANHA), Julho de 1985

Consta em círculos empresariais e na imprensa, em Tóquio, que o Japão estará interessado em construir, sob licença, um importante número de caças-bombardeiros «TORNADO», destinados a construir a coluna vertebral da sua Força Aérea a partir de 1990, em substituição dos actuais aparelhos «F - 1» de fabrico nacional, que terminam a sua vida útil em 1990.

Nesta data os «F - 1» poderão ser substituídos pelos «F - 18A» americanos ou pelos «Tornado» europeus, ainda que, segundo parece, o Departamento de Defesa nipónico se incline mais para o aparelho europeu.

*
* *

Em 4 de Julho deste ano procedeu-se à inauguração de mais uma fábrica da empresa espanhola Equipos Electrónicas SA (EESA).

A ampliação agora feita deve-se aos recentes avanços comerciais e tecnológicos da empresa que, deste modo, procura aumentar o espaço de investigação e desenvolvimento que tem vindo a realizar em áreas de potenciação do seu catálogo tecnológico e de produtos.

Neste sentido, cumpre destacar que a EESA dedica 10 por cento da sua facturação às actividades de ID, o que lhe tem garantido uma posição destacada, a nível internacional, no domínio da electrónica de defesa e nos sistemas de protecção para o tráfego aéreo e marítimo.

Entre os principais projectos da empresa contam-se:

— Desenvolvimento e execução do sistema automático de controlo do tráfego aéreo (SACTA), destinado à modernização dos principais aeroportos nacionais;
— Participação no programa de co-fabrico do sistema missilístico «ROLAND», para defesa contra aeronaves a baixa cota;
— Dentro do programa FACA, desenvolvimento e fabrico dos sistemas automáticos de medidas e testes para a electrónica instalada nos aviões «F-18»;
— Execução do importante projecto, destinado à Direcção-Geral da Aeronáutica Civil, do fabrico de radares primários de aproximação e dos consequentes sistemas de tratamento e de visualização de dados, complementada com o ID no campo de radares militares;
— Participação, como «leader» da indústria espanhola, dos mais significativos programas internacionais relativos à aviónica;
— Actividade dentro da Agência Espacial Europeia, com participação em diferentes projectos em Espanha e no Estrangeiro;
— Estudo e desenvolvimento de espoletas electrónicas de aproximação «MAZA», para projécteis de morteiro de 81 a 120 mm, bem como para projécteis antiaéreos de 70 mm.

*
* *

Para fortalecer a presença da OTAN no Atlântico Norte, a Força Aérea Portuguesa firmou com a Lockheed um acordo para a aquisição de 6 aviões «P - 3B ORION».

Estes aparelhos estiveram anteriormente ao serviço da real Força Aérea Australiana (RAAF), tendo a Lockheed aceite a sua devolução mediante a compra de 10 novos «P - 3C» que actualmente estão a ser produzidos para a RAAF.

Os 6 «P - 3B» que Portugal vai adquirir sofrerão, antes de entrar ao serviço, grandes transformações que darão lugar a importantes beneficiações, sobretudo no equipamento electrónico.

O primeiro avião será modificado pela Lockheed nas suas instalações de Palmdale (Califórnia), devendo este prototipo estar concluído em 1988. Os outros cinco aparelhos serão transformados nas Oficinas Gerais de Material Aeronáutico (OGMA), em Alverca.

«DÉFENSE NATIONALE» (FRANÇA), Julho de 1985

No discurso pronunciado perante a Assembleia Regional de Estrasburgo, durante a sua visita à Europa em Maio de 1985, o Presidente Reagan dirigiu quatro propostas à União Soviética:

— Estabelecimento entre Washington e Moscovo de uma prática de permuta de observadores de manobras militares;
— Instauração de contactos regulares a alto nível entre os responsáveis militares para desenvolver uma melhor compreensão e evitar qualquer desastre potencial;
— Adopção de medidas concretas na Conferência de Estocolmo propostas pela OTAN; em contrapartida, os EUA estarão dispostos a discutir a proposta soviética sobre a não utilização da força;
— Instalação entre Washington e Moscovo de uma ligação permanente entre militares.

«L'EXPRESS» (FRANÇA), 2/8 de Agosto de 1985

Os Estados Unidos e o Japão concluíram com a URSS um acordo que tem por finalidade evitar a repetição da tragédia do «Boeing» sul-coreano, abatido pela caça soviético em 1983.

Os três Governos decidiram instalar uma sede especial de comunicações entre Washington, Tóquio e Kihabarovov, na Sibéria.

Mas esta medida não diminui a inquietude sobre o aumento do poderio militar soviético na zona, sobretudo desde que foi detectada a passagem de pequenos submarinos soviéticos nos estreitos japoneses.

«L'EXPRESS» (FRANÇA), 9/15 de Agosto de 1985

O projecto de Orçamento dos Estados-Unidos para 1986 foi, finalmente, aprovado pelo Congresso em 2 de Agosto, após sete semanas de negociações laboriosas.

O Orçamento prevê uma redução de 55,5 biliões de dólares no défice que, mesmo assim, é estimado em 210 biliões em 1986.

As despesas militares deixarão de ter um aumento mais rápido que a inflação, o que constituirá a origem de metade das economias programadas.

O congelamento dos salários dos funcionários públicos contribuirá também para a redução do défice.

Em contrapartida, o abandono de certos programas sociais pedido pelo Presidente Reagan foi recusado pelo Congresso que ainda terá que votar, separadamente, as despesas de cada ministério.

«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE» (EUA), 16 de Agosto de 1985

Dentro dos próximos 10 dias, Marrocos dará os últimos retoques na muralha de areia e de sensores electrónicos que revolucionará a táctica antiguerrilha, segundo oficiais superiores daquele país.

A muralha começou a ser erigida há 5 anos, e estende-se por mais de 2500 quilómetros através do Sara, desde as fronteiras da Argélia e da Mauritânia até ao Atlântico.

Edificando, demolindo e reedificando mais à frente a muralha de 2,75 metros de altura feita de areia e pedra, os marroquinos têm conseguido aumentar a sua área de controlo no Sara de tal modo que, agora, está para trás dela uma zona mais ou menos do tamanho da Itália, com uma população de 150 000 pessoas.

Há postos de comando de 2 em 2 milhas. Fontes ocidentais referem a existência de sensores electrónicos e sísmicos, intercalados com radar antipessoal. Segundo um coronel marroquino, o sistema permite detectar um cão a 30 milhas.

«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE» (EUA), 13 de Setembro de 1985

Durante a última semana foi publicamente divulgado um relatório redigido por cerca de trezentos cientistas de trinta países, sob os auspícios do International Council of Scientific Unions, com sede em Paris, o qual compreende sociedades científicas de mais de 70 países. O estudo constitui a primeira tentativa científica para estimar os efeitos biológicos do «inverno nuclear», período de escuridão e de frio que, segundo afirmam muitos peritos de meteorologia, poderá resultar do envolvimento do Globo por uma nuvem de fumo e de poeiras, causada por um grande número de explosões nucleares.

Este estudo foi desenvolvido ao longo de três anos pela Comissão Científica dos Problemas do Ambiente, conhecida por SCOPE, e consta de dois volumes com mais de 900 páginas.

O primeiro volume trata dos efeitos na atmosfera de uma explosão atómica. Utilizando métodos de informatização nunca antes empregados, confirma largamente as estimativas anteriores no sentido de que uma guerra nuclear de escala continental poderá desencadear uma onda de frio susceptível de provocar no Hemisfério Norte temperaturas abaixo do normal, de 20 a 34 graus centígrados.

O segundo volume equaciona os efeitos que tão baixas temperaturas poderão ter sobre os ecosistemas e sobre a agricultura em todo o mundo. De facto, o estudo prevê que uma guerra nuclear de grande amplitude pode originar uma muito severa e súbita mudança de clima, que conduzirá à destruição da agriculutra no Hemisfério Norte por mais de um ano, matando mais de dois biliões e meio de pessoas à fome.

Neste cenário, a situação actual do Sudão e da Etiópia traduziria muito melhor o que será o mundo após uma guerra nuclear do que as bem trágicas imagens de Hiroshima e de Nagasaki.

Na opinião do Dr. Mark A. Harwell, um dos chefes da equipa de cientistas que elaborou o estudo, os efeitos indirectos de uma guerra têm sido grosseiramente subestimados: as baixas potenciais resultantes dos efeitos indirectos excederão largamente as baixas directas provenientes dos efeitos de calor, sopro e radiação. A fome poderá, muito verosimilhantemente, liquidar cerca de dois biliões e meio de pessoas, a juntar aos 500 milhões de mortos imediatos num holocausto nuclear. Deste modo, apenas restaria cerca de um bilião e meio de habitantes no Globo, sendo as populações da Austrália e da Nova Zelândia e de outras regiões do Hemisfério Sul as menos afectadas.

«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE» (EUA), 18 de Setembro de 1985

Segundo o director dos assuntos políticos e militares do Departamento de Estado, o número de mísseis soviéticos de alcance intermédio, dirigidos para a Europa Ocidental, atingiu 441, o que significa um aumento de 18 desde 28 de Junho, data em que peritos da Aliança Atlântica afirmaram que a URSS possuía instalados 423 mísseis com ogivas nucleares triplas.

É importante comparar o número agora indicado com a colocação em quatro países europeus de 134 «Pershing II» e mísseis de cruzeiro de origem americana.

«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE» (EUA), 19 de Setembro de 1985

O Pentágono comunicou que o velho submarino «SAM RAYBURN», classe «POSEIDON», foi desmantelado, permitindo que os EUA testem um novo submarino balístico, embora se mantenham dentro dos acordos SALT de redução de armamentos.

O novo submarino «ALASCA», que em breve iniciará as suas provas de mar, deverá, segundo informação do Pentágono, entrar ao serviço no fim de 1985 ou no princípio de 1986 na Esquadra Americana do Pacífico.

O «ALASCA» será o último submarino de propulsão nuclear da classe «TRIDENT» construído. Esta classe é capaz de transportar 24 mísseis balísticos intercontinentais, cada um armado com 8 ogivas atómicas.

«TIME» (EUA), 23 de Setembro de 1985

A frota mercante da URSS, que tem cerca de 2500 navios, e é agora a sexta maior do mundo, invadiu os mercados internacionais de carga e de turismo, e pratica preços inferiores às outras na ordem do 40 por cento. Nas últimas duas décadas a Marinha de Comércio da URSS duplicou o número dos seus navios e triplicou a sua tonelagem total, enquanto que a dos EUA, que ocupa a oitava posição, vendeu ou pôs na sucata 75 por cento dos seus navios e reduziu a sua tonelagem total de quase um terço. Quanto à França, cerca de 80 por cento do petróleo que importa é transportado em petroleiros soviéticos.

Os navios soviéticos podem praticar preços inferiores porque estão seguros pelo Estado e são abastecidos com combustível barato.

A frota soviética de cruzeiro turístico é agora a terceira do mundo com 36 navios, e pratica preços 15 a 20 por cento inferiores aos navios similares ocidentais.

Mesmo os navios que operam perdendo dinheiro constituem uma fonte de receita de divisas estrangeiras de que a URSS necessita para as suas importações. Por exemplo, desde 1981 que os soviéticos apanharam um 10 porcento das cargas que circulam entre o Japão, a Austrália e a Nova Zelândia.

Vários navios de passageiros soviéticos podem ter indiscutível utilidade militar, pois estão equipados com portas laterais para veículos que são de pouco uso para fins de turismo, mas de grande valor para transportar tropas

EXECUÇÃO GRÁFICA
DO **CEGRAF/Ex** — RUA DOS REMÉDIOS, 202 — 1100 LISBOA